



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1137/07	DATA: 08/08/2007
INÍCIO: 11h43min	TÉRMINO: 16h28min	DURAÇÃO: 04h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h45min	PÁGINAS: 128	QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JUNITI SAITO - Comandante da Aeronáutica

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

A primeira parte da reunião foi destinada à apreciação de requerimentos em pauta.  
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há termos ininteligíveis.  
Há falha de gravação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar causas, conseqüências e responsáveis pela crise do Sistema de Tráfego Aéreo Brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol, e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 35ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

*(Pausa.)*

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Havendo manifestação no sentido de que não há necessidade, solicitam a dispensa da leitura da ata.

Dispensada a leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada a ata da 35ª Reunião.

Informo que teremos a seguinte atividade: amanhã, dia 9, no Plenário 2, às 9h, tomada de depoimento dos controladores de tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas Ziloá Miranda Pereira, Celso Domingues Alves Júnior, Luana Morena Maciel Araújo e Eduardo Pires Dayrel; e, às 14h, tomada de depoimento de representante da Airbus.

Esta reunião ordinária foi convocada para apreciação de requerimentos e tomada de depoimento do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica.

Passamos primeiramente à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Vou solicitar aos Srs. Parlamentares, se não houver nenhum obstáculo contrário, que os requerimentos de informação dos Itens nºs 1 ao 17 sejam apreciados em conjunto.

Alguém apresentam algum obstáculo?



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, sem restrição. Só peço, além da questão do prazo que já foi deliberado, que se solicitem as informações em meio eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Nós entendemos que só pode ser por meio eletrônico porque V.Exa. já aprovou requerimento idêntico aqui nesta Comissão. Essa é a razão pela qual ele permanece na pauta, porque será pedido em forma eletrônica, porque já está aprovado. Então, na prática nós estamos aprovando um requerimento já aprovado.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É, eu já compreendi.

Bom, não havendo oposição, estão agrupados do item 1 ao 17.

Em discussão os Itens nºs 1 a 17 da Pauta de Requerimentos de Informação.

*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, encerrada a discussão.

Em votação os Requerimentos de nºs 1 a 17.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Há uma solicitação do Relator de inversão de pauta do item nº 30.

Requerimento nº 548/07, que solicita a convocação do Sr. Yannick Malinge, Vice-Presidente de Segurança de Vôo da Airbus, para prestar depoimento nesta CPI.

Em votação o requerimento de inversão de pauta.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Não entendi, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Inversão de pauta para apreciar agora primeiramente o item nº 30.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Apreciar já?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É.

Em votação o requerimento de inversão de pauta.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É, inversão de pauta para apreciar imediatamente o item nº 30.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Posso dar uma lida?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É o Vice-Presidente da Airbus, que é o depoente de amanhã. Só para que a Secretaria possa processar rapidamente.

Em discussão o requerimento...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, só para agregar, eu também estou propondo a convocação de um engenheiro residente da Airbus e de 2 diretores da sua chamada *holding*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Esses requerimentos serão apreciados, serão deliberados, e a oitiva deles será marcada para terça-feira. Amanhã à tarde será... Esse é da Airbus. Como ele está vindo do exterior, está vindo da França...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - *O.k.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - ...e é um depoimento que vai certamente consumir a tarde inteira, não haverá espaço para mais do que 1 depoimento. Então, por isso estou pedindo, para evitar qualquer risco de outro problema.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - *O.k.*, de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Em discussão o requerimento de inversão de pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Em discussão o item nº 30.

Requerimento nº 548/07, do Sr. Marco Maia, que solicita a convocação do Sr. Yannick Malinge, Vice-Presidente de Segurança de Vôo da Airbus, para prestar depoimento nesta CPI.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o item nº 30.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o item nº 30.



Item nº 21.

Requerimento do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Jorge Luiz Brito Velozo, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Não seria do item 18 em diante?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Perdoe-me. Peço desculpas a V.Exa. Tem razão.

Requerimentos diversos.

Item nº 18: Requerimento do Sr. Gustavo Fruet...

Não foi propositado por ser o polêmico, não. Foi porque eu estava na página.

Requerimento nº 470/07, do Sr. Gustavo Fruet, que requer seja solicitado ao Sr. Ministro da Defesa, Sr. Waldir Pires, a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais diretores da ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil, por gestão temerária perante a crise aérea, bem como o descumprimento das atribuições impostas pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Vou passar a palavra ao Relator para proferir parecer, tendo em vista a minha manifestação, já na reunião anterior, que esse requerimento não é cabível. Eu o coloquei, única e exclusivamente, por acordo político de colocação em pauta, visto que o entendimento da consultoria desta Comissão, que se trata por escrito fornecido à Presidência, por se tratar de decisão do Poder Executivo, deveria fazer parte, quando muito, de relatório de conclusão da CPI mesmo que parcial. Mas em função do compromisso político, e sempre haveria a possibilidade da inclusão extrapauta, comprometi-me com o Deputado Gustavo Fruet, nas 2 últimas semanas, que o colocaria, apesar de me manifestar contrariamente a ele. Estou colocando-o, vou pedir ao Relator que profira parecer, em seguida abro a discussão e a votação.

Com a palavra o Relator, Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Questão de ordem?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, ao meu ver, salvo melhor juízo, esse requerimento não pode nem ter parecer. Esse requerimento está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Ele pode ter parecer, sim, até pela prejudicialidade. Então, parecer ele pode ter, ele pode estar na pauta e certamente será apreciado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Para concluir, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Claro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Solicito ao Deputado Gustavo Fruet fazer a retirada do requerimento, porque está prejudicado. O Ministro Waldir Pires não é mais Ministro da Defesa. Então, em função do que me especificou... Se tivesse dito o Ministro da Defesa... Mas não: S.Exa. especificou o Ministro Waldir Pires. Então, acho que o requerimento está prejudicado. Sugiro a retirada de pauta desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Por esse motivo elencado por V.Exa., eu não posso considerá-lo prejudicado, porque foi ao cargo. Se o cargo, eventualmente, naquele momento, era ocupado por uma pessoa e hoje é por outra, esse não é o motivo da prejudicialidade. Eu considero prejudicial pelos motivos que já elenquei aqui anteriormente. Mas vou pedir ao Relator que profira seu parecer e a partir daí o submeterei ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Na verdade, estamos tratando aqui sobre uma matéria que, segundo o parecer da nossa consultoria, dá conta de que ela não é pertinente na forma como está colocada neste requerimento. Até porque não cabe à CPI, objetivamente, em forma de requerimento, propor ao Ministro da Defesa, o Sr. Waldir Pires, a instauração de processo administrativo disciplinar. Precisaríamos ter uma decisão em relação a esse tema, fruto do relatório final da CPI, embasado nas investigações e nas análises, na elaboração de um relatório que consubstanciasse um conjunto de elementos que pudessem levar a uma indicação dessas ao Poder Executivo e ao Presidente da República, no caso específico, para a instauração de um processo administrativo disciplinar com essa característica.



Então, a minha visão, Sr. Presidente, é a de que esse requerimento se coloca prejudicado na forma do requerimento, na forma como está apresentado, o que não inviabiliza que, na elaboração do relatório final, fruto das investigações que nós estamos produzindo e que irão ser produzidas, inclusive em relação ao comportamento da ANAC — já ouvimos aqui o Presidente da ANAC, tem outros requerimentos que estão sendo apresentados, temos informações que foram requisitadas à ANAC, inclusive, e que estão sob análise desta CPI —, que ao final dos trabalhos desta CPI, na apresentação do relatório final, se possa incluir, se assim for o caso, fruto do processo de investigação, uma recomendação dessa natureza.

Por isso, primeiro, faço esta reflexão, do ponto de vista da legalidade da apresentação e da votação de um requerimento dessa natureza, como requerimento com esse teor. Acho que não cabe a esta CPI esse tipo de requerimento. E, segundo, faço uma reflexão do ponto de vista da investigação e do ponto de vista político. Porque, como estamos em um processo de investigação, nós não concluímos essa investigação, nós estamos analisando os documentos, nós estamos ouvindo os integrantes da ANAC e confrontando isso com o conjunto de informações que nós estamos recebendo, eu diria que seria prematuro nós já pedirmos ou indicarmos um processo administrativo disciplinar, sem que tenhamos concluído o processo de investigação que estamos realizando. Seria quase como se estivéssemos ou dando um veredicto em relação ao comportamento da ANAC ou repassando esta responsabilidade ao Ministério da Defesa, já dizendo que lá deveria ser instalado um processo administrativo disciplinar. Eu acho que essa não seria uma boa medida neste momento, em função do processo da investigação que nós estamos produzindo nesta CPI, e que poderá levar inclusive a pedido de medidas mais contundentes do que apenas essa de criação de um processo administrativo disciplinar. Agora, ela precisa ser fruto de um debate, de uma discussão, precisa ser fruto de uma reflexão em cima da investigação realizada por esta CPI.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero encaminhar pela prejudicialidade desse requerimento, sem que se faça reflexão do mérito. Deixo o compromisso deste Relator de que no curso das investigações e na produção do relatório final nós trataremos sobre essas recomendações que deverão ser feitas ao Executivo em



relação ao comportamento, às atitudes e àquilo que tem sido produzido e realizado pela ANAC.

Este é o parecer deste Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Com o parecer do Relator pela prejudicialidade, eu passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Relator. Srs. Deputados, até agradeço a manifestação do Relator que seria até conveniente que fosse como opinião ou sugestão, após a minha manifestação. Mas são 4 pontos fundamentais: primeiro, o pedido foi apresentado quando o Ministro da Defesa era o Dr. Waldir Pires. E, por várias vezes, até houve um questionamento público e uma posição pública, também — e aqui registro essa postura que foi honesta —, por parte do Presidente, em se manifestar contrário inclusive no mérito. E o Presidente, por 3 ou 4 vezes, não pautou na reunião, conforme hoje já dito. Então, essa questão, portanto, está superada. Com relação à prejudicialidade, temos que lembrar que a matéria é constitucional à competência da CPI: a CPI tem todos os poderes judiciais; a CPI pode determinar abertura de um inquérito policial; a CPI pode determinar a realização de perícias; a CPI pode determinar a prisão preventiva, desde que haja motivação, justificação e que haja aprovação da maioria dos seus membros, porque a CPI tem poderes judiciais. Portanto, se a CPI pode mais, que é uma medida absolutamente restritiva, como é o caso de uma prisão, é evidente que a CPI pode, com base em indícios, pedir a abertura de um processo, não se tratando, portanto, de um prejulgamento. Então, nesse sentido, não se justifica essa questão da prejudicialidade, porque a CPI, por matéria constitucional, tem poderes judiciais; e tem poderes judiciais em matéria restritiva e, em especial, de ordem criminal.

Terceiro ponto: por que o processo disciplinar neste momento? Não se está questionando a integridade dos dirigentes da ANAC. Inclusive, tivemos a oportunidade de provocar esse debate com o Presidente da Agência aqui presente. O processo disciplinar é um disposto na legislação que criou a Agência. E é bom lembrar que a Agência foi criada neste Governo e é a única Agência cujos dirigentes foram todos indicados por este Governo, mesmo com o aval e, depois, a sabatina



realizada pelo Senado Federal. Mas a lei que criou a Agência estabelece que é possível a substituição de diretores em 3 hipóteses: renúncia, condenação judicial com trânsito em julgado e processo disciplinar. Com base nisso e com base nos indícios do § 2º da lei, no seu art. 14, que estabelece que cabe ao Ministro da Defesa, só a ele, instaurar o processo que será conduzido por Comissão Especial constituída por servidores públicos federais estáveis, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferido em julgamento, nós não estamos questionando as agências, a modelagem, não estamos utilizando nenhum instrumento inexistente, mas utilizando algo que consta na lei e que nunca foi utilizado. Portanto, é um fato novo como instrumento. E, além disso, dá-se uma possibilidade ao Presidente da República — sem utilizar a pressão, como foi noticiada, que possa ser realizada contra os diretores para que renunciem —, que, se entender, pode afastá-los em razão da abertura do processo.

Por fim, o quarto ponto: qual a razão do processo? Para terminar, Sr. Presidente, estamos discutindo se a Agência tem sido ou não eficiente, se a Agência tem sido ou não omissa no enfrentamento da crise, e, como indícios novos, a utilização indevida das passagens, a denúncia realizada pelo Brigadeiro Pereira, e todo o questionamento que vem sendo realizado com relação à malha e às competências não assumidas na agência e atribuídas ao CONAC, com relação à malha aérea brasileira. Portanto, são indícios a justificar a abertura de um processo. Uma simples recomendação ao Ministro não tem poder vinculante, mas uma determinação da CPI permitirá que se abra esse processo e se permita, com levantamento de provas e ouvindo as pessoas especificamente para essa apuração. E é bom registrar: não é contra um dirigente, é contra todos os diretores, porque todas as decisões são colegiadas.

Então, são esses 4 pontos, entendendo que não existe a prejudicialidade, porque é matéria constitucional. Vai depender desta CPI utilizar esse instrumento e entender se cabe ou não abertura de um processo disciplinar nesse momento, como o fez ao determinar a requisição de documentos, como o fez ao requisitar a realização inclusive de análise das caixas-pretas enviadas a esta Comissão. Sempre lembrando: de um lado, o acidente aeronáutico, mas, de outro lado, o foco da CPI nos riscos aeronáuticos, analisando a infra-estrutura, as questões de gestão, que é



um papel que esta CPI pode fazer, não podendo substituir a quem tem competência para investigação do acidente, em especial do SIVAM.

É a manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Gustavo Fruet, obrigado.

Ainda está em discussão. Se alguém quiser encaminhar o voto contrário ao requerimento, já encaminhou o autor; cabe ao autor e a mais um.

Deputado Vaccarezza, se quiser, rapidamente.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Quero.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu informo aos Srs. Parlamentares que a decisão desta Presidência é submeter a voto o parecer do Relator pela prejudicialidade. Vou submeter a voto o parecer. O requerimento tem o parecer do Relator. Vou submeter a voto o parecer do Relator. Se o Plenário aprovar a prejudicialidade, o requerimento será prejudicado.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sr. Presidente, posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vaccarezza, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Fruet, que apresentou o requerimento. Eu tenho respeito pelas posições postas pelo Deputado Fruet, mas gostaria, em primeiro lugar, de pedir ao Deputado que tivesse mais ponderação na qualificação de algumas questões.

Primeiro, quando se qualifica uma gestão temerária, é preciso, no mínimo, com responsabilidade, qualificar o que é gestão temerária.

Esta CPI ouviu aqui por 2 vezes o Presidente da ANAC, o Sr. Zuanazzi, e eu não vi, e nenhum de nós aqui assistimos, a qualificação da gestão temerária, com tudo o que esse termo significa — que o Deputado Fruet sabe o que é — nessa oitiva que fizemos.

Em relação ao acidente, está claro que, se alguém teve culpa, não foram os diretores da ANAC. Se se quiser fazer disputa política, podemos fazer. A ANAC é uma agência, uma instituição de Estado, não foi indicada e aprovada pelo Presidente Lula. Foram indicados pelo Presidente Lula os seus diretores, foram eleitos os seus diretores pelo Senado da República, com pessoas de diversos



partidos emitindo sua opinião e com o voto de todos os partidos, com aquela relação de força que tinha o Senado quando aprovou cada diretor da ANAC. Então, eu acho que é intempestivo a CPI abrir um processo administrativo contra os diretores da ANAC apenas por críticas pontuais no funcionamento da ANAC — e nós vamos discuti-las uma por uma.

Se houvesse esse quadro defendido pelo Deputado Fruet, todos nós seríamos favoráveis. Como não existe essa qualificação que ele deu, de gestão temerária, vamos pegar, só para encerrar, Sr. Presidente, a última denúncia feita pelo Brigadeiro J. Carlos, por quem eu tenho bastante... eu não sei se ele fez a denúncia que foi vinculada pela imprensa, dizendo que a ANAC tinha autorizado a transferência de cargas, de aviões de cargas para o aeroporto de Ribeirão Preto. Primeiro, isso não é fato. No aeroporto de Ribeirão Preto não há carga, e a ANAC não poderia ter aprovado essa transferência. O que houve foi uma cessão do Governo do Estado de São Paulo para se fazer galpões para um determinado empresário. Eu vou, inclusive, entrar com um requerimento de oitiva aqui desse empresário e do diretor que autorizou esse... essa construção de galpões para, no futuro, se houver carga, serem usados esses galpões lá. Então, não tem base esse processo que o Deputado Fruet está propondo contra os diretores da ANAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Vacarezza.

Encerrada a discussão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, a discussão é só um favor e um contra o requerimento. V.Exa., se quiser, pode encaminhar a votação pelo seu partido, por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Então, para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Então, em discussão... Desculpe, perdão. Discussão encerrada. Em votação.

Eu vou primeiro anunciar o que nós vamos colocar, antes de dar o encaminhamento.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pela ordem, antes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Eu vou anunciar o que vai para voto, e aí V.Exa. encaminha a votação daquilo que eu anunciar.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Tudo bem. Tudo bem, mas eu quero fazer uma questão de ordem antes de V.Exa. encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. quer apresentar questão de ordem ou fazer encaminhamento?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Questão de ordem; depois encaminhado.

A questão de ordem é a seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Então, questão de ordem baseada em qual artigo do Regimento, Deputado?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Qual é o artigo em que V.Exa. se baseia para afirmar que se deve votar primeiro o parecer, e não o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu ainda não anunciei a V.Exa. o que eu estou encaminhando para votação. V.Exa. pode aguardar o encaminhamento e aí V.Exa. pode fazer a questão de ordem.

Em votação o Requerimento nº 470/07, do Sr. Gustavo Fruet, com parecer do Relator pela prejudicabilidade. Na pergunta que eu farei para votação, aqueles que concordam com o parecer do Relator vão votar de uma (*ininteligível*); quem rejeita o parecer do Relator vota com outro.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Para encaminhar, Sr. Presidente, pela bancada do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para encaminhar pelo PSDB, por 1 minuto, Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, primeiro, discordando do entendimento de V.Exa., que eu gostaria de questionar mais à frente, em função do artigo do Regimento que garante que a votação seja feita pelo parecer e não pelo requerimento, quero encaminhar favoravelmente, a favor da proposta do Deputado Gustavo Fruet, até porque fui também um dos seus signatários.



E quero dizer que, diferentemente do que entende o Deputado Vacarezza, é importante que não se confundam as coisas. Nós não estamos solicitando e nem acusando a ANAC de ter sido responsável pelo acidente. O que se coloca aqui em questão é que é muito mais o encaminhamento de que a gestão da ANAC é temerária. Essa é a questão.

Não se confunda aqui, ninguém está acusando a ANAC de ser responsável pelo acidente, mas, sim, pela gestão. Agora, há indícios que orientam à necessidade de abertura de um processo. Isso é trivial, do ponto de vista jurídico. Quer dizer, toda ação criminal, todo movimento feito por um agente policial é baseado em indícios, Sr. Presidente. Existem “n” indícios de que há gestão temerária, há preocupações, evidentemente, da nossa parte e da sociedade brasileira em relação a como foram conduzidos esse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Portanto, eu quero dizer que encaminho favoravelmente à proposta do Deputado Fruet, a Bancada do PSDB, e que seja votado aí pelos colegas favoravelmente, a fim de que o Ministério possa tomar essa providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado ) - O.k. Pelo PT, Deputado André Vargas solicitou a palavra. Um minuto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, é importante dizer que este País, os problemas que eventualmente este País tem começaram agora. A lei das agências reguladoras foi aprovada por orientação e determinação de uma lógica comandada pelo PSDB, à época do Governo de Fernando Henrique. Houve um apagão, o apagão de energia elétrica no País. À época, nem o PT, nem o PSDB, nem qualquer partido propôs a criminalização da ANEEL, a incompetência da ANEEL, nem ela foi acusada por gestão temerária.

Ocorre que nós tivemos 2 acidentes em meio a um problema de infraestrutura e nós temos tido dificuldade de focar o debate verdadeiro. Houve, sim, uma tentativa de criminalizar o Governo e setores do Governo em relação ao acidente da TAM, assim como o da Gol — Gol e TAM, de forma muito objetiva. Não é por aí. Vamos focar o assunto.

Votamos contra o requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - *O.k.*

Com a palavra a Deputada Solange Amaral, pelo DEM.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, para encaminhar, pelo Democratas, vamos votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Gustavo Fruet e lembrar que na verdade a questão da gestão temerária nem é só relativa à ANAC. O transporte aéreo está vivendo um momento de muitos questionamentos e que levou a pelo menos 350 mortes. Governar tem ônus e tem bônus. Governar também tem problemas de se acolher as responsabilidades sobre os fatos que ocorrem. Então, acho que não é um processo que vai condenar ninguém. A idéia é que se implante um processo administrativo, e o Democratas vai votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputada Solange.

Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão, pelo PMDB.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, eu falo pelos membros do PMDB, como Vice-Líder. O PMDB vai encaminhar voto contrário também à aprovação desse requerimento, porque há processos a serem seguidos, como o relatório final, e realmente nós não podemos politizar esse processo, como aconteceu no início da CPI e volta a acontecer novamente. O processo... o relatório da CPI vai encaminhar para as investigações e com isso a ANAC e a INFRAERO vão tomar as suas posições. Quero ressaltar aqui, novamente, que de fato temos dificuldades no Brasil no setor aéreo, ninguém está negando isso. O que nós estamos fazendo na CPI é analisar essa dificuldade.

Mas cabe dizer aqui também que os Estados Unidos também estão enfrentando dificuldades tremendas de atraso de vôos, de dificuldade e cancelamento de vôos, e nós vamos analisar isso aqui. O que não podemos fazer, e o PMDB não vai permitir, Sr. Presidente, Sr. Relator, é politizar o processo — houve esse acidente, houve novamente esse acidente — para tentar incriminar pessoas do Governo e incriminar principalmente o Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Ivan Valente, pelo PSOL. V.Exa. tem um minuto.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu entendo que aqui nesse requerimento o Deputado Gustavo Fruet está requerendo que isso seja solicitado ao Ministério da Defesa, apenas isso. É uma solicitação. Ora, todo o mundo aqui sabe que a Agência Nacional de Aviação Civil teve realmente enormes dificuldades. Praticou atos e deixou lacunas enormes. Eu iria mais longe, eu tenho uma posição sobre as agências reguladoras, que é a seguinte: elas foram criadas em um determinado momento, por isso, o PT deveria aprovar... E está-se discutindo a lei das agências reguladoras e agora é um bom exemplo prático para fazer um balanço das agências reguladoras, fazer um balanço. Tem-se um órgão interno inclusive que vai investigar sobre a capacidade e a competência...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...e as condições legais inclusive com que foram efetivados os atos da ANAC. Por isso, eu não vejo nenhum problema em aprovar uma solicitação ao Ministro da Defesa para que instale um processo administrativo. Pode ser que não dê em nada, mas agora é hora de dizer inclusive se devia haver agência reguladora.

Talvez a gente quisesse derrubar, e eu digo isso inclusive para o PSDB. A gente devia querer derrubar mesmo, porque, se for incompetente, não tem que ter estabilidade. Essa idéia regulatória precisa entrar em discussão. Agora, solicitar que seja feito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...não vejo nenhum problema aí. Acho que a CPI age com responsabilidade ao fazer isso.

O PSOL encaminha o voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado. Algum mais encaminhamento? Não havendo mais quem queira encaminhar...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Uma questão de ordem, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Questão de ordem, Deputado Gustavo Fruet.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Art. 117 do Regimento, no que trata dos requerimentos. Não há a figura do parecer para requerimento. Só comparando, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu respondo a V.Exa... contradito V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Só para concluir, Presidente.

De todo projeto, quando tá um parecer, é votado o parecer. O requerimento não tem parecer, não tem Relator, mesmo que o Relator tenha sido indicado. Então, é só para determinar o procedimento pelo precedente.

Se V.Exa. não acatar a questão de ordem, eu recorro ao Presidente da Câmara e votaremos o parecer. Isso porque amanhã ou depois em toda CPI poderá, para cada requerimento, ter um parecer do Relator. E com isso nós estaremos abrindo um precedente: não vamos votar mais requerimento. Daqui para a frente, se o Relator quiser, ele vai dar parecer em todos os casos.

Então, é só para estabelecer o precedente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Nós entendemos que o Relator pode dar parecer sobre qualquer coisa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Deve.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É que o Relator não tem exercido esse papel.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas não em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não em votação. É sobre a proposição. O art. 126, Deputado Gustavo Fruet, deixa muito claro:

*“Ar. 126. Parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo.”*

Nós estamos aqui declarando a prejudicialidade. Eu poderia ter feito...de ofício, mantido a decisão de não colocar em pauta. O requerimento é prejudicado não pelo conteúdo, pelo seu endereçamento e sim porque se trata de uma proposição que deva ser apreciada quando de relatório parcial ou final que se trate de sugestão do Poder Executivo. E para isso existe o parecer inscrito da Consultoria.



Então, nós estamos aqui discutindo... Na realidade, nós estamos atendendo a uma solução política de colocação, de discussão e votação, atendendo à solicitação de V.Exa. de submeter ao Plenário, porém já com o conceito monocrático de prejudicialidade. Então, eu estou levando o parecer ao Relator. Como cabe ao Relator a proposição do relatório final ou parcial a qualquer momento, cabe a ele emitir o parecer, sim. Esse é o meu entendimento.

Mas de qualquer forma, na votação, vai ficar muito claro que a maioria do Plenário vai pronunciar-se, seja favorável ou seja contrário à sua proposição, seja na apreciação do parecer, seja na apreciação da proposição. Eu não entendo que isso possa gerar nulidade ou possa gerar não entendimento, porque o mérito da situação, pode ter alguns Parlamentares que possam até concordar com esse mérito no relatório. Neste momento esses Parlamentares não estão concordando com esse mérito, mas acho que esse mérito tem de ser transferido ao Relator quando de relatório. Essa é a diferença de enfoque.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, quero que V.Exa. entenda — estou sendo honesto com V.Exa., V.Exa. também o foi —, por favor, que não quero, de forma alguma, provocá-lo, mas é pelo precedente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - ...que é uma forma — e aí sejamos objetivos — de evitar a votação de mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Toda matéria que seja objeto de relatório parcial ou final, esta Presidência submeterá o parecer do Relator sempre.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Presidente, então, eu recorro da decisão de V.Exa. e...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu quero, inclusive, Deputado Gustavo Fruet...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O recurso será encaminhado.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...se V.Exa. me permite, eu sei que nós estamos aqui em encaminhamento. Eu não entrei aqui no mérito da proposição que foi realizada por V.Exa., porque no mérito até podemos ter alguma... algum acordo



em relação ao mérito. Inclusive, porque eu acho que nós precisamos investigar as informações que estão chegando. Essa informação que V.Exa. colocou aqui, em relação à utilização de passagens, passes livres e outras informações, nós estamos checando, investigando, até para que uma orientação dessa, que parta desta CPI, possa partir com todas as argumentações possíveis e necessárias para ter consistência, não ser apenas um requerimento aprovado por esta CPI.

Então, não estou entrando no mérito, porque o mérito nós teremos ainda tempo para discuti-lo, apenas na conveniência ou não de aprovar um requerimento com essa característica em função do trabalho que esta CPI ainda irá realizar em relação a esse tema.

Só isso, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Encerrado o encaminhamento.

Em votação o Requerimento nº 470/07, do Sr. Gustavo Fruet, com o parecer do Relator pela prejudicialidade.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão.  
(Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Verificação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - ...com voto contrário...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Verificação concedida.

Chamada nominal.

Deputado André Vargas. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Beto Mansur.

(Pausa.)

Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Eduardo Cunha, "Sim".

Deputado José Carlos Araújo. (Pausa.)



Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - “Sim”.

Deputado Marcelo Castro. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Nelson Meurer.  
*(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Wladimir Costa.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - “Sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Antonio Carlos  
Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Thadeu. *(Pausa.)*

Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - “Não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Solange  
Amaral.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - “Não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vanderlei  
Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vitor Penido.

*(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

Deputado Osmar Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Wolnei Queiroz. *(Pausa.)*

Suplentes. “Não”, Deputado Fernando Gabeira, perdão.



**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Luciana Genro.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - “Não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, desculpe. Desculpe, eu não estava olhando para V.Exa. Perdão.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - V.Exa. nunca olha para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Perdoe-me (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Não, não importa. Minha vida tem sido extremamente feliz, independentemente disso. A única coisa que eu quero dizer a V.Exa. é que, toda vez que se omite o meu nome, é um ato falho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Perdoe-me. Estou pedindo perdão.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Essa é uma questão a ser estudada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu tenho o maior apreço por V.Exa. Peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Presidente, por favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Luciana Genro.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - “Não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Cândido Vaccarezza. (*Pausa.*)

Deputado Carlos William. Não completou o bloco? Não.

Deputado Edson Santos. (*Pausa.*) Completou.

Deputado Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado Sílvio Peccioli. (*Pausa.*)

Deputado Sérgio Brito. (*Pausa.*)

Deputado Sílvio Costa (*Pausa.*)

Deputado Fábio Ramalho. (*Pausa.*) Já completou.

Deputado Miguel Martini. (*Pausa.*) Ausente.

Terminada a votação.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, V.Exa. não falou meu nome.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É porque completou.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Da Oposição?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Rodrigo de Castro. Perdão. Ato falho.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - O que é isso? Da Oposição não pode votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, não. Não temos esse problema aqui, Deputado Rodrigo de Castro. É porque eu estou lendo e não estou olhando.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - É... ato falho, justamente a Oposição. Mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Então, peço desculpas a V.Exa. Eu estou tentando ouvir.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Voto "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Vota "não".

Bom, concluída a votação.

Votaram "sim", 13 Srs. Parlamentares; votaram "não", 7 Srs. Parlamentares. Foi aprovado o parecer do Relator pela prejudicialidade do requerimento. Votação concluída às 12h19, para efeito de contagem e nova verificação.

Item 19 da pauta: Requerimento nº 532/07, do Sr. Vanderlei Macris, que requer a realização de diligência no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento nº 532/07.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa*)

Aprovado.

Item 20: Requerimento nº 546/07, do Sr. Marco Maia, que solicita à Presidência desta CPI a contratação da sua assessoria técnica para análise do conteúdo das caixas-pretas (de voz e de dados) da aeronave Airbus A-320, prefixo PR-MBK, da TAM, envolvida no acidente aéreo ocorrido no Aeroporto de Congonhas, em 17 de julho próximo passado.



Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento nº 546/07.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa*)

Aprovado.

Item 21: Requerimento nº 526/07, do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Jorge Luiz Brito Velozo, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC.

Em discussão o requerimento.

Há quem queira discutir? V.Exa. quer discutir, Deputado Vaccarezza?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, como sugestão, vamos votar em globo: 21, 22, 23....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Não pode. Requerimento de convocação tem que ser individualizado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Votaríamos individualizado. As votações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Não pode. Tem que ser individualizado. Há um entendimento dessa Comissão.

Deputado Cândido Vaccarezza para discutir, então.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sr. Presidente, quero só registrar que o próprio Deputado Martini pediu para nós solicitarmos o adiamento, mas está na pauta e V.Exa. entendeu que tem que ficar e é o entendimento da Comissão. Não sei se ele, se aqui estivesse, iria discutir, mas, no caso, não estando, quero discutir o requerimento dele.

Nós ouvimos aqui, por 2 vezes, o presidente da ANAC. Não tem sentido convocarmos, a não ser que haja uma justificativa específica, cada diretor da ANAC individualmente. A ANAC tem uma diretoria colegiada. O presidente da ANAC explicou todas as questões aqui; portanto, não vejo sentido aprovarmos a convocação de um diretor da ANAC.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, para contraditar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Solange Amaral pode discutir. É um a favor e um ao contrário e, a partir daí, encerra-se a discussão. Vamos lá.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Com o imenso respeito que tenho pelo Deputado Vaccarezza, só para lembrar que em relação à Força Aérea Brasileira, que cuida da área da aviação civil, temos ouvido inúmeras pessoas que têm diferentes tarefas. Ontem, ouvimos o coronel que cuida da investigação. Na semana passada, ouvimos o Brigadeiro Kersul. Nesta semana, hoje, vamos ouvir o Brigadeiro Saito. Eu acho, e gostaria de encaminhar para os meus colegas... Qual é o problema de ouvirmos os diretores da ANAC? Não vejo dificuldade nisso, em as pessoas virem, cada uma, se são vários diretores. Senão, seria um só, seria uma agência que só tem um Presidente. É uma agência que tem presidente e diretores.

Para o bem do comportamento da nossa Comissão, da nossa CPI, que em relação, repito, a outros órgãos, tem chamado diversas instâncias, não há por que blindar a diretoria da ANAC. Vamos convocar o Sr. Josef Barat, D. Denise, tanta gente; qual é o problema? É para sabermos o que dizem, em que áreas, em relação à própria INFRAERO. Nós convocamos o Presidente da INFRAERO, veio a diretora de obras, de engenharia, veio o gerente da INFRAERO.

Então, queria encaminhar para os nossos colegas no sentido de que possamos trazer os diretores da ANAC, todos os que estão aqui relacionados. Acho que é do interesse dos trabalhos da CPI. E é para buscar uma posição de coerência, senão daqui a pouco nós vamos ver que em relação a alguns órgãos do Governo a CPI age de um jeito, em relação a outros órgãos do Governo a CPI age de outro jeito.

Dessa forma, queria propor que os Deputados votem favoravelmente à vinda dos diretores da ANAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Encerrada a discussão.

Vou passar a palavra ao Relator. A gente sempre dá a palavra ao Relator e mais 2. Quero dizer à Deputada Solange Amaral que, por requerimento de minha autoria mesmo, já veio aqui depor há 2 semanas o Presidente da ANAC. Então, não há uma atitude desta Comissão diferenciada com cada órgão do Governo. Eu



mesmo convoquei — é de minha autoria o requerimento — o Presidente da ANAC, o Presidente da INFRAERO e todos os que estavam envolvidos no acidente.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, estou propondo que a gente tenha o mesmo comportamento que estamos tendo com a INFRAERO e com a Força Aérea Brasileira, que tenhamos com a ANAC. Parabênizo V.Exa. pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Vou passar ao Relator.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Para o parecer ou opinião, Sr. Presidente? Questão de ordem, Sr. Presidente. É parecer do Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não estou pedindo parecer neste caso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Qual a diferença?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É porque a praxe acordada por esta Comissão nos encaminhamentos, nas discussões de requerimento, é que fariam o Relator, o autor e um em posição contrária. Esse tem sido adotado nas discussões de requerimentos. Eu tomei a iniciativa de passar primeiro ao Deputado Vaccarezza e não passei para o Relator, e S.Exa. pediu-me a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu só queria saber por que a diferença com relação ao requerimento do Deputado Gustavo Fruet. Eu não entendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu não pedi a S.Exa. para pronunciar parecer. Eu alertei, quando do encaminhamento, Deputado Vanderlei Macris...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, é matéria vencida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Além de ser matéria vencida...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não é vencida. Acho que são 2 pesos e 2 medidas. São diferenças que estão sendo claras aqui, e eu quero ser esclarecido. Eu tenho direito de ser esclarecido aqui, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não há necessidade de V.Exa. falar nesse tom, porque eu vou esclarecer.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É que estou sendo instado por alguns colegas de que é matéria vencida, e não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Esta Presidência ainda detém a palavra para lhe responder e irá lhe responder.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Esta Presidência esclareceu muito bem. Talvez V.Exa., na ânsia da discussão, não tenha prestado atenção.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Prestei, sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu disse que submeteria a parecer do Relator aquela matéria que fosse matéria de conteúdo de relatório parcial ou final. Essa matéria de convocação, obviamente, não é matéria de relatório. Não estou pedindo parecer. Estou dando a palavra para discussão ao Relator. Foi a praxe combinada pelo Presidente Marcelo Castro com esta Comissão, no início dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só quero dizer que esse é um entendimento da Presidência do qual discordo, permita-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. participou do acordo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Não, Sr. Presidente, não participou, não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não, permita-me, Presidente. Essa não é matéria de relatório. É uma discordância pontual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Macris, não estou pedindo parecer ao Relator, estou dando a palavra a S.Exa. para discussão.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, eu só quero, na verdade, fazer uma reflexão com V.Exas. Eu acho que nós estamos trilhando um caminho muito claro, muito concreto aqui na CPI de investigação, seja quem tiver de ser



investigado aqui, sem nenhuma dificuldade, sempre fazendo as mediações políticas necessárias. Temos um conjunto de requerimentos já aprovados por esta CPI que, se nós tivermos que ouvir todos, talvez nós tenhamos que prorrogar os trabalhos da CPI por mais 6 meses, em função do conjunto de requerimentos que nós já temos aprovados nesta CPI. Em muitos requerimentos nós acertamos, na condução dos trabalhos; em outros nós erramos. E nós temos que dar a mão à palmatória de que em alguns requerimentos nós acabamos convocando pessoas que vieram aqui e que muito pouco tiveram a contribuir com a CPI, embora a gente sempre tenha feito aqui, seja com o Relator, seja com o Presidente, as mediações necessárias para garantir que todos os Deputados que tenham requerimentos aprovados nesta Casa, nesta CPI, possam ter os seus... se não a totalidade dos seus requerimentos, as suas oitivas sendo realizadas, mas de forma equilibrada para atender a todos os interesses dos Srs. e Sras. Parlamentares.

Então, quando vejo muitos requerimentos sobre um determinado tema apresentados, eu acabo preocupado, porque acho que nós vamos acabar propiciando equívocos tipo aquele que nós vivemos aqui na semana passada com o especialista da Airbus, que se dizia representante da Airbus, e que chegou aqui e não era representante da Airbus, ou não tinha nada a acrescentar aos trabalhos desta CPI. Olhando para isso... E eu sei que todos nós aqui erramos com o intuito muitas vezes de acertar. Estamos acertando muito e, quando erramos, erramos porque estamos trabalhando. Estamos aqui e estivemos no recesso todo, conduzindo esse processo de investigação. Então, eu queria aqui pedir uma mediação a V.Exas. para que nós aprovássemos esse requerimento do Sr. Jorge Luiz Brito Velozo, que é Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil e tem uma responsabilidade específica na agência, que é a responsabilidade de tratar sobre os temas ligados à manutenção, segundo informações que nós recebemos. Ele trata desse tema da fiscalização das aeronaves, da fiscalização dos equipamentos e destas questões relacionadas a esses temas que são neste momento de interesse objetivo desta CPI. E eu proporia aqui a V.Exas. que nós aprovássemos esse requerimento do José Luiz Brito Velozo. E os outros 2 requerimentos, do Josef Barat e do...



**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, pela ordem. O Relator já está avançando sobre outros requerimentos. Nós estamos tratando de um requerimento. Senão... Isso aqui a gente poderia ter feito numa reunião prévia: coloca esse, tira aquele. Agora, ele está encaminhando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada, eu não posso censurar a palavra de quem está ao microfone.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Mas é questão da ordem dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O Deputado Marco Maia pode falar aquilo que entender falar.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Eu estou acompanhando, mas é a ordem dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exas. conduzam da forma como conduzirem. Eu não posso censurar a palavra que está com S.Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu estou propondo aqui, na verdade, um critério. Ao invés de nós criarmos essa situação de aprova tudo ou rejeita todos os requerimentos...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Relator, se me permite...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...que a gente possa avançar no sentido de aprovar esse requerimento do José Luiz Brito Velozo...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - O próprio Presidente impediu que o Deputado José Carlos Araújo... a proposta dele de votar em bloco. Foi o próprio Presidente que encaminhou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, nós não vamos votar em bloco. Vai ser individualmente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não estou propondo votar em bloco.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Mas está defendendo em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, S.Exa. está defendendo uma proposição política, da visão de S.Exa...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Critério.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - ...o critério político de S.Exa. de aprovar um e rejeitar os outros. É um direito de S.Exa., como V.Exa. pode defender a aprovação dos 3 ou a rejeição dos 3.

Para concluir, Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu quero só reafirmar isso, porque isso aqui nos garante um certo critério na aprovação de requerimentos dessa natureza e que nos permitam ir gradativamente avançando no processo de investigação. Se, na seqüência dos trabalhos, nós identificarmos que outros diretores da ANAC tenham contribuição para esta CPI que possam agregar informações novas que não sejam apenas do debate político, a gente pode aprovar esses requerimentos.

Agora, esse especificamente, o Luiz Brito Velozo, ele talvez seja importante porque ele é responsável na ANAC por esses temas relacionados à manutenção, aos equipamentos e a todas essas questões, e ele pode trazer uma contribuição importante para o trabalho desta CPI. Então, eu queria propor isso, se o Deputado Vaccarezza assim entender e isso ajudar na compreensão inclusive de um acordo para nós votarmos esses requerimentos. Eu acho que seria uma boa medida, que permitiria avançar nos trabalhos desta CPI e garantir com isso que nós tivéssemos eficiência, qualidade e ao mesmo tempo não fugíssemos do centro das nossas investigações, que estão relacionadas também agora ao comportamento da ANAC.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Bom, eu vou fazer o seguinte: eu tenho que apreciar requerimento a requerimento. Se no curso... Eu darei a palavra partidariamente para encaminhar, e V.Exa. encaminha pelo seu partido e mostra sua posição, assim como os demais que estão pedindo. E aí, se houver acordo, será tácito. Eu, pessoalmente, apóio a proposta do Relator, e o meu voto pessoal será conduzido dessa forma. Agora, cada um terá o direito, obviamente, de se manifestar.

Encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação, primeiro, o Deputado Cândido Vaccarezza, pelo PT. Logo em seguida, a Deputada Solange Amaral, pelo DEM.

Um minuto para V.Exa.



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sr. Presidente, como eu falei contra, quero pedir a compreensão dos meus companheiros de nós não termos um encaminhamento de bancada, mas atendendo à solicitação e ao encaminhamento de V.Exa., que tem conduzido muito bem aqui a CPI, e do nosso Relator, que tem feito um trabalho exemplar, eu quero retirar a minha contraposição e concordar com o encaminhamento do Relator e de V.Exa., entendendo que vamos ouvir um diretor da ANAC que trata de uma área técnica e que isso vai ajudar o trabalho aqui da CPI.

Então, eu, pessoalmente, quero retirar a minha contraposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O.k. Pelo DEM, Deputada Solange Amaral, orientação de bancada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, para encaminhar, primeiro, que está em votação o Requerimento nº 526/07.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Item 21 da pauta, Requerimento nº 526/07.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - De convocação de um diretor da ANAC. A seguir, o item 22, o item 23...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Sem dúvida.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Nós vamos tratar de votação de requerimento de convocação de outros diretores da ANAC. Só para lembrar, o comportamento que esta Comissão — o Deputado Marco Maia, V.Exa., o Deputado Marcelo Castro — tem tido em relação aos outros órgãos do Governo... O Ministério da Aeronáutica já veio aqui acho que com mais de 10 dos seus...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O Comandante Saito está aguardando para iniciar seu depoimento aqui na Comissão.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Claro. Que bom, que bom, que bom. Mais de 10 dos seus representantes, nos seus diversos níveis.

Então, por essa razão, Sr. Presidente, eu quero alertar, pedir a compreensão dos companheiros Deputados, que a CPI não pode participar de blindagem — a expressão é minha, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Não pode blindar a Diretoria da ANAC. Se é um órgão colegiado, aprovado neste Congresso, pelo Senado Federal



— se os Deputados assim entendem —, é preciso que toda a diretoria da ANAC venha, até porque fica muito ruim para a nossa CPI. É a ANAC que está no foco em diversos órgãos. É importante que venham todos os seus diretores...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - ...para serem indagados e ouvidos por esta CPI.

Portanto, eu quero votar juntamente com o Deputado Vaccarezza, com o Líder, com o nosso Relator, o Requerimento nº 526/07...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - ...para a vinda do diretor Jorge Luiz Brito Velozo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pelo PV, Deputado Fernando Gabeira, para orientar sua bancada.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sr. Presidente, eu tendo a concordar com a idéia do Relator de que precisamos de um critério. Na minha opinião — e discordo fraternalmente da Deputada Solange Amaral —, não é interessante trazer todos os diretores da ANAC, mas trazer os diretores da ANAC que nos interessam para um determinado tema.

E, nesse sentido, a grande lacuna, na lista de requerimentos, refere-se à diretora Denise Abreu, que tem aparecido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu gostaria de dar uma satisfação a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O requerimento de convocação da Dra. Denise Abreu havia sido colocado em deliberação na última sessão antes do recesso. Foi votado um requerimento aqui de adiamento por 5 sessões — são sessões de Plenário. Então, ele não teria condições de ser colocado em votação hoje, porque tratava-se do mesmo tema. Na próxima sessão deliberativa, vão se cumprir as 5 sessões. Amanhã terão sido cumpridas as 5 sessões, aí o requerimento estará pronto para ser colocado em pauta. Hoje não haveria condições legais para ser colocado em pauta, por isso é que não foi colocado em pauta.



**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - No meu entendimento, poderia haver um acordo entre nós, no sentido de eliminar todos os requerimentos que são, digamos assim, não bem justificados para trazer diretores da ANAC e nos fixarmos naquele onde há o consenso de Governo e de Oposição, independentemente do critério de cada um avaliar o caso, de que é preciso um esclarecimento.

Por isso, acho que em alguns casos votarei contra a vinda de diretores da ANAC. Mas continuo pedindo que coloquemos aqueles casos que realmente podem nos esclarecer. No caso da Dra. Denise, havia já...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Nesse fim de semana houve uma denúncia da *Veja* a respeito do uso de passagens e de relações, e também o ex-presidente da INFRAERO saiu fazendo uma denúncia que nós precisamos pelo menos avaliar. Então, é meio... Nós não podemos escapar desse tipo de depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado.

Pelo PSDB, Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Presidente. Primeiro, com relação — e eu respeito, por isso que recorri — à decisão de V.Exa., esse procedimento não foi acertado com o Presidente Marcelo Castro, com relação a quais os momentos em que o Relator daria ou não o seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não foi parecer, Deputado. Foi acertada a discussão de requerimento. Foi, sim. V.Exa. pode pegar as notas taquigráficas das primeiras reuniões que V.Exa. vai encontrar isso.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Não com parecer. Mas eu quero insistir que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, o parecer foi apenas nesse caso, e eu justifiquei o porquê.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Por isso eu recorri. Mas quero dizer que foi uma decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O seu recurso será encaminhado, sem problema algum.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, não há dúvida. Senão vai parecer também que nós queremos descumprir algum acordo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Segundo ponto: a ANAC, ao contrário dos demais órgãos, todas as suas decisões são por colegiado. Não existe decisão monocrática, nem do seu Presidente. Uma questão é investigar denúncias. Inclusive entramos com um pedido de convocação da Dra. Denise. Foi, como V.Exa. esclareceu agora, adiada a votação do requerimento de convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Ele não poderia ser colocado em pauta hoje.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Inclusive... Entendo. Nesse ponto, concordo com V.Exa. Nós entramos com um requerimento também, e temos um requerimento sobre ela com relação a denúncias. Agora, a linha de depoimentos é para entender o funcionamento da agência, cada um na sua área específica. Então, nesse sentido, o encaminhamento é favorável à convocação, a deixar aprovada a convocação de todos os seus diretores, reafirmar a necessidade de convocação da Dra. Denise, sempre lembrando: as decisões da ANAC, ao contrário de todos os demais órgãos, são por colegiado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Deputado José Carlos Araújo, pelo PR. Logo em seguida, o Deputado Ivan Valente, pelo PSOL. Um minuto. Vou ser rigoroso, porque o Comandante Saito já está aguardando para o seu depoimento. Não quero perder o tempo até a Ordem do Dia numa oitiva tão importante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Toda vez que eu vou falar V.Exa. é sempre muito rigoroso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É pessoal. V.Exa. sabe que é pessoal o apreço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, eu quero concordar com o Deputado Fernando Gabeira. S.Exa. realmente foi muito feliz nas colocações que fez, porque nós temos que trazer aqui as pessoas que são necessárias para o bom andamento dos trabalhos. E o Relator Marco Maia



realmente colocou aquilo... o diretor que é de interesse desta CPI, interesse da Relatoria ouvir.

Agora, quero também, Sr. Presidente, rechaçar a fala da Deputada Solange Amaral quando S.Exa. fala que nós queremos blindar a diretoria da ANAC. Ninguém quer aqui, pelo menos no meu entendimento, blindar ninguém. Nós queremos fazer com que esta CPI ande e adiante mais os trabalhos. Por isso, eu rechaço essa história de blindagem e concordo plenamente com a proposta do Relator Marco Maia e quero elogiar o Deputado Fernando Gabeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Ivan Valente, um minuto para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PSOL vai votar a favor da convocação desse diretor da ANAC, votará a favor também da convocação dos outros diretores e também, na semana que vem, a favor da convocação da Sra. Denise Abreu. Só quero colocar a seguinte questão: eu acho que nós poderíamos ouvir não separadamente, mas em bloco, alguns diretores, por razões óbvias. Se é um tipo de acusação formal, por exemplo, entre o brigadeiro José Carlos, que acabou de sair da INFRAERO e fez uma acusação, e a Denise Abreu, não dá para discutir junto as questões de manutenção técnica etc. da ANAC ou a cobertura da malha aérea etc. Então nós podemos fazer separações, e eu queria que a CPI fosse racional nessa questão. Discutiríamos as questões que interessam, inclusive de conhecimento do trabalho da Agência Nacional e as dúvidas que há. E nos casos de acusações de malversação seriam separados. É essa a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado.

Deputado Beto Mansur, pelo PP.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Sr. Presidente, eu sou favorável que venha separadamente, até porque decisões da diretoria, como lembrou o Deputado Fruet, são de colegiado. É lógico que determinada ação que for tomada, alguma decisão que for tomada de diretoria, muitas vezes, você pode saber através das atas qual foi o diretor que votou favoravelmente e qual foi o diretor que votou contra. Então, eu defendo que todos os diretores da ANAC venham aqui prestar os seus depoimentos e colocar suas posições, referendar exatamente o que foi feito, o que



foi votado em determinada reunião de diretoria. Se houver uma denúncia, eles são responsáveis, individualmente, em função até do voto que deram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Beto Mansur.

Encerrado o encaminhamento, orientação de bancada.

Em votação o Requerimento nº 526, de 2007, do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Jorge Luiz Brito Velozo.

Os Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Deputado André Vargas.

Eu vou fazer um apelo a V.Exas., pelo adiantado da hora. Se nos próximos 2 requerimentos, as posições já foram externadas publicamente, que nós apenas votássemos, sem novo encaminhamento. Todos já manifestaram sua posição.

Há alguma discordância sobre esse ponto?

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, eu acho que vamos... Nós temos de... Requerimento é requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, não, eu não disse votar, eu estou pedindo para que não façam de novo a discussão e orientação longa. Nós estamos perdendo tempo de oitiva do Brigadeiro Saito.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Eu não diria que estamos perdendo, não estou dizendo que estamos perdendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, eu diria o seguinte: eu não estou querendo tirar o direito de votar, eu estou pedindo para abrirem mão de discussão e, se possível, de orientação. Aqueles que acham que têm que orientar, orientem rapidamente, digam só "sim" ou "não", por seu partido.

Item nº 22, Requerimento nº 528, de 2007, do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Joseph Barat, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, eu desejo discutir.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Orientar a bancada. Orientar a bancada, Deputada. V.Exa. já... Eu estou fazendo este apelo para ganharmos tempo.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - O.k. Vamos orientar a bancada. Um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Orientar bancada. Pelo PT, Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - "Não."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pelo PMDB, Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - "Não."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Solange Amaral, pelo DEM.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, para deixar claro que o que estamos votando é a convocação de um integrante de uma agência colegiada. Dessa forma também, como disse o Deputado Gabeira aqui, na semana que vem, pelo mesmo critério, a Sra. Denise Abreu também não virá a se configurar esse procedimento, e lembrar que é muito importante que nós possamos nos comportar, da forma como temos feito, em relação ao Ministério da Aeronáutica e em relação aos outros órgãos, a INFRAERO, para que possam vir os diretores da ANAC, aliás, para usar aqui a CPI, para se defender de tanta coisa que tem sido levantada contra eles.

Portanto, eu quero votar favoravelmente à vinda e pedir ao meu partido que assim acompanhe, a vinda do Sr. Joseph Barat, Diretor da ANAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O.k.

Não havendo mais quem queira orientar, em votação o item nº 22, Requerimento nº 528, de 2007, do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Joseph Barat.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento, permaneçam como estão.

Rejeitado.

Item nº 23, Requerimento nº 529, de 2007.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ordem de votação, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não há uma ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Qual é o próximo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Hã?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Próximo requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Item nº 23, Requerimento nº 529, de 2007, que requer a convocação do Sr. Leur Antônio...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quero registrar o voto favorável da bancada do PSDB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Registro o voto favorável da bancada do PSDB.

Item nº 23, Requerimento nº 529, de 2007, do Sr. Miguel Martini, que requer a convocação do Sr. Leur Antônio Britto Lomanto, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Peço, pelos mesmos motivos...

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento do item nº 23.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão.

Rejeitado.

Item nº 24...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Com o voto favorável, da bancada do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Registro o voto favorável da bancada do PSDB.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - E o voto favorável do Democratas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - E da bancada do DEM.



Item nº 24, Requerimento nº 535, de 2007, do Sr. Eduardo Cunha, que requer a convocação do Sr. Raul Alonso, Diretor de Vendas da Airbus, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, aqui na... Existem 4 requerimentos que dizem respeito à Airbus: Sr. Raul Alonso, requerimento de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, eu vou juntar o 25 e o 26, que são a mesma pessoa, mas eu tenho de votar separado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sim, mas tem ainda o Sr. Eduardo Marson Ferreira, da EADS....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há 2. Esses eu vou juntar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - ...Sr. Mário Colaço, engenheiro de suporte da Airbus, e o Sr. Yannick Malinge, Vice-Presidente de Segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O do Sr. Yannick já foi votado e já foi aprovado, foi inversão de pauta. É o que vem depor amanhã. Os outros, a idéia é que seja submetido, e se for aprovado, virá na próxima terça-feira, e em função do que vier amanhã da Airbus. Amanhã, dependendo do depoimento de quem vier amanhã, nós podemos entender que as oitivas dos outros não serão urgentes, e não as faremos na próxima terça-feira. A idéia desta Presidência é, se aprovado o requerimento, agendar, a princípio, para a próxima terça-feira.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem com relação à questão que envolve esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Qual requerimento?

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - O requerimento da convocação do Diretor de Vendas da Airbus. A minha preocupação... Outro dia vem um representante aqui da Airbus...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Beto Mansur, eu vou esclarecer a V.Exa.: primeiro, os advogados da Airbus, ontem, oficiaram a indicação do nome do Vice-Presidente — nós já aprovamos o requerimento — para vir depor amanhã. Esse Sr. Raul Alonso foi informado, por ofício, pela pessoa que veio na semana passada, como a pessoa que poderia responder a esta CPI. O Sr.



Eduardo Maçom, que é o próximo, e já vou adiantar a discussão para ganhar tempo, é o Presidente da empresa controladora da Airbus. E o Sr. Colaço é o engenheiro proposto pela Deputada Solange, que, pelas informações, fica sediado num hangar da TAM e cuida de manutenção de aeronaves. Esses são...

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - O importante aí, Sr. Presidente, é o seguinte: nós precisamos saber se quem vem da Airbus não vem falar bem do avião, vem dar a informação que nós precisamos saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Por isso é que nós não podemos botar uma única pessoa, razão pela qual a minha sugestão, de que eu falei agora, é que — o requerimento já está aprovado, a pessoa que vai vir depor amanhã foi sugestão da companhia, para falar pela companhia — nós avaliemos mediante os requerimentos aprovados para a oitiva dos outros que estão aprovados ou de qualquer outro que amanhã seja informado ou que saia extraído do depoimento. Como nós não temos o dom da premonição para saber o que vai sair do depoimento, eu quero já...

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - A questão não é premonição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, eu estou dizendo outras pessoas que possam ser...

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Eu respeito que cada Parlamentar possa apresentar o requerimento que quiser. O detalhe é que, para a Comissão, nós precisamos saber qual é a capacidade desse cidadão que vem falar, porque vem falar aqui de venda da Airbus e das maravilhas do avião, para nós não interessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Sem dúvida nenhuma. Então, amanhã, nós teremos a oportunidade de esclarecer isso.

Bom, poupando a situação, encerrada a discussão...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para discutir, Deputado Vanderlei Macris, o item 24.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Nós temos adotado a prática aqui de, no máximo, 5 minutos, se V.Exa. puder... Eu volto a alertar V.Exa.: eu encerrarei a oitiva do Brigadeiro Saito no momento que se iniciar a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração. Talvez não use meus 5 minutos. Mas acabamos de colocar em votação requerimento de V.Exa., como autor, que traz aqui a convocação do Sr. Raul Alonso, Diretor de Vendas da Airbus. Nós vamos votar, a bancada do PSDB, favoravelmente a essa propositura. Mas eu não gostaria de deixar de fazer uma consideração, Sr. Presidente, sobre a votação dos 2 itens anteriores, o 22 e o 23, 528 e 529, que falam da convocação do Sr. José Barat e do Sr. Leur Antônio Britto Lomanto.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos um requerimento, apresentando por mim e pelo Deputado Gustavo Fruet, convocando a D. Denise Abreu em função das denúncias que tivemos neste fim de semana sobre a interferência de um amigo para a modificação da estrutura que existe hoje em relação às ações da INFRAERO na questão do transporte de carga; que ela teria privilegiado interesses próprios de amigos para a modificação dessa estrutura atualmente existente para a cidade de Ribeirão Preto. Além disso, Sr. Presidente, temos declarações de Procuradores nesse fim de semana com muitas denúncias e muitas preocupações.

Temos também, Sr. Presidente, na questão da ANAC, um envolvimento dessa agência em vários problemas. Nós temos deixado claro, cada vez mais, que a Agência Nacional de Aviação Civil foi utilizada, do ponto de vista da sua estrutura, para acomodações políticas, na ação do Governo. Isso está ficando cada vez mais claro, quando temos aqui demonstrações e declarações de participação não só na questão das filiações partidárias do presidente, mas também de diretores, e que mostrou uma incapacidade clara ao longo desse tempo todo de viabilizar uma regulação do mercado, uma regulação da estrutura da aviação civil no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, a ANAC está claramente sob suspeita, não só do ponto de vista gerencial, não só do ponto de vista da sua capacidade gerencial, mas também de irregularidades, Sr. Presidente, da presença clara de diretores da ANAC mancomunados com ações — já denunciadas pelo Tribunal de Contas e, agora, por



denúncias do próprio brigadeiro José Carlos Pereira — envolvendo irregularidades de natureza ética. E, mais do que isso: omissões no cumprimento de atribuições legais, de regular e também de fiscalizar o transporte aéreo nacional, de parte da diretoria.

Então, nós estamos claramente vendo, Sr. Presidente, que aqui houve uma mobilização da base de Governo, muito clara para o nosso entendimento, no sentido de privilegiar uma certa cobertura ao chamamento dos diretores da ANAC para depoimento nesta Casa. Então, eu queria deixar claro neste encaminhamento a minha discordância, a minha preocupação. Até o presente momento, o Deputado Marcelo Castro e o Deputado Marco Maia estavam conduzindo esse processo de maneira muito adequada — e V.Exa. também, Deputado Eduardo Cunha, presidindo esta sessão de maneira adequada. O que me preocupa, Sr. Presidente, é a tentativa de politização deste trabalho na reunião. É isso o que foi discutido e eu quero...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, peço a garantia da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há um orador concluindo a sua palavra. Já está determinado o tempo. Vou dar um tempo para V.Exa. concluir a sua palavra. Eu já pedi. Já se passaram 2 minutos, mas V.Exa. tem a palavra assegurada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Obrigado, Sr. Presidente. Vou concluir. Preocupam-me muito os destinos desta Comissão. Queremos continuar investigando, este é o nosso papel. Agora, proteção para quem tem responsabilidade, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra pela ordem, quero dar um esclarecimento a V.Exas.: não aceito certas afirmações. Primeiro, o Presidente da ANAC já veio 2 vezes a esta Comissão — 2 vezes, uma por força de requerimento de minha autoria; o Presidente da INFRAERO já veio 2 vezes a esta Comissão. Nós acabamos de aprovar a convocação do Diretor da ANAC, que é o responsável pela área que cuida da parte técnica. Ninguém disse aqui que vai recusar requerimento que não pôde ser colocado em pauta hoje por questões legais. Então, não há blindagem de



ninguém, não há mobilização para nada, está-se exercendo o direito legítimo de Maioria.

Continuando a discussão, mais um para discutir, rapidamente, lembrando a V.Exas. que eu vou encerrar o depoimento do brigadeiro Saito na hora do início da Ordem do Dia.

Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

V.Exa. quer discutir?

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Quero discutir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não, quero colocar... acho que o Deputado Vanderlei Macris vir falar aqui em mobilização... existe a presença de todos os membros da Comissão. Isso é legítimo. Então, o Deputado Vanderlei Macris quer discutir e colocar aqui uma suspeição sobre a presença dos membros desta Comissão. Ora, nós estamos aqui votando legitimamente. Estão sendo exercidos os direitos de Maioria de Minoria. Está-se debatendo.

Esta Comissão em nenhum momento deixou de discutir qualquer um dos temas propostos; só que existe a necessidade de se colocar uma ordem nos depoimentos, e essa ordem é discutida a partir da votação. Então, eu quero aqui repudiar esse tipo de discussão de tentar politizar a CPI. Nós estamos indo muito bem na CPI. A CPI está avançando, debatendo. Debateu o acidente da Gol, debateu o acidente da TAM, tem propostas para as várias questões que estão envolvidas na questão da crise aérea, o controle aéreo, infra-estrutura etc. Então, é questão nossa.

O problema é exatamente avançar nos trabalhos, e esse tipo de intervenção, Sr. Presidente, não ajuda. Nós estamos aqui tomando tempo de um depoimento que poderia ser feito e não está sendo feito pelo Brigadeiro Saito. Estamos aqui em um debate político — e vamos fazer o debate político toda vez que for necessário.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. A discussão já está encerrada. Cabe orientação de bancada, 1 minuto por partido.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Zarattini estava discutindo; eu não posso discutir?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Para a discussão, são 2. Já houve 2. Mas V.Exa., se quiser, pode orientar a bancada, pelo DEM, se V.Exa. quiser.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Oriente, por gentileza. Um minuto.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Agradeço. Em primeiro lugar, quero dizer ao Deputado Carlos Zarattini que é isto mesmo: a maioria do Governo está presente e está votando contra a vinda de toda a diretoria da ANAC, agindo... Esta CPI vai agir e está agindo de maneira diferente entre os diversos níveis de governo. Se Congonhas tinha 25% a mais de *slots* do que devia ter, foi porque a ANAC autorizou; se os aviões pousaram com pista escorregadia e molhada, é porque tinha um ato normativo da ANAC autorizando isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Portanto, Sr. Presidente, é devido que esta Comissão prossiga como vinha caminhando. Nós convocamos todas as hierarquias da Aeronáutica; a ANAC sequer tem hierarquias, é um órgão colegiado. Qual é a razão de impedir ou de não concordar que venham aqui os outros diretores da ANAC? O Governo está presente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada, não estamos discutindo esse requerimento, mas orientando o da Airbus...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - ...e o Governo está encaminhando contra a vinda dos diretores da ANAC. Essa é a questão — é preciso ficar claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para orientar, pelo PT, Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é possível que nós fiquemos em silêncio perante esse tipo de insinuação. Creio que a CPI vem cumprindo um importante papel e continuará cumprindo esse papel de investigar o que tem de ser investigado.

Vamos repetir algumas coisas aqui. Em primeiro lugar, já ficou mais do que demonstrado nesta CPI que o coeficiente de aderência da pista está inclusive acima



das normas internacionais e, portanto, a ANAC inclusive verificou isso. Já foi aprovado aqui 2 vezes o depoimento do Presidente da ANAC; já foi aprovado aqui o depoimento de mais um diretor da ANAC, porém, um diretor que tem, entre as suas atribuições e responsabilidades, a discussão sobre manutenção e questões técnicas, que são importantes e devem ser esclarecidas aqui nesta CPI, por conta do trágico acidente do avião da TAM. Já foi esclarecido aqui que será votado, assim que o óbice regimental for superado, o requerimento que propõe a convocatória de outra diretora da ANAC, que sofreu uma acusação e que precisa prestar esclarecimentos.

Portanto, aqui não há blindagem, não há interesse de deixar de investigar o que quer que seja. Agora, aqui há também o seguinte: a idéia que a CPI ande, e que nós não tenhamos de ficar fazendo oitiva desnecessária, até para que nós possamos dar as contribuições que a sociedade brasileira quer: um plano aeroviário nacional, uma nova lei geral da aviação civil. Essas são as questões sobre as quais a CPI precisa se ater e se debruçar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, deputado.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Para concluir, nós votaremos sempre favoráveis à convocatória de pessoas que venham dar contribuições, e não apenas para permitir também que a Oposição queira fazer uma disputa política, porque, aí, vamos responder politicamente. E é obrigação de os Deputados estarem aqui. Então, Deputado que está aqui votando está cumprindo sua obrigação de ser membro titular pleno desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Beto Mansur, estou lembrando que nós não estamos votando requerimento de convocação de ninguém da ANAC. Então, nós estamos votando o requerimento da Airbus, item nº 24 da pauta.

Deputado Beto Mansur.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Só para encaminhar, Sr. Presidente. Eu só queria, logicamente, fazer um comentário: eu acho que nós acabamos perdendo oportunidades dentro da Casa. Eu queria fazer um só questionamento à Mesa sobre o seguinte, dentro do meu tempo: as informações das atas das reuniões da ANAC foram enviadas para a Mesa da CPI ou não?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu não tenho condições de responder isso neste momento.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Neste momento, não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Mas eu providenciarei a resposta e lhe darei no momento oportuno.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Eu acharia, Presidente, que seria extremamente pertinente, porque, às vezes, nós perdemos oportunidades na Casa. A ANAC, no meu entender, é o “x” da questão em cima de toda essa discussão que nós estamos fazendo. É lógico que nós acompanhamos os acidentes, fomos até para os Estados Unidos — no meu entender, sem necessidade — para acompanhar a abertura da caixa-preta.

Mas eu entendo — e é lógico que não quero entrar nessa disputa política entre PT e PSDB — que nós perdemos oportunidades, às vezes, de trazer determinadas figuras que podem dar sua contribuição, até porque, repito, as reuniões que foram feitas na ANAC foram feitas em um colegiado. E as pessoas que votaram são responsáveis por aquilo que fizeram.

Então, eu sou favorável à aprovação do requerimento de convocação de sua autoria do diretor de vendas da Airbus, sou favorável a isso, acho que ele pode eventualmente contribuir com alguma coisa, mas, com relação a essa discussão travada anteriormente, gostaria de comentar que nós devemos, sim, trazer essas figuras ligadas à ANAC porque, com certeza, eles vão dar a sua opinião sobre essa relação da Agência Nacional de Aviação Civil...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - ...com as companhias aéreas. Porque a Agência Nacional foi formada para defender o cidadão, para defender o usuário e para regular o sistema, e não para atender A, B ou C das companhias aéreas. Então, no meu entender, eu acho que nós perdemos a oportunidade de trazer toda a diretoria da ANAC para cá.

Mas, com relação ao requerimento, sou favorável.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Ubiali, para orientar. Um minuto para V.Exa.



**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, esta CPI em alguns momentos está perdendo o foco de trabalhar e poder sugerir, depois de discutir, soluções para o caos aéreo. E eu acho que a convocação do representante de vendas da Airbus é uma convocação para este objetivo inadequada. Nós estamos perdendo tempo convocando pessoas que não vão resolver o problema do nosso caos aéreo, do transporte. Por isso nós somos contrários à convocação dessa pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado. Encerrada a orientação de bancada.

Deputado Gustavo Fruet, 1 minuto para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - A observação do Dr. Ubiali é oportuna. Vamos só rapidamente neste 1 minuto lembrar: nós estamos investigando prioritariamente o acidente aeronáutico, ou a crise do setor aéreo e os riscos aeronáuticos. Nós estamos concordando em votar pela convocação das pessoas da Airbus porque foram os nomes indicados por V.Exa., em contatos com os representantes. Não estamos questionando se eles poderão ou não contribuir. Mas, da mesma forma, esse foi o critério que justificou o pedido de convocação dos dirigentes da ANAC.

Nós não podemos ter o constrangimento e aceitar a armadilha de desqualificar o debate dizendo que é uma disputa política. O Congresso tem que aprender a fazer a disputa política numa concepção positiva. Não se pode desqualificar. E criar um constrangimento para chamar os dirigentes da ANAC é relembrar que é a única agência que cuida de forma colegiada do setor aéreo brasileiro.

Hoje 2 nomes foram rejeitados, 1 nome foi aprovado. Nós não estamos falando em denúncia, os pedidos referentes à denúncia serão investigados na seqüência. Mas é importante que fique esse registro, o tratamento é diferenciado. E o mesmo critério que está sendo utilizado para a convocação do representante da Airbus nós queríamos que fosse utilizado para a convocação dos dirigentes da ANAC.

E por fim eu vou pedir, ao final, que V.Exa. possa fazer um esclarecimento. V.Exa. adotou um procedimento hoje, e eu recorri. Eu respeitei e recorri, mas eu



pergunto se será votado o relatório parcial do Relator; se não for votado, se será mantido como relatório parcial; e se for votado, se será aberto prazo para emendas, até para lembrar a manifestação dele no seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Bom, já esclarecendo a V.Exa., a votação de relatório parcial de iniciativa do Relator, precisa-se que ele solicite a pauta e peça a inclusão na pauta do relatório. Enquanto ele não incluir em pauta para votação o relatório dito como parcial, eu não posso submetê-lo a votação, nem ele é considerado como tal. É apenas uma sugestão de inclusão em relatório, que ele pode estar adotando como critério do seu trabalho. Mas se ele encaminhar à Comissão como relatório parcial, será colocado em pauta, será aberto prazo de emenda, será tida toda a tramitação garantida que o Regimento assegura a V.Exa. e a todos os Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então não foi enviado, não foi apresentado como relatório parcial?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não foi apresentado como relatório parcial.

Encerrada a orientação.

Em votação o item 24, Requerimento nº 535/07, do Sr. Eduardo Cunha.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do Deputado Dr. Ubiali.

Item 25: Requerimento nº 536/07, do Sr. Eduardo Cunha, junto com o item 26, da Sra. Solange Amaral, que solicitam ambos a convocação do Sr. Eduardo Marson Ferreira, Diretor Geral no Brasil da EADS, consórcio europeu que controla a Airbus.

Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Item 27: Requerimento nº 540/07, do Sr. Vic Pires Franco, que solicita a convocação do Brigadeiro José Carlos Pereira, ex-Presidente da INFRAERO, em conjunto com o item 28, Requerimento nº 556/07, dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris, que pedem a mesma coisa.



Em discussão os itens 27 e 28.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para discutir, Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, nós estamos discutindo, com relação às convocações anteriores do Presidente da INFRAERO, temas relativos à infra-estrutura, temas relativos à questão orçamentária e temas relativos à dificuldade de gestão e coordenação entre a INFRAERO e demais órgãos que cuidam do setor aéreo.

Esse pedido tem outro objetivo: ele foca nas denúncias apresentadas pelo Brigadeiro, em entrevistas realizadas no último final de semana, denúncias relativas à diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, de que teria agido para favorecer uma empresa no transporte de carga, registrando que ela teve uma resposta muito firme, inclusive afirmando, registrando que vai processá-lo por calúnia. E aí nós queremos ver se a denúncia se sustenta ou se foi uma denúncia leviana. E nesse sentido também, na seqüência, nós temos um pedido de quebra ou de transferência de sigilo telefônico dela e do empresário indicado para esta Comissão, para ver se tiveram algum contato neste período.

Segundo, ele denuncia a Aeronáutica de ter dificultado ou impedido a realização de concurso para a contratação de controladores civis, o que poderia ser de responsabilidade da própria INFRAERO.

Terceiro, ele denunciou que não assumiu um convento e que felizmente muitas das denúncias, ou melhor, nenhuma denúncia, no período dele, acabou sendo feita ou aberta, mas que ele não conseguiu apurar ou afastar todas as dúvidas com relação às denúncias feitas contra a INFRAERO, particularmente em relação às auditorias abertas pelo Tribunal de Contas da União. Ele lançou dúvidas, diferente do pronunciamento dele aqui nesta CPI.

Lembro a V.Exa. que perguntei qual a razão de ele ter afastado 2 diretores e 3 assessores, com base num parecer da Controladoria-Geral da União e numa decisão do Conselho de Administração da INFRAERO, o que era um fato inédito. Isso não foi respondido. A CPI se negou a permitir a solicitação dessas informações



e, junto com o Deputado Macris, nós, constitucionalmente, pedimos no plenário da Câmara esses dados da Controladoria-Geral da União.

E quarto, ele afirma que não teve padrinho político, mais uma vez nessa concepção negativa e desqualificada da idéia da política na vida pública brasileira. Nós queremos saber: os outros diretores tinham? Por que ele não mexeu na diretoria? Por que ele defende que o atual Presidente tenha liberdade para a modificação na diretoria? Trata-se de ressentimento pela forma como ele foi substituído ou trata-se de fato novo, que não foi objeto de manifestação dele quando na Presidência da INFRAERO?

Então nesse sentido, especificamente agora com relação à denúncia, nós pedimos que seja aprovada a reconvocação do Brigadeiro J. Carlos Pereira, em função dos fatos novos apresentados, que não foram apresentados quando dos seus depoimentos a esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para discutir, o Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - André.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É um contra e um a favor. Passou para o André? *O.k.* Deputado André.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Deputado Carlos Zarattini, quando começou a refutar, inclusive, algumas ilações do Deputado Macris, disse exatamente isto: que aqui a base do Governo está presente, votando, com suas posições. Às vezes há divergências na base do Governo. Nós, em função não só da pressão da opinião pública, da necessidade objetiva, nós, nesse período do recesso até agora, tratamos do acidente da TAM. Era necessário e foi feito.

Essa tem sido uma CPI que, no meu entendimento, tem prestado um serviço ao Brasil, e o seu relatório vai ter consistência. Mas nós não podemos aqui, a título de atacar o Governo, buscando as contradições de alguém que, tendo sido demitido, num momento de turbulência, tendo sido demitido muito mais pelas suas declarações, às vezes contraditórias, às vezes com umas figuras de linguagem inadequadas, mas muito menos pela sua gestão, pelos depoimentos que aqui prestou... Parte das sugestões, das reflexões que estamos fazendo, também tem a



ver com os depoimentos ouvidos aqui, inclusive do Brigadeiro J. Carlos, ex-Presidente da INFRAERO, por quem eu tenho respeito, respeito! Quando aqui estive, prestou esclarecimentos importantes.

Ligar aqui para justificar a convocação do Brigadeiro com relação às auditorias do TCU... Nós já tivemos aqui inclusive diretores da INFRAERO expondo. Nós não podemos ignorar o fato de... Essas ditas irregularidades apontadas em relatórios preliminares do TCU não podem servir de argumento para ataque, nem podemos nesta CPI, aproveitando de uma eventual situação de turbulência emocional, pela sua demissão, aproveitando declarações contraditórias, focar em discutir a questão de cargas — que até agora nesta CPI não foi discutida — em Ribeirão Preto, que é exatamente o foco da eventual declaração do J. Carlos.

Lógico, a Oposição cumpre o seu papel. Quando o Governo vota contra, diz que o Governo politiza, mas o Governo também votou favoravelmente, inclusive contra um voto meu, em relação à convocação da ANAC, de um membro da ANAC.

Agora, oferecer essa oportunidade, gastarmos aqui mais 2, 3 sessões, certamente servirá de justificativa amanhã para desvirtuar o foco, que é a questão da gestão aérea brasileira, para atacar o Governo. Portanto, eu sou daqueles que defendem o foco da forma como a CPI vinha. Nós nos dedicamos ao acidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nós dedicamo-nos ao acidente, mas agora é hora de racionalidade, de juízo. Quando da abertura desta CPI eu dizia, e reafirmo: CPI não pode servir para ficar fazendo aqui ataques irresponsáveis a um e a outro, nem pode servir para veicular eventuais ressentimentos havidos pela demissão desse ou daquele. Portanto, nós somos defensores de que esse requerimento seja reprovado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Encerrada a discussão, em votação.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Para orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para orientar, o Deputado Dr. Ubiali pediu primeiro.



**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, respeito muito as colocações do Deputado André Vargas, mas tenho que discordar dele no seguinte sentido: independente do emocional, o Brigadeiro tem e estava dentro do problema, portanto ele tem informações que num determinado momento ele não pôde dar ou não quis dar e que agora poderia dar. Acho, sim, que ele pode esclarecer muito isso. Portanto, somos favoráveis à aprovação desse requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para orientar a bancada pelo PSDB, Deputado Rodrigo de Castro.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, a máscara caiu neste momento. Nós vemos aí por parte da bancada do Governo uma defesa do indefensável. Primeiro, pelos argumentos usados, pelos equívocos nos argumentos usados. Falou-se que o Brigadeiro caiu por causa de figuras de linguagem inadequadas. Ora, por que a Ministra do Turismo ainda está aí, e por que o Ministro da Fazenda ainda está aí, partindo desse pressuposto?

Além disso, nós temos aqui um fato gravíssimo: um diretor... um ex-Presidente da INFRAERO, demissionário, que aponta irregularidades, que faz denúncias da maior gravidade e que, portanto, devem ser investigados.

Ora, como o Governo fala em hora do juízo neste momento e se escusa de uma discussão tão relevante para esta CPI? Então esta CPI... Falou-se em foco da CPI, falou-se em investigar a CPI. Para isso, nós devemos escutar o Brigadeiro, quando muito, para que ele venha aqui desfazer o que disse. No mínimo isso.

Então o PSDB aqui encaminha o requerimento favorável à presença do Brigadeiro aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para orientar. *(Pausa.)* Não há mais quem queira orientar?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu queria orientar pelo Democratas. Eu sou autor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Por favor, 1 minuto. Não, 1 minuto para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas eu também sou autor do requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Mas V.Exa. já perdeu a posição de discutir. A discussão... O Deputado Gustavo Fruet também é autor de requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu estou apenas comunicando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Foram juntados 2 requerimentos.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu estou apenas comunicando-lhe, Sr. Presidente: infelizmente, depois do acidente, no outro dia esta Comissão mudou da água para o vinho, mas mudou de novo para a água. No outro dia eu vi V.Exa. empenhado em trazer todas as autoridades do Governo para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - E vieram.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E continuam tendo que vir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - E estão aqui, esperando para depor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois então, mas há outras autoridades. Estou vendo aí o esforço de V.Exa. junto ao Governo para barrar a vinda, essa votação para a vinda do Brigadeiro J. Carlos. Eu até compreendo, mas V.Exa. me permita, pela relação que nós temos e pelo respeito que eu tenho por V.Exa., é totalmente diferente daquilo que nós vimos aqui no outro dia depois do acidente, aquela comoção nacional, aquela tragédia, que eu acho que nós temos a obrigação de continuar tendo esse mesmo sentimento. Já se passou aí um tempo, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu acho que eu não tenho mais nem o que concluir, Presidente. Eu quero esperar essa votação para ver como é que V.Exa. vai votar, como é que o Relator vai votar, como é que os Deputados vão votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, eu não estou constrangendo ninguém, de jeito nenhum. Eu quero apenas... É um direito que eu tenho. Vocês fizeram muito isso no passado como petistas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado, a minha posição...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Não está sendo democrata, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Por favor, agora vou ser obrigado a assegurar a palavra. Já encerrou o encaminhamento. Orientação de bancada. Por favor, por favor.

Encerrado o encaminhamento, em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento composto dos Itens 27 e 28 permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Minha posição é pública: votei contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Registrando o voto contrário do PSDB.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu queria registrar o voto do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O.k. Está registrado.

Item 29 da pauta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente, o contrário do PSOL.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Um apelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Questão de ordem ou apelo?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu não sei se nós teríamos necessidade de percorrer toda a pauta, tendo o Comandante da Aeronáutica aqui. De fato, até não deixa de ser uma forma de indelicadeza, e teríamos o depoimento do...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Só se houver consenso, senão tem que seguir a pauta, tem que alguém derrubá-la. Eu não posso tomar uma decisão dessa. Seria...



**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Há consenso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há consenso para suspender a apreciação para a oitiva do Comandante Saito?

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há consenso?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não há consenso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não há consenso.

Item 29: Requerimento nº 543/07, da Sra. Solange Amaral, solicita a convocação do Sr. Mário Colaço, engenheiro residente de suporte técnico da Airbus do Brasil.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há consenso? Não há consenso.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pode até haver maioria. Há consenso?

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Há consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Há consenso, Deputado Vic?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, Presidente, não há, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não há consenso? Não há consenso. Vamos lá. Não há consenso, não há consenso.

Item 31: Requerimento nº 55...

Volto a alertar que eu encerrarei a oitiva...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, nós temos um requerimento... Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Nós temos um requerimento importante, que é a convocação... Se quiser derrubar o *quorum*, podemos derrubar agora, não tem problema da minha parte. Nós temos um requerimento aqui, o nº 548, de 2007, justamente da pessoa que vem amanhã. Então, se nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Já foi votado, Deputado. Eu invertei a pauta no início. Já foi votado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - V.Exa. Inverteu? É porque eu cheguei atrasado. E temos outros aqui. Agora, se for consenso, se for... da minha parte não há nenhum tipo de problema então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu garanto à Comissão que todos os requerimentos que estão na pauta continuarão na pauta na próxima semana, assim como o requerimento da Dra. Denise Abreu. Então, se quiser, por uma questão de...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Até porque regimentalmente V.Exa. como Presidente não poderia fazer diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, posso sim. A pauta é prerrogativa do Presidente. Posso não colocar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu aceito o acordo, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sim, mas se adiarmos, prossegue a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Aceita o acordo? Então...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, só uma condição, então. Pode-se votar, aprovar ou derrubar. Agora, como não se discutiu, eu não vou provocar agora isso, a questão se será ou não pedida a prorrogação da CPI. Nós estamos trabalhando com um prazo final, que é o dia 30 ou 31 de agosto. Então eu peço o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Ele estará na pauta na próxima semana, com garantia absoluta. Foi um equívoco. Eu havia dado a orientação, e a Secretaria não entendeu.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Eu só peço a votação, então, de um requerimento, que é o último, o nº 555, que trata de transferência de dados sigilosos.



São 2: o 555 e o de V.Exa. Não entrou, acho que não entrou o do Sr. Carlos Ernesto. Eram 2 pedidos de quebra de sigilo: do empresário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O depoimento do Sr. Carlos Ernesto estava no Requerimento nº 568, item 32.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Não, é quebra de sigilo também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É porque o horário que V.Exa. entregou estava fora de horário de fechamento de pauta.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então votaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Se. V.Exa. quiser votar o Item 32, de comum acordo, a gente encerrar em seguida...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, não, não. Vamos seguir a pauta, vamos seguir a pauta. Vamos 1 a 1, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O.k. Requerimento nº 559/07...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Não vai adiar então?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Se não houver consenso... Estou pedindo consenso. Se não há consenso, eu vou seguir a pauta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Vamos 1 a 1. Eu acho que... Vamos cumprir a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris, que requer a convocação do Sr. Promotor Marcelo Goulart para prestar esclarecimentos sobre a ação civil pública que resultou em liminar que impediu o início das obras do terminal de cargas do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto.

Em discussão o item 31 da pauta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para discutir, o Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, entendemos que esse requerimento, como o outro, foca em questões secundárias à própria CPI. Foca, volto... Veja bem, ao invés de discutirmos o terminal de cargas e também a própria ocupação de espaços irregulares lá de Cumbica, que é um dos problemas do



transporte aéreo brasileiro, nós estamos indo para Ribeirão Preto. Quer dizer, voltando para essa, focando questões próprias de quem tem sua estratégia aqui na CPI, de ataques, como eu já tenho dito. Então, nós vamos votar contra esse requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para discutir favoravelmente, Deputado Rodrigo de Castro — S.Exa. havia pedido primeiro, Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, realmente essa questão de Ribeirão Preto causa estranheza, mas quem trouxe essa questão foi o próprio ex-Presidente da INFRAERO, o Brigadeiro, que denunciou — uma denúncia grave — que, diante de uma crise dessas, uma diretora da ANAC ainda estava interessada em fazer *lobby*. Essa é a denúncia, feita de maneira muito clara pelo ex-Presidente da INFRAERO, e que a bancada do Governo se recusa neste momento a investigar.

Sr. Presidente, o que uma nomeação em Furnas, o que nomeações no Governo não são capazes de fazer com o ânimo da bancada governista...

Portanto, Sr. Presidente, é muito importante que esses fatos sejam investigados, que esses fatos sejam apurados.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Qual é a questão de ordem?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É só para entender quais são as ilações do Deputado, que tem como seu pai Secretário do Governo em Minas Gerais, e nem por isso ele deixa de ser mais ou menos Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado, isso não é questão de ordem. V.Exa. não está... Bom, encerrada a discussão para encaminhamento...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, eu pedi a palavra, por favor.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. não é Líder.

Estou sugerindo o seguinte a V.Exas.: tem prerrogativa de votação requerimento de adiamento.

Há requerimento sobre a mesa: *"Requeiro o adiamento, por 2 sessões..."*

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, está em votação o requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. Sou obrigado a votar primeiro o requerimento de adiamento. É regimental. *"Requeiro o adiamento, por 2 sessões, da votação dos itens 31 a 41."*

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, o requerimento tem que ser apresentado no início da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, antes da discussão.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - No início da pauta. Nós já estamos a mais da metade da pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O requerimento é de minha autoria, Deputado. Ele está aqui na mesa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Honestidade, é importante mantermos isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É de minha autoria, está na mesa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Honestidade, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não foi questionado a tempo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - V.Exa. não levantou no início. Seriedade, Presidente! Seriedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Então, O.k. Está bem. V.Exa. entende que não pode agora, está certo. Será do item 32 ao 41. Vamos votar o item 31.

Para orientação de bancada. Encerrada a discussão, quem quer orientar a bancada?

Deputado Dr. Ubiali, orientação pelo PSB.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente...



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu não entendi por que esse atropelo, Sr. Presidente. Eu não entendi. O senhor estava tão calmo até agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu estava calmo...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor começou a atropelar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Nós propusemos um consenso aqui para tentar fazer a oitiva do Brigadeiro Saito, com a condição correta de todo mundo. De repente se desandou, e passou a virar uma politização, inclusive com agressões mútuas de Parlamentares. Então, para manter o clima, vou propor o adiamento das votações e vamos votar o adiamento das votações.

Se V.Exa. entendeu que eu não apresentei antes da discussão, eu aceito, vou votar o item 31. O requerimento... a partir do item 32.

Já houve a discussão. Estou encaminhando a orientação de bancada.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, é muito sério isso. Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. está correto. Eu aceitei a sua ponderação.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mantenha esse relacionamento, Sr. Presidente, senão perdemos a credibilidade no diálogo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. está correto. Eu aceitei a posição de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Espero não precisar fazer mais alerta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. tem razão. Tinha que ser apresentado antes do início da discussão. Tem razão.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, pelo mesmo motivo que anteriormente fui contra a convocação do diretor de vendas de uma companhia aérea, sou contra esse requerimento, uma vez que também não vai ajudar em nada a esclarecer o motivo dos atrasos dos vôos, a pontualidade, a presteza do serviço. Portanto, o PSB e o Bloco como um todo são contra a convocação do Promotor Marcelo Goulart...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.



**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - ...porque acham que isso está fora do processo de esclarecimento do caos aéreo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Alguém mais quer orientar? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira orientar, em votação o item 31 da pauta — Requerimento nº 559/07

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Há sobre a mesa requerimento: *“Requeiro adiamento, por 2 sessões, da votação dos itens 32 a 41.”*

Em discussão.

Só cabe encaminhamento de requerimento: favorável, pelo autor, ou contrário.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, até quarta-feira que vem, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Por 2 sessões da Câmara, isso significa a próxima sessão deliberativa.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - *O.k.* Mantendo a ordem da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É adiamento. Tem que ser colocado obrigatoriamente em pauta.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - *O.k.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para encaminhar, Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, primeiro, uma consulta. Todos os requerimentos estão sendo votados um a um. V.Exa. está pedindo o adiamento em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O adiamento de votação, o adiamento em bloco.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É permitido. Eu não estou votando cada requerimento individualmente. Estou pedindo adiamento de itens da pauta. Podem ser agrupados.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, peço que V.Exa. receba como questão de ordem. Se for indeferida, é evidente, vou..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Está indeferida...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Vou recorrer, porque todos os requerimentos foram votados individualmente. O correto seria pedir o adiamento individual de cada requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, o requerimento pode ser apresentado da forma como cada Parlamentar o quiser: um ou mais itens por adiamento de votação. E há precedentes nesta Comissão de já ter sido feito. O que não podemos é votar requerimento de convocação que não seja individualizado.

Então, a questão de ordem está indeferida.

Acolho o recurso de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Até para... Bom, para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não cabe discussão, cabe encaminhamento para requerimento sobre a mesa. V.Exa. pode encaminhar favorável ou contrário, como V.Exa. entender.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Sr. Presidente. Lembro que, para incluir em pauta, tem que ser um a um. Portanto, para retirar de pauta, tem que ser um a um. É mais um precedente, é mais um recurso que apresento contra a decisão de V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Já acolhi o recurso. Vai ser encaminhado.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Lamento. Isso tudo, se houvesse um diálogo antes, poderia ter sido evitado. Ou estabelecemos um relacionamento de credibilidade, de confiança...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado, o relacionamento de credibilidade é tão forte que eu coloquei, com conceito prévio de



prejudicialidade, um requerimento de V.Exa. ao qual me manifestei contrário, e aceitei a discussão. Então, mais credibilidade e mais...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, estou falando, garanta-me a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Vou garantir-lhe a palavra.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Vou explicar como V.Exa. agiu nesse caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - E mais aberta não tem sido a nossa relação. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas é bom lembrar que V.Exa. só colocou depois de ter um parecer da Consultoria. Quando eu pedi, V.Exa. não colocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não. O parecer já existia quando V.Exa. apresentou. Eu disse que não o colocaria porque estávamos em recesso, queria que o Presidente efetivo da Comissão o colocasse. Ele permaneceu doente. Eu assumi o ônus político de colocá-lo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, garanta-me a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Tanto é que eu recorri da decisão do requerimento do Deputado Gabeira. Então, é bom registrar que foi um outro procedimento.

Então, se V.Exa. quiser manter um diálogo fraterno, honesto, com credibilidade, terá...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Como sempre tivemos. Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas vamos ser fiéis aos fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não há questão de ordem neste momento.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Em que ponto não tem fidelidade, não tem honra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado, não há questão de ordem, não há questão de ordem. A palavra está assegurada ao Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Quando foi marcada a pauta, havia a preocupação de se marcar no mesmo dia, já na seqüência, depoimento importante como é o depoimento do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito. Até conversamos da necessidade de se evitar esse atropelo.

O segundo ponto: hoje estão em pauta os requerimentos que efetivamente são polêmicos, e são um divisor de águas com relação à linha que a CPI ou setores da CPI, quer seja a minoria, quer seja a maioria, defendem. Eu entendo e respeito a maioria, mas entendo que não se deve confundir a maioria por domínio absoluto da maioria sobre a minoria. E nós fizemos uma série de sugestões na linha de investigação, por entender — apresentamos isso — que seria um equívoco só dar atenção neste momento ao acidente, sendo que há pessoas e entidades competentes para esse tipo de avaliação.

Na seqüência, há pelo menos 2 requerimentos que são polêmicos que gostaríamos que fossem votados, para que sejam rejeitados ou aprovados, que é o pedido de quebra de sigilo específico de telefone da diretora da Agência denunciada pelo Brigadeiro — lembro que uma denúncia é leviana ou tem procedência e precisa ser investigada, sob pena de omissão —, e a convocação das pessoas que foram objeto dessa denúncia, inclusive o empresário mencionado pelo Brigadeiro com relação ao terminal de carga no aeroporto de Ribeirão Preto.

Nesse sentido, entendemos que essa será uma medida para evitar a votação ou para protelar a votação. Entendemos que seria fundamental, pelo pouco tempo que resta, em razão da incerteza da prorrogação ou não da CPI, que se votem esses requerimentos, em especial os de informação, para que os dados cheguem em tempo hábil e possam ser avaliados pela Comissão.

Então, nesse sentido, a posição contrária ao procedimento adotado é mais um precedente, que foi objeto de uma questão de ordem, do recurso. E, no mérito, por ser uma forma de se evitar a discussão desses requerimentos... lembrando que



em todas as ocasiões — V.Exa. assim agiu em alguns momentos — é possível se manter a convocação para marcar uma nova data, como feito ontem com relação ao presidente da comissão de investigação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Isso podemos fazer. Isso poderá ser feito. Basta proposição.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Não vejo problema... Não podemos ficar pressionados pelo tempo, pela marcação da Ordem do Dia. Tanto que, desde o início da CPI, questionamos marcar depoimentos em dias de votação, porque necessariamente haverá esse problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - *O.k.* Obrigado, Deputado.

Não havendo mais quem queira encaminhar em contrário, encerrado o encaminhamento.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento de adiamento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Verificação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Verificação concedida.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, só uma questão de encaminhamento, anterior à verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Gostaria só de fazer um alerta. A maioria dos requerimentos que estavam na pauta... o próprio autor, que não está presente, telefonou e pediu que se adiasse, o Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, eu já estou presente agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Ah! Já está presente. Bom, mas então, infelizmente, eu não vi V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É que eu estava numa audiência com o Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Ótimo. V.Exa. tem esse prazer.

Vamos lá. Deputado André Vargas.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Beto Mansur.

*(Pausa.)*

Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Eduardo Cunha,  
“sim”.

Deputado José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Marcelo Castro.

Não está.

Deputado Marco Maia. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Meurer. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Thadeu. *(Pausa.)*

Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Solange  
Amaral.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vanderlei  
Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Vic Pires  
Franco? *(Pausa.)*

Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*

Deputado Osmar Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Wolney Queiroz. *(Pausa.)*



Deputado Fernando Gabeira. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Ubiali. *(Pausa.)*

Deputada Luciana Genro.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Carlos Willian. *(Pausa.)*

Deputado Edson Santos.

**O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA** - Sr. Presidente, V.Exa. está pulando meu nome na lista de chamada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não estou, não. É ordem alfabética.

**O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA** - É lista de chamada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Filipe Pereira.

**O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA** - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Léo Alcântara. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Fernando Faria. *(Pausa.)*

Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Sabino Castelo Branco. *(Pausa.)*

Deputado Sandes Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*



Deputado Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Deputado Davi Alcolumbre? *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho? *(Pausa.)*

Deputado Otavio Leite. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo de Castro.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Sérgio Brito.  
*(Pausa.)*

Deputado Silvio Costa. *(Pausa.)*

Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)*

Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - “Sim”.

Concluída a votação.

Foi aprovado o requerimento, com 2, 4, 6, 8, 9, 11, 13 votos, contra 2, 3, 5  
votos.

Está aprovado o requerimento.

Está encerrada esta parte da sessão.

Um intervalo de 5 minutos para chamar o Brigadeiro.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, antes de encerrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu não encerrei. Eu  
suspendi.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Agora a bancada do Governo vai  
embora.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Está reaberta a sessão  
para a tomada de depoimento do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito,  
Comandante da Aeronáutica.

Convido o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito a tomar assento à Mesa.

Peço à Secretaria que traga o Brigadeiro Saito, para que ele possa vir tomar  
assento à Mesa. *(Pausa prolongada.)*

Está reaberta a sessão.



O Brigadeiro Juniti Saito já se encontra na Mesa da Comissão.

Antes de passar a palavra a ele, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao Brigadeiro Saito será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria para as suas interpelações. O Relator disporá do tempo que for necessário. O autor do primeiro requerimento terá o prazo de 15 minutos. Cada Deputado terá o prazo de 10 minutos.

Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

Eu esclareço a V.Exas. que o depoimento terminará compulsoriamente ao início da Ordem do Dia. Infelizmente, pelas discussões que tivemos — é a razão pela qual eu até propus o encerramento das votações —, não começamos na hora aprazada. E não posso, não vou concordar com a continuidade após a Ordem do Dia, visto que já alertei aos Parlamentares que hoje são votações polêmicas, inclusive de Lei Eleitoral, e não há hora para acabar.

Se houver necessidade de novos esclarecimentos do Brigadeiro, basta qualquer Parlamentar, ao encerramento, sugerir que continue a manutenção do instrumento convocatório, e ele permanecerá. E, numa outra oportunidade, se houver necessidade, o Brigadeiro poderá comparecer. Então, o encerramento se dará ao início da Ordem do Dia.

Com a palavra...

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, quero apenas pedir um esclarecimento a V.Exa. Houve a aprovação de um requerimento para criação de uma subcomissão, com o objetivo de propor alterações ou propor uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Bem lembrado, Deputado. Eu estou devendo a esta Comissão um esclarecimento sobre isso.



Considerando-se a aprovação da subcomissão, vou propor a criação de uma subcomissão com 6 membros titulares, 6 suplentes, um quarto da composição, que é a composição total de 24 titulares e 24 suplentes, observando o mesmo critério de proporcionalidade do que existe da composição da Comissão.

Solicito aos partidos que façam a indicação, dentro do critério de proporção — igual ao que temos hoje —, dos membros componentes, entre esses membros componentes, por indicação partidária. Não precisa ser a Liderança do partido. Pode ser a representação partidária na Comissão, ou os membros acordados entre si, ou um como representante dos demais partidos. E eu designarei a criação, os membros participantes. Os membros se reúnem e designam quem preside e quem relata a subcomissão. Está esclarecido a V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - *O.k.* Só pediria a V.Exa. que solicitasse, então, à Secretaria da Comissão que oficiasse isso aos Parlamentares, aos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu já estou comunicando de público. Não vai haver ofício. Estou concedendo prazo até sexta-feira — 48 horas — para que os partidos indiquem os seus membros para participar.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Têm de ser os blocos, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Os partidos e os respectivos blocos. *O.k.?*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Precisaria vir notificado pelo Líder do partido na Casa ou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, eu abri esta possibilidade: ou os membros do partido assinam em conjunto a indicação ou um, representando os demais membros, desde que tenha acordo dos outros. É para facilitar. Nós queremos celeridade. Aí não está havendo nenhuma colocação de obstáculo, e preservando a representação. Os membros escolhidos fariam um ato na sexta-feira. Eles se reúnem e designam quem preside e quem relata. *O.k.?*

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Otavio Leite.



**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Apenas a título de colaboração, sugiro que, desde já, V.Exa. encaminhe à Consultoria da Casa uma solicitação para que sejam designados 2 ou 3 Consultores Legislativos que possam dar um suporte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eles já estão à disposição da Comissão e trabalhando. V.Exa. pode requerer...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Especificamente em função dessa subcomissão que está sendo criada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Já existe. Existe Consultoria de Segurança na Casa e Consultoria de Legislação, que já estão à disposição desta CPI. Esta Comissão certamente irá se cercar deles para fazer o seu trabalho, notadamente quem foi designado Relator. *O.k.?*

Com a palavra o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, a quem peço desculpas por ter feito aguardar quase 2 horas a mais do início programado. Agradeço-lhe a presença e a colaboração com esta Comissão.

**O SR. JUNITI SAITO** - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Eduardo Cunha, Exmo. Sr. Relator, Deputado Marco Maia, quero dizer da minha satisfação em estar aqui para que possamos, como sempre fizemos, auxiliar com as informações que fossem necessárias para que esta Comissão pudesse levar adiante os trabalhos. Eu não tenho nada para dizer neste momento. Estarei pronto para as perguntas, os questionamentos, alguns esclarecimentos que eu possa fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Brigadeiro Saito.

Passo a palavra, então, ao Relator, pelo tempo que entender necessário, para suas colocações.

Com a palavra o Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, a quem agradeço a presença nesta CPI, constituída com o propósito de investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o trágico acidente do dia 29 de setembro de 2006, que vitimou 154 pessoas. De lá para cá, Sr. Comandante, infelizmente, após



presenciarmos aeroportos lotados em todo o País, inúmeros vôos atrasados e cancelados por problemas de manutenção das empresas aéreas, uma completa falta de informações para os passageiros, operação padrão dos controladores de vôo, pane em equipamentos de controle em espaço aéreo, fomos todos surpreendidos com a ocorrência de um novo acidente aéreo, infelizmente o maior da história da aviação civil brasileira: este com um Airbus da TAM, Vôo 3054. Neste momento, os trabalhos desta CPI estão concentrados na investigação das causas e das responsabilidades dessa nova tragédia, bem como em verificar as relações causais dessa tragédia, o objetivo desta CPI. Nesse sentido, faço questão de agradecer publicamente o apoio que este Relator tem recebido da Aeronáutica, principalmente quando da nossa viagem aos Estados Unidos, representando esta CPI, para acompanhamento dos trabalhos de abertura de coleta de dados das caixas-pretas da aeronave acidentada da TAM.

Sr. Comandante, neste momento em que a credibilidade do sistema aéreo brasileiro está sob suspeita, o qual sempre foi motivo de orgulho para nosso País — e desejamos que volte a sê-lo o quanto antes —, esta CPI quer contar com a colaboração de V.Exa. para que nos auxilie a identificar alguns dos aspectos que geram essa crise, a fim de que possamos propor as melhorias necessárias para estancá-la de uma vez por todas.

Passo, então, aos questionamentos.

Comandante Saito, não posso deixar de iniciar estes questionamentos pelas notícias que estão desde ontem nos noticiários e que hoje lemos em todos os jornais: a tentativa de apreensão de documentos sobre o controle aéreo nos Aeroportos de Cumbica e Congonhas, em São Paulo, e na Sede do CINDACTA I, aqui em Brasília, por parte do Procurador da República, que se utilizou, inclusive, da ação de agentes da Polícia Federal.

Início aqui os meus questionamentos, porque nós estamos sendo testemunhas, nesta CPI, de que a Aeronáutica tem contribuído com os trabalhos desta CPI, repassando todas as informações que são pedidas, repassando todas as informações que são aprovadas através dos requerimentos que são apresentados a esta CPI. Às vezes, não com a agilidade que é proposta ou que é apresentada. Mas também, muitas vezes, isso não acontece em função do conjunto de documentos e



de informações que são requeridos quase que permanentemente por esta CPI à Aeronáutica. Mas, na medida do possível, tem-se colocado de forma ágil na prestação dessas informações.

Eu cito aqui as informações das caixas-pretas do avião da TAM, que foram rapidamente degravadas nos Estados Unidos e entregues a esta CPI, também de forma muito rápida.

Então, a minha compreensão e a minha impressão são de que houve uma atitude um tanto exagerada nesse caso, quando agentes da Polícia Federal e o próprio Promotor Público foram aos CINDACTAS na busca de documentos ou de informações que se colocavam a esse Procurador, naquela oportunidade, necessárias para o processo de investigação realizado por aquela Promotoria.

Eu quero perguntar e dar aqui a oportunidade a V.Exa. de expor qual a posição da Aeronáutica sobre esse fato e se houve anteriormente um pedido formal realizado, em relação aos documentos que foram lá ser buscados dessa forma, ou o que foi essa situação que, de fato, gerou, ontem, um conjunto de informações ou de noticiários nos jornais, em relação ao comportamento da Força Aérea Brasileira. Um, inclusive, eu tenho aqui em mão, diz que a FAB barra na Justiça apreensão de dados em aeroportos.

Então, eu queria pedir a sua intervenção no sentido de nos explicar o que efetivamente ocorreu em relação a essa situação ou qual o posicionamento da Força Aérea Brasileira em relação a essa situação vivida e vivenciada durante o dia de ontem.

**O SR. JUNITI SAITO** - Pois não, Deputado. Em primeiro lugar, eu quero deixar bem claro que a Aeronáutica jamais obstaculizou nenhuma informação, seja na CPI, seja na Polícia Federal, de maneira que quero deixar bem claro isso. Inclusive não houve nenhuma solicitação anterior para que nós fornecêssemos aquele material. Para nós foi uma surpresa, ontem de manhã, os policiais federais com mandato judicial na busca e apreensão daquele material. Quero também deixar bem claro que em nenhum momento os policiais federais tiveram, digamos assim, abuso de autoridade. Pelo contrário, houve perfeito entendimento entre a direção tanto do CINDACTA, como também do Comando da Aeronáutica, para que se fornecessem os documentos solicitados. Essa foi a minha ordem. Entretanto, vendo



o pedido que foi feito, nos deparamos com alguns assuntos que não seria interessante que fossem tratados dessa forma porque eram informações ainda não tratadas e que mereceriam uma análise por parte do nosso sistema. E é por isso mesmo que recorremos à Advocacia-Geral da União para que pudesse suspender essa liminar. E eu quero até ler aqui um auto circunstanciado que me veio à mão, lá de São Paulo, assinado pelo Procurador, pelos policiais federais e também pelo Coronel Minelli, que é o comandante lá: *“...compareceu no Aeroporto de Congonhas...”* — esse pessoal — *“...onde foi solicitado o apoio do DPF Antônio Decaro Júnior, Chefe da DPF/CGH/SP, para realização das diligências determinadas no Mandado de Busca e Apreensão, exarado pela MMª Juíza Federal Titular da 2ª Vara Federal de Guarulhos, 19ª Subseção Judiciária de São Paulo, Dra. Maria Isabel do Prado, nos autos da medida cautelar preparatória de Ação Civil Pública, processo nº 2.007.61.19.0006072-0. Observando o disposto no Item 71 da IN 11/2001-DG/DPF, foi efetuado contato com o Sr. Carlos Minelli de Sá — Coronel-Aviador — Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo — SRPV-SP para lhe dar ciência do cumprimento da referida ordem judicial. O Coronel-Aviador compareceu em sede policial, e após lhe ter sido lido o inteiro teor do Mandado, foi-lhe entregue o seu original mediante assinatura (...) contra-fé. Ato contínuo, o Coronel-Aviador convidou a equipe policial para ter acesso às instalações do SRPV e DTCEA e fez uma explanação do funcionamento do controle de tráfego aéreo na (...) terminal dos aeroportos de Congonhas (...) e Cumbica (...). Em seguida, o Coronel-Aviador franqueou”* — vou repetir — *“o Coronel-Aviador franqueou o acesso a todas às dependências do órgão militar, bem como aos materiais e objetos relativos a registros de ocorrências de controle de tráfego aéreo supracitado. Como resultado da diligência, foram arrecadados todos os livros de registro de ocorrências relativas ao período de janeiro de 2003 a julho de 2007, perfazendo um total de 56 volumes e 01 CD-ROM contendo o registro das transcrições do correspondente áudio do período de 28.01.2003 a 07.08.2007, arquivos no formato ‘.doc’. As diligências foram acompanhadas pelos Procuradores da República, Dr. Matheus Baraldi Magnaini e Dr. Steven Shuniti Zwicker. Nada mais havendo a ser consignado, é encerrado o presente que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado, inclusive pelas testemunhas: Carlos Alberto de*



*Mattos Bento, CPF 929.169.617-04, RG 461.745 MD e Bruno Pinto Barbosa, CPF 065.674.038-88 e RG 404.940, que a tudo presenciaram, inclusive o consentimento para adentrar na Área Operacional do Controle de Tráfego Aéreo. Em tempo: neste ato, por volta das 18:45h, encerramos este auto, na forma em que se encontra, sem a efetivação da apreensão do material arrecadado, que foi restituído ao Coronel-Aviador, em virtude do conhecimento do teor decisão da Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, proferida nos Autos nº 2007.03.00.085567-8, que determinou a suspensão da ordem judicial em tela, conforme cópia em anexo. Chefe da DPF/CGH, chefe da equipe, dirigente do órgão, testemunha, testemunha". Então, não houve em momento nenhum obstáculos para que os policiais agissem. Apenas nós entramos com esse mandado pedindo suspensão por se tratar de documentos que, se não tratados, poderiam trazer algumas conseqüências graves.*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Continuando os nossos questionamentos, Comandante, eu gostaria de falar agora sobre os 2 últimos acidentes aéreos.

Para V.Exa., as ocorrências desses 2 últimos acidentes aéreos, o choque entre os aviões da Gol e da ExcelAire sobre a Floresta Amazônica e a explosão do Airbus da TAM, após se chocar contra um prédio, no Aeroporto de Congonhas, podem ter suas causas creditadas às dificuldades vividas pelo setor aéreo brasileiro?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, eu creio que entre o acidente da Gol e o acidente da TAM, eu acho que não existe nenhuma correlação entre um acidente e o outro. Portanto, eu acho que a crise aérea que se instalou depois do acidente da Gol, com falta de controladores, algumas ações dos controladores, algumas falhas técnicas de energia que ocorreram, na minha avaliação, não tem nada a ver com o acidente da TAM.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E V.Exa. já tem alguma informação sobre as causas do acidente da TAM, ou com a sua experiência, poderia nos dizer o que de fato levou à ocorrência daquele acidente?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, as informações que eu tenho são as mesmas que V.Exa. possui, que a imprensa possui. Entretanto, aquelas informações separadas, na minha avaliação, não se pode chegar a nenhuma conclusão. É



preciso uma análise profunda. E é isso que a Comissão constituída de 28 membros está fazendo neste momento: analisando todos os fatores, não só daqueles itens, porém, as condições da pista, as condições da manutenção, o fator psicológico. Quer dizer, tudo isso está sendo analisado. De maneira que, separadamente, nós não podemos emitir nenhum veredicto neste momento, antes que a Comissão conclua seus trabalhos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Qual a previsão de V.Exa. para a conclusão desses trabalhos da Comissão que está encarregada de investigar o acidente com o avião da TAM? Pergunto isso e se é possível antecipar esse trabalho, fazer com que ele tenha maior celeridade, pela importância técnica que tem a investigação realizada pelo CENIPA e pela Aeronáutica.

**O SR. JUNITI SAITO** - Com certeza, Deputado, todos os membros da Comissão estão trabalhando diuturnamente para que as análises sejam efetuadas no menor prazo possível, para que possamos dar, finalmente, um relatório final que contenha todos os fatores contribuintes. V.Exa. sabe que um acidente aeronáutico não pode ser creditado a um único fator. São vários os fatores que contribuíram para aquele acidente, com certeza. Ainda hoje eu perguntei ao Presidente da Comissão e ele me informou que num prazo de 10 meses poderia ter uma conclusão.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O senhor acha esse prazo adequado, Brigadeiro?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, eu acho que sim, porque daquele acidente da Gol nós já estamos com mais de 10 meses. Eu acredito que o resultado saia até o final de setembro, início de outubro; isso, inclusive, considerando que em outros acidentes semelhantes, em outros países, o tempo foi muito mais longo do que esse de que estamos falando. Eu acredito que dentro de 10 meses nós teremos o resultado desse acidente da TAM.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - *O.k.* Sobre o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo — PDSCEA, o Comando da Aeronáutica encaminhou a esta CPI, em caráter reservado — o que, asseguro-lhe, foi respeitado por esta Comissão —, o seu Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo — PDSCEA, concluído no final de 2005, que traz um diagnóstico da situação atual do sistema e aponta suas necessidades de desenvolvimento e



aperfeiçoamento com ações que deverão ser implementadas até o ano de 2020, ou seja, contem muitas informações relativas à segurança nacional. Em que pese essa audiência não ter caráter reservado, será necessário que eu aborde com V.Exa. algumas questões pontuais sobre o conteúdo daquele documento, a fim de obter alguns esclarecimentos necessários sobre a atual situação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O PDSCEA admite que muitos dos equipamentos de comunicação, navegação e vigilância instalados, seja pelo tempo de uso ou pela tecnologia ultrapassada, apresentam limitações para a gestão do tráfego aéreo. Pergunto a V.Exa.: as dificuldades relatadas no PDSCEA põem em risco a segurança e o controle do espaço aéreo brasileiro hoje?

**O SR. JUNITI SAITO** - Posso responder a V.Exa., com certeza, que não põem em risco a segurança da navegação aérea no Brasil. Esse plano é um plano de desenvolvimento de longo prazo, de 10 a 15 anos. Estamos trabalhando cronologicamente dentro desse plano, tanto é que o Sistema DACTA I já foi completamente modernizado, o Sistema DACTA II está em modernização, deverá ser entregue agora em outubro, em seguida será o Sistema DACTA III. O DACTA IV é o mais moderno que nós temos, são 5 anos de operação, e é o mais moderno que nós temos no Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O PDSCEA aponta a implantação dos Sistemas CNSATM, sistemas de comunicação, navegação e vigilância associados a um sistema de gestão do tráfego aéreo, como prioridade número 1 para o SISCEAB. Além de aplicar tecnologias modernas com elevado grau de automação, o CNSATM é uma recomendação da OACI. Pelo PDSCEA, a implantação do CNSATM está prevista para ocorrer até 2012. V.Sa. poderia nos explicar resumidamente quais os conceitos operacionais inovadores do Sistema CNSATM e o que eles agregarão em qualidade, confiabilidade e segurança ao SISCEAB?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu não sou do sistema, mas, até onde eu sei, o CNSATM é uma coisa nova que está surgindo aí. O Brasil, a Aeronáutica, especificamente...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor poderia explicar para nós o que é esse CNSATM, que o Relator esqueceu de passar para nós?



**O SR. JUNITI SAITO** - O Sistema CNSATM é o gerenciamento de tráfego aéreo através de satélites. Então, o controle do espaço aéreo seria feito através de satélites, satélites geoestacionários, em que, em vez de transmitir as posições em viva voz, serão transmitidas através de dados. E, com isso, muitas aeronaves caberão naquele espaço e com muito maior segurança, desde a decolagem até o pouso. Esse é o controle CNSATM. Hoje, o sistema é feito através de radares, de maneira que há limitações de alcance, etc. O CNSATM é um projeto de que o Brasil já participa, a Aeronáutica participa há mais de 8 anos, juntamente com os Estados Unidos, Canadá, com a ICAO, com o EUROCONTROL, para que, a partir... Houve um pequeno atraso, Deputado, não é 2012, hoje está em torno de 2015. E a sua implantação total deverá ocorrer até 2020. Então, esse é o CNSATM, de que a Aeronáutica está participando há mais de 8 anos. E quase bimensalmente há reuniões com esse grupo para avançar nesse projeto.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O senhor disse que a implantação total é até 2020.

**O SR. JUNITI SAITO** - Dois mil e vinte.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Essa data de 2012 já não...

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, 2015 já começa... alguns países, principalmente da América do Norte, Caribe, Brasil, e assim por diante.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E o Brasil está...

**O SR. JUNITI SAITO** - Na vanguarda.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Na vanguarda e trabalhando adequadamente para a implantação desse...

**O SR. JUNITI SAITO** - Adequadamente, com o nosso pessoal trabalhando com esse grupo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E o treinamento de recursos humanos já está funcionando para esse novo sistema, Brigadeiro?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, não chegamos ainda a essa etapa. Tem um cronograma de implantação. Não chegamos ainda a essa etapa da preparação.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. Temos a informação de que o Sistema CNSATM pertence exclusivamente aos Estados Unidos da América. Se esse fato for confirmado por V.Exa., essa situação não deixa o nosso sistema



vulnerável? Há interesses externos pondo em risco o controle sobre o nosso espaço aéreo?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu creio que não, Deputado, porque nessa conversa está garantido que o Brasil gerenciará toda a área da América do Sul e da América Central, e isso, naturalmente, é o controle de tráfegos cooperativos. O que é controle de tráfegos cooperativos? É aquele controle de aviões que querem ser controlados, com *transponder*, com todo o seu equipamento, para que receba desse controle a segurança da navegação. Quando se fala em vulnerabilidade, eu já levo mais para defesa aérea, que aí já seria outra coisa, teriam que ser radares para a efetuação da defesa aérea. Nós não podemos confiar nesse sistema para a defesa aérea.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - *O.k.* Os recursos financeiros para o custeio do SISCEAB atendem às necessidades atuais de manutenção e modernização do parque instalado, estão obedecendo ao fluxo previsto de investimentos?

**O SR. JUNITI SAITO** - Estão, sim, Deputado. Este ano, por exemplo, nós temos 550 milhões de reais para aplicação nesse setor.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quinhentos e cinquenta milhões de reais?

**O SR. JUNITI SAITO** - Quinhentos e cinquenta milhões. Além disso, há a promessa do Governo de liberação de mais 123 milhões para complementar esse orçamento. É claro que, tendo maiores recursos, poderemos acelerar mais o processo de modernização. Mas esse aspecto não está impactando a segurança da navegação aérea no Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Relatório do Tribunal de Contas da União concluído ao final de 2006 indica que a INFRAERO teria deixado de repassar recursos previstos em legislação à Aeronáutica. Essa informação pode ser confirmada por V.Exa.?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu respondi a essa pergunta no Congresso e disse que a INFRAERO nada deve à Aeronáutica. Falava-se em 582 milhões de reais, e nós enviamos um ofício ao Tribunal de Contas da União explicando por que a Aeronáutica acha que a INFRAERO não deve os 582 milhões. O tribunal, até agora, não respondeu, mas já está dito ao tribunal como foi o cálculo da nossa conta.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O mesmo relatório do TCU aponta que o COMAER, após a desvinculação da INFRAERO daquele Comando, não realizou mais procedimentos que atestassem a legitimidade e exatidão dos valores repassados por aquela empresa. V.Exa. confirma essa informação?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não confirmo. Acho que essa conta está muito bem contabilizada. Inclusive, é do nosso interesse que seja bem contabilizada.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O percentual das tarifas TAN e TAT, repassadas pela INFRAERO, é fundamental para a manutenção do SISCEAB? São suficientes? Ou V.Exa. tem opinião de que essa divisão deve ser revista?

**O SR. JUNITI SAITO** - A INFRAERO acha pouco, mas nós achamos adequada, porque a INFRAERO fica com 41% e a Aeronáutica, com 59%. Depois tem o adicional tarifário. Esse adicional, que representa 50% da ATAERO, fica com todo o sistema de controle do espaço aéreo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. Sobre a estrutura do SISCEAB. Comandante Saito, V.Exa. pode afirmar que o espaço aéreo brasileiro é seguro e os radares atualmente utilizados, bem como os *softwares* X-4000, são eficientes, apesar da existência de um grande volume de relatórios operacionais de perigo, de incidentes, de tráfego aéreo e de depoimentos que questionam a segurança e a eficiência de nosso sistema?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não concordo com essa colocação. Nosso sistema é seguro. Como todos sabem, os radares são para complementar a segurança, aumentar o número de controle de tráfego aéreo. Por isso garanto que o nosso sistema de controle do espaço aéreo é seguro. Quem está querendo denegrir essa imagem não tem argumento para contestar essa afirmação minha.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A Aeronáutica já tem uma conclusão sobre os motivos que levaram ao pânico e paralisaram o CINDACTA IV na madrugada do dia 21 de julho?

**O SR. JUNITI SAITO** - Temos. Ali, eu diria o seguinte: houve uma sucessão de erros de um técnico nosso que não percebeu... Quer dizer, eu posso até explicar o que aconteceu lá. Na verdade, um técnico nosso foi à casa de força verificar a situação. Isso aconteceu, mais ou menos, às 10 e pouco da noite. O nosso tráfego ali na Amazônia começa a fluir a partir de 11h até 2h ou 3h da manhã. Há um maior



movimento nesse horário. Esse técnico esteve na casa de força e foi ver como estavam os nossos geradores, porque tem um controle em que percebemos qual a carga da bateria que vai acionar o gerador em caso de falha no sistema de fornecimento da energia comercial. Ele percebeu que a bateria do gerador nº 2 estava com carga baixa. Aí ele deu partida no gerador nº 1 e funcionou direitinho. Quando chegou no gerador, percebeu que estava com um pouquinho de vazamento d'água. Aí ele, em vez de pegar uma bateria, que tinha muitas baterias no almoxarifado, ele resolveu pegar a bateria do gerador nº 1 e colocar no gerador nº 2. Desligou o gerador nº 1. Enquanto isso, a energia comercial funcionava normalmente. Aí foi tirar a bateria do gerador nº 1, roçou num ferro lá e deu um curto. Quando deu o curto, claro, apagaram-se todas as luzes. Ele foi lá, ligou o disjuntor que estava solto e voltou a luz de novo. Quer dizer, a energia comercial voltou de novo, só que nós temos um conjunto de energia estabilizada. Por quê? Nenhum equipamento, radares, consoles de radar, pode receber energia bruta vinda do exterior; tem de estar estabilizada. Ele não percebeu que o disjuntor em que entra a energia estabilizada estava fora. Então, o que aconteceu? Uma vez não entrando energia de fora estabilizada para o sistema *no break*, o *no break* trabalhou durante 58 minutos e acabou a carga. Aí foi um apagão geral. Apagou todo o sistema de monitoramento por radar, de comunicações e tudo mais. Então, foi isso o que aconteceu. Depois vieram os técnicos mais experientes, foram lá e consertaram. Só que isso causou alguns transtornos, naturalmente, principalmente no tráfego oriundo do exterior e daqueles que estavam saindo para o exterior. Mas foi puramente um erro técnico, uma falha de manuseio por parte de um técnico.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não houve falha de equipamento propriamente dito?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não houve falha de equipamento.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Houve algum risco de algum acidente ou incidente nesta...

**O SR. JUNITI SAITO** - Absolutamente. Não houve nenhum incidente, porque imediatamente...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sr. Relator, vimos na televisão um gerador secundário quebrado, não funcionando. As imagens são falsas?



**O SR. JUNITI SAITO** - Não entendi.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - No CINDACTA IV... É do CINDACTA IV que se está falando?

**O SR. JUNITI SAITO** - Estamos falando do CINDACTA IV.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Naquele episódio, vimos claramente que estava quebrado o gerador secundário. As imagens da televisão mostram.

**O SR. JUNITI SAITO** - Negativo. Não, Deputado. O gerador nº 2 estava funcionando. Quero dizer ao senhor o seguinte: basta um gerador para fornecer toda a energia no nosso sistema. Tínhamos 2 geradores.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Um teve problema.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Um teve um vazamento que não inviabilizou, tanto é que depois ele foi ligado, à 1h32, e funcionou até as 9h da manhã. Esse mesmo gerador que estava com vazamento funcionou até as 9h da manhã. De maneira que não houve falha nos geradores, houve falha no manuseio de procedimento para troca de baterias. Ele podia ter pego uma bateria nova lá, mas ele resolveu trocar a bateria.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Ministro, como uma pessoa vai errar 2 vezes em 2 geradores? Ele errou no primeiro gerador, no manuseio do primeiro gerador, que tinha um pequeno vazamento. Quando ele criou o problema, ele foi ao segundo, que não funcionava.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Claro que funcionava. O gerador não tinha problema. A bateria é que estava baixa. Do segundo gerador só.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Ah! Então, ele tinha um problema: a bateria estava baixa.

**O SR. JUNITI SAITO** - A bateria estava fraca.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas ele poderia ter trocado a bateria, pela informação que tivemos aqui.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Relator, permita-me uma questão, para não perder o fio da meada?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Deputado.



**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Só um esclarecimento, prezado Brigadeiro Saito. Qual o grau de redundância desse sistema? É dupla ou tripla redundância?

**O SR. JUNITI SAITO** - Dupla redundância. Ele tem o seguinte: tem a energia comercial que entra. Essa energia comercial faz a estabilização e entra nos consoles para controle do tráfego aéreo no sistema de comunicação. Caso falhe, temos um gerador que entra enquanto o sistema *no break* vai funcionando para evitar a interrupção da energia. Caso falhe esse gerador, temos ainda outro gerador que pode entrar em funcionamento.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Então, é uma tripla redundância, na realidade.

**O SR. JUNITI SAITO** - É. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Segunda questão: tem a tele-supervisão nesse sistema?

**O SR. JUNITI SAITO** - Tele-supervisão? Como assim?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sistema de tele-supervisão. A informação que eu tinha é que havia uma tripla redundância, que ele tem um sistema de supervisão, enfim, mais um elemento de segurança para informar se há algum problema no sistema...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado Pepe, esse é seu último esclarecimento, porque devo respeitar a ordem. Não vou conceder mais apartes, senão ninguém falará.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Também vou querer um aparte, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - ...e se tem alarme sonoro ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Encaminhe ao Relator, que fará as perguntas, até o término do tempo dele, por favor.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - O.k. Encaminho ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. pode responder ao Deputado Pepe Vargas, mas, a partir daí...

**O SR. JUNITI SAITO** - Tem uma luz que indica que aquele sistema estabilizador saiu fora, e ele não percebeu também.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Relator, conceda-me um aparte também sobre o mesmo tema?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu recebi, Brigadeiro, a informação de que, como o senhor disse, havia 2 grupos de geradores: um estava com problemas de arrefecimento por causa de uma mangueira danificada e o outro estava com a bateria deficiente. Então, os 2 estariam com problema, o que deixava o sistema muito vulnerável, totalmente à mercê da energia comercial. O fato seria de conhecimento do chefe da divisão técnica, o reparo dos geradores.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputada, eu posso afirmar a V.Exa. que os 2 geradores estavam disponíveis. Um dos geradores estava com um vazamento de água que não implicava indisponibilização. Os 2 geradores estavam disponíveis, só que uma das baterias do gerador nº 2 estava com a carga fraca. Então, bastava ele chegar no almoxarifado, pegar a bateria nova e colocar no gerador nº 2. Bastava fazer isso.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Por que os geradores estavam com a carga baixa? Ninguém sabia disso?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Ele faz a inspeção justamente para perceber isso. Ele foi lá fazer a inspeção para ver como estava a situação e percebeu isso.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Mas ele só viu isso quando o outro já estava estragado.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não, não. O outro não estava estragado. Os 2 geradores estavam disponíveis. O que havia era que um dos geradores estava com a bateria fraca. Bastava ele trocar essa bateria fraca. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Relator.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Dificil de entender.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAM** - Sr. Relator, eu vou aproveitar a oportunidade para...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Nobre Deputado Carlos Willian...

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAM** - Preciso somente de 30 segundos. Não é nem para questionamento, Sr. Presidente.



Sr. Juniti Saito, essas questões que foram feitas aqui pelos colegas Deputados não há nem necessidade de serem feitas. O senhor sabe por quê? Porque o sistema é uma porcaria: defasado, uma falta de responsabilidade que coloca em risco a população brasileira.

Uma emissora de televisão, pode ser a *Globo*, o *SBT*, *Alterosa*, todas... Eu sou, porque eu tenho conhecimento de radiodifusão. Uma simples rádio FM, numa cidade de poucos habitantes, quando a energia acaba, entra automaticamente o sistema reserva. Num sistema mais aprimorado, onde uma televisão pega para uma população maior, tem 3 sistemas, todos eles automáticos. Agora, por causa de 2 sistemas, 3 sistemas não funcionando, um técnico que não tem capacidade coloca em risco a população brasileira.

Eu quero só fazer este aparte, Sr. Relator, Sr. Presidente — já estou terminando, Sr. Presidente —, para falar com o senhor: aproveita esse recurso que está no Governo, manda trocar toda essa porcaria que está aí inoperante.

Muito obrigado. Desculpe o desabafo.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, eu só queria dizer que esse gerador tem 5 anos de uso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAM** - O sistema é precário.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não é precário. Ele entra automaticamente. Automaticamente ele entra; tem sistema *no break* e tudo mais. Não concordo com essa colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Vamos adiante, aqui, nos questionamentos.

Agora eu quero tratar com V.Exa. sobre a relação entre a Aeronáutica e os controladores de voo.

V.Exa. acredita que uma das principais vulnerabilidades do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro possa estar exatamente na questão do preparo, das condições de trabalho e da insatisfação dos controladores de voo, em especial dos militares, com a remuneração da carreira?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, nós somos militares e todos ganhamos a mesma coisa, não importa qual é a especialização que ele tem: seja controlador,



seja mecânico de avião, seja técnico, ganhamos a mesma coisa; vamos ganhar pelo posto que ele tem. Muito bem. No sistema do controle do espaço aéreo nós temos sargentos controladores. Sargentos controladores. Estamos com deficiência de pessoal? Estamos. Estamos tratando disso, fazendo cursos e mais cursos, recrutando pessoas (*falha na gravação*) contingente para poder agilizar o máximo possível essa falta de pessoal. Agora, eu não sei por que o pessoal reclama das condições de trabalho, quando todos poderão observar nos controles que nós temos aí que as condições de trabalho são excelentes: as folgas são adequadas. De maneira que esse tipo de reclamação eu creio que não procede. Que reclame do salário baixo eu acho que todos nós reclamamos, mas, dizer que há uma péssima condição de trabalho, não concordo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu queria lhe fazer uma outra pergunta: se a Aeronáutica ou V.Exa. possui alguma proposta específica para a melhoria da remuneração dos controladores de vôo militares ou se há um quadro de promoção diferenciada para resolver esse problema dos controladores em relação a sua remuneração?

E uma segunda pergunta é por que não credenciar universidades para formar controladores, como acontece nos Estados Unidos?

**O SR. JUNITI SAITO** - Inicialmente, quanto à melhoria da categoria: não só para os controladores, mas também para todos os nossos graduados. Nós temos, digamos assim, feito um planejamento de tal maneira que todo o quadro de sargentos tenha condições de ascensão ao oficialato. Aliás, isso já existe há muito tempo. Agora nós estamos já na fase final de estudo para que aqueles que forem oficiais, em vez de interromperem suas carreiras como tenente-coronel sigam até *full* coronel. Então, esse é o estudo que está prestes a ser aprovado. E que aqueles sargentos que gostariam de ser oficiais o façam, mesmo não tendo nível superior, porque na verdade maior parte deles já vem com segundo grau completo. Então, eles passam 2 anos na escola de Guaratinguetá e, passando mais 2 anos numa escola de formação de oficiais, eles vão sair com nível de tecnólogo e, com isso, poderão ascender até o nível de *full* coronel. Especificamente na área dos controladores, tem muitos controladores que, mesmo oficiais, eles gostariam de ficar controlando. Então, para esses... Até há pouco tempo nós formávamos 5 sargentos



por ano. Esse ano já vão ser formados 20 elementos, e, ano que vem, nós pretendemos formar 40, para que ele tenha condições de ocupar os consoles como segundo tenente, como primeiro tenente supervisor, como capitão — vai até capitão esse posto — e até capitão trabalhe dentro do sistema de controle do nosso espaço aéreo. Estamos fazendo essa melhoria porque isso aí, na verdade, vai trazer também ascensão profissional, maior ganho etc., etc.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Esse é um projeto de lei que tem que vir à Câmara. Já tem previsão para isso, ou isso não é necessário?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não. Isso aí não é projeto de lei; nós podemos fazer essa modificação através de uma portaria do Comando da Aeronáutica.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - De uma portaria do próprio Comando da Aeronáutica.

**O SR. JUNITI SAITO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O PDCEA aponta o momento da implantação do CNS/ATM como apropriado para a separação entre os controles da aviação civil e militar. V.Exa. acredita também que este seria o momento ideal para a desmilitarização, tese defendida aqui pelos representantes dos controladores de voo?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu acredito que sim, Deputado. Eu acredito que esse CNS/ATM não tem nada de militar. Eu acredito que é o momento de transformar o nosso sistema em sistema civil, através do CNS/ATM, e deixar a parte da defesa aérea, com os radares, para os militares. Eu penso assim.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Talvez esse seja o momento mais adequado.

**O SR. JUNITI SAITO** - O momento. Por que é que eu digo o momento? Porque nesse momento, se for transformar isso, nosso sistema é um sistema integrado. Para separar esse sistema integrado é preciso muito recurso. Muito recurso. Então, acredito que não seja o momento oportuno agora fazer essa transição. Com o advento do CNS/ATM, com certeza passará a ser controle civil.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Qual é a real necessidade quantitativa de efetivo de novos controladores de voo e qual é a previsão de prazo para resolver essa deficiência, se ela existir?



**O SR. JUNITI SAITO** - Hoje nós temos em torno de 2.700 controladores, contando com o pessoal da INFRAERO. O nosso planejamento é que até 2009 nós tenhamos 3.800 controladores, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A atual carência de efetivo sobrecarrega a jornada dos controladores de vôo; obriga a Aeronáutica a locar profissionais pouco experientes para atender à demanda de trabalho; ou faz com que haja um controle de aeronaves acima do limite permitido?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, Deputado. Nós estamos... Os controladores hoje controlam 14 aeronaves por setor. Isso é o que está sendo feito. Os controladores que estão entrando agora, naturalmente, carecem de mais treinamento, e é por isso mesmo que eles estão treinando. Mesmo depois de diplomados, eles estão treinando em órgão específico para ganhar experiência. E mesmo assim eles não entram controlando direto; eles entram como auxiliares e aos poucos vão ganhando sua experiência. Tem um degrau para atingir esse pessoal aí.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Um fato citado na imprensa e tratado é a atual carência de efetivo... Um fato citado, enfim, é a atual carência de efetivo, que sobrecarrega a jornada dos controladores de vôo e obriga a Aeronáutica a alocar profissionais pouco experientes para atender à demanda de trabalho ou faz com que haja um controle de aeronaves acima do limite permitido. Isto é verdade, Comandante?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não é verdade. Eles trabalham em regime de escala, com 156 horas por mês. Já mostrei aqui, também, na audiência pública que fiz aqui, que eles trabalham 8 horas, sendo que, dentro dessas 8 horas, eles têm folga a cada 2 horas e têm uma folga de 24 horas. Após 24 horas, trabalham mais 8 horas e têm mais uma folga de 24 horas. Depois trabalham mais 8 horas e têm folga de 48 horas. V.Exas. podem observar que os nossos controladores — 70% aqui em Brasília, 75% em Manaus, 70% em... —, todos eles, têm nível superior. E, dos nossos mecânicos, que trabalham aí, na graxa, só 30% têm nível superior. Então, podem observar que não é falta de folga, não. Eles trabalham dentro de um regime de escala e com folga suficiente para descanso.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Exa. acredita que os controladores de vôo são responsáveis por áreas geográficas muito extensas, de modo que possa afetar o seu grau de diligência e a capacidade de absorção do tráfego?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, essa área é dependente do movimento aéreo. Então, se é uma área em que não há muito movimento aéreo, naturalmente ele pega uma área maior. Mas, numa área onde tenha bastante tráfego, a área é bem menor. De maneira que ele não tem nenhum problema em controlar extensas áreas, desde que naquela área não ultrapasse os 14 movimentos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Além da jornada dedicada à função de controlador de vôo, esses profissionais cumprem outras tarefas relacionadas à vida militar?

**O SR. JUNITI SAITO** - É o que eles dizem, mas, na verdade, não, porque eles saem de casa, vão para o console, voltam para casa e console.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não há outras tarefas?

**O SR. JUNITI SAITO** - Por causa dessa carga de trabalho de 156 horas mensais. E isto é rigidamente obedecido.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quais as principais deficiências que V.Exa. identifica relacionadas à atual capacitação dos controladores, lembrando-lhe que o pouco conhecimento da língua inglesa tem sido um fator citado constantemente nesta CPI?

**O SR. JUNITI SAITO** - É, eles têm conhecimento da língua inglesa naquelas fraseologias padrão. Mas nós já estamos mudando isso. A seleção vai ser muito mais rigorosa para que eles tenham realmente a capacidade nº 4, se não me engano, que a ICAL recomenda. Nível 4 é o que a ICAL recomenda.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Após a Aeronáutica ter afastado de seus postos um grupo de controladores de vôo, em junho passado, considerados lideranças de um movimento reivindicatório e que controladores de defesa aérea foram alocados nas consoles dos CINDACTAs, qual é a avaliação do COMAER sobre os resultados das ações adotadas naquele momento e como está o clima de trabalho nos CINDACTAs em relação aos demais controladores de vôo militares?

**O SR. JUNITI SAITO** - Sobre esse problema de controladores militares assumirem as posições, quero deixar bem claro que eles assumiram uma



determinada missão. E qual que é? É fazer aquelas tubulações que a gente chama de... Para que eles controlem as aeronaves em deslocamento num sentido. Eles não fazem o controle igual como os controladores militares, que fazem o controle de aeronaves civis. Eles fazem de uma maneira que eles estão muito bem acostumados. Agora, todos eles recebem uma reciclagem para isso. Por exemplo, um controlador novo precisa de mais de 90 horas para se familiarizar. Esses, não; esses controladores que estão sendo alocados têm 15, 20 anos de controle do espaço aéreo, só que na área militar. Então, eles são reciclados. Com mais ou menos 48 horas de reciclagem eles assumem aquelas posições. De maneira que não vejo nenhum problema. O ambiente é dos melhores, sem problema nenhum, e acredito que o afastamento desses militares está dando uma certa tranquilidade para o nosso sistema.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E é isto que justifica estabelecer essas medidas, Comandante?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não entendi.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Digamos, esta tranquilidade no sistema é que justificou as medidas que foram tomadas?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu acredito que sim, Deputado. O que eu quero deixar bem claro é que não somos nada contra associações, mas nós, militares, não podemos ter associações ou ocupar um cargo numa associação, como sindicatos, com fins reivindicatórios. É isto que não podemos permitir. Nada contra associações, desde que não seja de caráter reivindicatório. Nós não podemos permitir isso. Nossa hierarquia não permite isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Vou lhe fazer um outro questionamento ainda sobre este tema: vários controladores vêm denunciando o fato de que controladores de defesa aérea sem habilitação para o controle de tráfego aéreo foram deslocados para Brasília e Manaus. Atuam como os controladores e depois de assumirem, segundo esses controladores, de forma irresponsável o controle de um setor do ACC devolvem a responsabilidade ao outro ACC, gerando uma série de riscos ao próprio ACC, que já está assoberbado de aeronaves e tem que dar conta de retomar o controle de todos os setores que a defesa aérea assumiu, mas não deu



conta. Diante dessas afirmações e reclamações, o senhor considera realmente seguro voar no espaço aéreo brasileiro nas atuais condições?

**O SR. JUNITI SAITO** - Continuo dizendo que é muito seguro voar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Os regulamentos estão sendo seguidos?

**O SR. JUNITI SAITO** - Com certeza! Todos os regulamentos, todas as normas que regem o controle de tráfego aéreo estão sendo seguidos. De maneira que não concordo com esse tipo de coisa, porque, se houvesse algum problema nesse sentido, nós seríamos os primeiros a parar com isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - *O.k.*

O Tribunal de Contas da União aponta o fato de o Departamento de Controle do Espaço Aéreo — DECEA — jamais ter negado um pedido de HOTRAN, apesar da carência de controladores de voo. V.Exa. poderia comentar essa situação e nos informar se o DECEA tem quantificado a capacidade do SISCEAB?

**O SR. JUNITI SAITO** - É, eu acho que essa informação não está de acordo, porque, na verdade, o DECEA é um dos primeiros a alertar a ANAC de que determinada HOTRAN não está condizente com a capacidade do tráfego aéreo existente numa determinada região. E eles conversam muito, a ANAC, o DECEA e a INFRAERO. De maneira que... O DECEA inclusive não fornece HOTRAN. Quem fornece a HOTRAN é a ANAC. Mas o DECEA interfere dizendo: *“Olhe, essa HOTRAN vai interferir em tráfego tal, tal, tal. Seria aconselhável não autorizar.”* E a ANAC não autoriza.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Certo. V.Exa. concorda que há uma desarticulação entre os membros do SISCEAB, mais especificamente do DECEA, COMAER, ANAC e INFRAERO, ou seja, que falta um ente centralizador da gestão do espaço aéreo brasileiro? Qual é a sua avaliação sobre essa situação?

**O SR. JUNITI SAITO** - Olha, quando o Ministro Waldir Pires pediu que o Brigadeiro Godinho fosse para a Defesa auxiliar nessas informações, eu disse para o Ministro e para o Godinho, Brigadeiro Godinho: *“Olhem, quem sabe um órgão, na Defesa, para coordenar? Não é para mandar, não, é para coordenar essas 3 entidades: a ANAC, o DECEA e a INFRAERO, para que, aumentando a coordenação, naturalmente haveria maior contato, conversações.”* Isso não quer dizer que isso não está sendo feito. Está sendo feito, sim. O DECEA, a ANAC e a



INFRAERO vivem se reunindo em São Paulo, Rio, Brasília, para coordenar todo esse sistema. Mas tendo um órgão que gerenciasse isso, seria facilitado. Eu sempre disse isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Civil ou militar?

**O SR. JUNITI SAITO** - Civil.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Civil.

O último questionamento, Comandante. Queria falar um pouco sobre o afastamento dos controladores dos CINDACTAs. A partir do dia 22 de junho passado, 28 controladores ligados à direção de associações foram afastados: em Brasília, 15; Manaus, 8; Salvador, 2; São Paulo, 1; Curitiba, 2. Todos eles, segundo as informações que nós obtivemos, com mais de 17 anos de serviço e uma ficha de avaliação técnico-militar em grau excelente de comportamento.

Qual o motivo do afastamento desses controladores dos 4 CINDACTAS, a partir do dia 22 de junho?

**O SR. JUNITI SAITO** - Presidente, havia um movimento dessas associações dentro dos CINDACTAs. Então, achamos por bem afastá-los, porque nós não podemos ficar permitindo aliciamento dentro do CINDACTA para essas e outras reivindicações. Nós temos um procedimento, dentro da nossa hierarquia militar, a levar a conhecimento dos chefes e superiores as nossas reivindicações. Não é através de imprensa, não é através de outras coisas que a gente pode ficar reivindicando qualquer tipo de interesse, digamos assim, de classe, qualquer que seja. De maneira que esses elementos estavam atuando nesse setor, nesses setores, e por isso mesmo é que nós os afastamos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E houve processo administrativo que tenha investigado e comprovado tais comportamentos?

**O SR. JUNITI SAITO** - Claro, isso...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Ou algum tipo de advertência quanto à Conduta militar desses 14 controladores?

**O SR. JUNITI SAITO** - Está mais do que provado. A gente vê na imprensa mesmo as manifestações desse pessoal todo. Quer dizer, não há o que fazer mais do que afastar mesmo.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Houve um processo administrativo? Se garantiu defesa?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não. Não houve afastamento. Inclusive, não houve, assim, afastamento. Eles estão fazendo treinamento lá no CONDABRA. Eles estão tendo aulas para participar mais na área da defesa aérea.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - *O.k.*

**O SR. JUNITI SAITO** - Esses 16 que foram afastados.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, este Relator encerra, por hora, seus questionamentos, agradecendo, mais uma vez, a presença, nesta CPI, do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, cujo depoimento foi precioso para o nosso trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Sr. Relator.

Passaremos a palavra, primeiro, ao autor do requerimento, que terá o tempo de 15 minutos, a seguir a ordem de inscrição. Alerto que devido ao pouco tempo que temos até o início da Ordem do Dia serei extremamente rigoroso.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Antes de V.Exa. passar à frente, a questão de ordem precede...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Não. É só para um encaminhamento, uma questão, uma consulta. Diante do tempo que temos, eu consultaria V.Exa., Sr. Presidente, se seria possível, em acolhimento até à presença dos Deputados que aqui estão, naturalmente após o autor do requerimento, que nós fizéssemos, por 5 minutos, ou em até 5 minutos, as perguntas, para comportar a presença que aqui temos. Porque sei que a lista de inscrição aqui é grande é que faço a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado, deixe-me colocar a minha posição: eu não vou tomar uma decisão monocrática nesse sentido. Faço um apelo: se os Parlamentares quiserem respeitar o tempo de 5 minutos, é só respeitar. Eu avisarei quando tiver 5 minutos, mas eu cortarei ao décimo minuto, impreterivelmente, salvo o autor do requerimento. É o procedimento que vimos



adotando. Se não houver consenso, eu não posso modificar unilateralmente, a menos que já tivesse passado muito tempo de depoimento, o que não é o caso.

Então, Relator, por favor, antes do autor, V.Exa. queria concluir alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Comandante, eu queria... Eu ia me esquecendo de um tema que nós vamos pedir, em alguns requerimentos, algumas informações à Aeronáutica e às empresas envolvidas. Mas eu gostaria que V.Exa. pudesse responder, inclusive porque nós recebemos um pedido, uma solicitação de depoimento de familiares das vítimas do acidente com o voo da Gol 1907, em relação ao sumiço de pertences das vítimas desse voo.

Inclusive essa solicitação diz que: *“Srs. Deputados, solicitamos a esta nobre Comissão um agendamento, dentro da brevidade possível, de audiência com os familiares abaixo relacionados que se dispuseram a emprestar seu depoimento na CPI. Pedimos ainda que seja fornecido por esta Casa o transporte para Brasília dos familiares de outros Estados e o pagamento de seus despesas, uma vez que essas famílias não têm condições de vir por conta própria.”* E dá uma lista de nomes, exatamente para tratarem sobre esse tema.

Eu queria dar oportunidade para que V.Exa. pudesse explicar o fato denunciado pela imprensa de que pertences das vítimas do acidente da Gol foram encontrados em posse de outros que não os seus familiares, e quais os procedimentos que a Aeronáutica está adotando em relação a esta situação.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, eu, como Comandante, apenas lamento esse tipo de acontecimento. Eu vou contar, em rápidas palavras, o que foi o resgate das vítimas lá em Cachimbo. Nos primeiros 20 dias, o nosso pessoal se dedicou de corpo e alma, não só o nosso pessoal da Aeronáutica, mas os médicos legistas, os bombeiros, os soldados do Exército, da Polícia Militar se empenharam mata a dentro em busca das vítimas, sob condições severas de chuvas, umidade, intenso calor de dia, frio de noite, mosquitos, abelhas e aquele ambiente sinistro do acidente. Foram 20 dias de extremo estresse para esse pessoal, que eu os considero heróis. Vinte dias resgatando os corpos. Para quê? Para dar um pouco de conforto às famílias que estavam apreensivas. E uma vez resgatada a maior parte das vítimas, aí sim, o pessoal começou a resgatar os pertences. Inclusive, quero deixar bem claro que não



é competência da Aeronáutica resgatar pertences de vítimas. A nossa missão é resgatar os corpos. Mas eles resgataram, de um total de mais ou menos 4 mil quilos, 1.600 ou 1.650 quilos de pertences. Todo esse material foi catalogado, relacionado, etiquetado e foi entregue à companhia Gol. Então, fica difícil para nós. Foram 49 dias de selva desses homens, que trabalharam dia e noite para poder resgatar, no mais curto prazo de tempo, essas vítimas. E agora vem à tona a Aeronáutica sendo acusada de pilhagem. Eu lamento muito. Eu vou citar um exemplo desse senhor que está reclamando do celular. Em março deste ano, esse senhor, numa das reuniões que o CENIPA faz mensalmente com os familiares das vítimas, tocou nesse assunto. Imediatamente, um oficial nosso chamou ele e perguntou: *“O senhor recebeu telefonema de que telefone, do seu celular?”*. Ele disse: *“Não, não. Não foi do meu celular”*. *“De onde, então?”* *“Ah, foi um telefonema do Rio de Janeiro”*. *“E o senhor ligou para que telefone?”* *“Para o meu celular”*. *“Então, por favor, nos dê esse telefone”*. Ele disse: *“Não, não vou dar esse telefone porque eu tenho medo de retaliação, eu tenho filhas e não vou dar”*. Então, Deputado, como é que nós vamos investigar se não há uma cooperação do próprio ofendido? E agora ele vem na televisão reclamar que nós não tomamos nenhuma providência. Tomamos, sim. Só que não houve resposta dele. Como é que nós vamos procurar um celular no meio de 8 milhões de habitantes no Rio de Janeiro? Como é que nós vamos controlar uma área onde estavam os destroços de 5 quilômetros de raio? E não é no campo, é na mata densa, onde para caminhar um passo tinha que abrir uma picada. De maneira que eu lamento muito esse tipo de coisa que está surgindo agora, não sei qual a intenção, mas eu rendo minha homenagem a todos esses homens. Já foram quase ou mais de 800 homens que trabalharam naquele episódio e que foram tratados como heróis pela grande parte dos familiares e hoje está sendo, por alguns, pichados como se fossem marginais. Eu lamento muito esse tipo de colocação que está sendo dada para homens que trabalharam dia e noite, durante 49 dias, sofrendo todo tipo de agressão. Nós temos fotografia de elementos picados de abelhas. E agora surge esse tipo de denúncia. Eu lamento muito. Só posso lamentar.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Existia... Eu queria só fazer um outro questionamento, porque surgiu uma notícia, Brigadeiro, de que outras pessoas haviam chegado ao local do acidente...

**O SR. JUNITI SAITO** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...antes da Aeronáutica ou concomitante com a Aeronáutica. Essa informação procede?

**O SR. JUNITI SAITO** - Procede. Silvícolas estavam lá o tempo todo. Os mateiros estavam lá também, estavam lá.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Certo. O.k. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Relator.

O próximo orador é o autor do requerimento, Deputado Carlos Willian. V.Exa. dispõe de 15 minutos, impreteríveis, iniciando-se às 15h06 até às 15h21.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - O.k., Sr. Presidente. É que eu achei que o Relator ia fazê-lo, mas como ele passou a palavra democraticamente, institucionalmente, essas palavras do senhor em homenagem às pessoas que trabalharam no resgate também eu acredito que é o sentimento não só desta Comissão, mas de todo o povo brasileiro.

Primeiro, Sr. Presidente, caros colegas, eu queria dar uma grande notícia que não vem do Legislativo nem vem do Executivo, vem do Judiciário. Eu fui convidado, hoje pela manhã, e participei, no gabinete da Ministra Ellen Gracie, a Ministra do Supremo Tribunal, e S.Exa., junto com a OAB, junto com as companhias aéreas e mais 2 Ministros que vão ficar encarregados de uma comissão especial, vai criar, agora, imediatamente, os pequenos tribunais nos aeroportos. Então, o passageiro que tiver qualquer problema, lá nos principais aeroportos do País vai ter um tribunal de pequenas causas, onde, naquele exato momento, o passageiro vai ter o seu direito, vai ter que ser julgado ou conciliado pela Justiça. Eu acho que isso é um grande trabalho da Justiça brasileira, e realmente reanima o povo brasileiro.

Sr. Comandante, no final do ano passado, quando eu fui o Relator de uma Comissão Especial para analisar o caos aéreo no Brasil, dentro do meu relatório e fora do relatório eu disse que o sistema estava sucateado. E, posteriormente, eu solicitei a demissão do Comandante da Aeronáutica e do Ministro da Defesa. Não



atendendo ao meu pedido, mas à necessidade premente do País, o Presidente Lula exonerou tardiamente o Ministro da Defesa. E, em janeiro ou fevereiro — não me recordo a data —, S.Exa. exonerou o Comandante Bueno, e V.Exa. assumiu o lugar dele. Assim como o novo Ministro da Defesa, hoje no cargo, e naquela época, V.Exa. trouxe muita esperança ao povo brasileiro. Eu tenho muita esperança no Comando da Aeronáutica nas mãos de V.Exa. Acredito que está em boas mãos. Vários são os questionamentos que eu tenho a fazer, 15 minutos não dariam. Mas eu vou fazer o questionamento depois o senhor responde, no final.

O que V.Sa. já fez para melhorar os equipamentos? E aquela intervenção que eu fiz, e V.Exa. não concordou, V.Exa. pode não concordar, mas toda hora tem um defeito. Este defeito mesmo mostra que o sistema automático não entrou. Mostra que houve uma pane geral. Mostra que antes desta CPI, no final do ano passado, houve aquela pane a nível nacional. Por quê? Porque pessoas despreparadas, desqualificadas, foram entrar com um *software* no sistema e o sistema não aceitou e bloqueou tudo. Eu estive lá pessoalmente e vi que não tinha sistema total sobressalente, que é um sistema reserva. Tivemos em São Paulo, pelo que os colegas me relataram.

Lamento dizer a V.Exa. e volto a repetir: qualquer rádio do interior, quando sai do ar, automaticamente o sistema reserva entra. A Aeronáutica não pode deixar esse sistema, e volto a falar com o senhor que no meu entendimento é um sistema sucateado. A maioria desses sistemas tinha que vender para o ferro-velho. O senhor disse que tem 5 anos somente. Cinco anos para um gerador é até pouco tempo, mas eu digo o sistema todo. E tem que ser vigiamente, diuturnamente acompanhado e dada manutenção. Quando descarregar a bateria, tem que ter um alarme, se é que isso é moderno, porque isso é mais do que ultrapassado. Para o senhor ter uma idéia, na minha casa tem um sistema de *no break* que entra automático, e não tem risco de cair avião ou qualquer coisa nesse sentido.

Mas gostaria de dizer ao senhor o seguinte: a população brasileira ainda tem muita esperança no comando de V.Exa., e eu confio no comando de V.Exa. à frente da Aeronáutica. Vou passar o meu tempo, com a permissão do Presidente, vou dividi-lo com o Deputado Vic Pires Franco e o Deputado Ivan Valente.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa., até 15h21, é dono do seu tempo. São 15h11.

O Deputado Vic Pires Franco continua. Às 15h21 eu interrompo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Comandante, em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Carlos Willian, mas gostaria de assinar embaixo tudo que o senhor falou com relação a esses homens da Aeronáutica que ficaram esses 40 e tantos dias lá fazendo resgate, e de me solidarizar com essas declarações, no mínimo irresponsáveis, com relação a nossa Força Aérea.

Durante todo esse tempo, Comandante, principalmente depois desse segundo acidente, desse segundo trágico acidente, em que houve uma comoção nacional, nós, Deputados todos aqui da Casa, nós temos recebido, principalmente os daqui da CPI, uma série de *e-mails*, centenas de *e-mails*, de pessoas que assistem a TV Câmara, pessoas que estão acompanhando o dia-a-dia na nossa CPI. E eu fiz questão de separar em interesses maiores os *e-mails* que eu recebi. As pessoas não aceitam que se coloque a culpa nos pilotos, a grande maioria, as pessoas não aceitam que se deixe de tratar os problemas da pista, mas a grande maioria, Comandante, foi sobre aquele episódio, na minha opinião aquele triste episódio de 3 dias depois, a nossa Força Aérea homenagear com a medalha Santos Dumont a Diretoria da ANAC. A grande maioria da população tem a mesma impressão que nós aqui da Comissão, a grande parte desta Comissão, de que pouco fez essa Diretoria da ANAC para acabar com essa crise, que pouco fez pelo Brasil para que a aviação aérea tivesse um resultado melhor do que está tendo.

Então, eu gostaria de, em nome dessas centenas de *e-mails* que recebi, lhe fazer essa pergunta, muito diretamente, para que fique muito bem esclarecido para a opinião pública por que V.Sa. medalhou esses cidadãos que, volto a dizer, na minha opinião, não são merecedores da Medalha de Santos-Dumont.

**O SR. JUNITI SAITO** - Muito obrigado, Deputado. V.Exa. sabe que a concessão de medalhas segue um ritual. E isso não é de um dia para o outro; demora, no mínimo, 5 meses até a comissão medalhista julgar as personalidades indicadas. Então, não foi de um dia para o outro que foi concedida essa medalha. Agora, voltemos ao tempo. A ANAC, um dia, foi o DAC nosso. Temos na ANAC, ainda hoje, 80% do nosso efetivo, militares, lá trabalhando com o pessoal da ANAC.



Vejam bem. Eles assumiram a Agência num momento de extrema dificuldade da VARIG. Em seguida, teve aquele acidente da GOL, problemas de controladores com reflexo no tráfego aéreo, demora, atrasos e, finalmente, o acidente da TAM. Eu, como Comandante, tenho obrigação de apoiá-los, porque, se nós não apoiarmos, quem é que vai apoiar? Se nós, que temos esse conhecimento da aviação — eu, particularmente, não, mas meus oficiais têm —, se nós não apoiarmos esse pessoal, não teremos a Agência que nós queremos. E qual é a Agência que queremos? Que seja uma agência reguladora, fiscalizadora, experiente — e isso só se ganha com o tempo, Deputado. Não é de um dia para o outro que eles vão ter, digamos assim, esse conhecimento todo que nós detínhamos. Então, isso tem de ser uma passagem paulatina e com o apoio da Força Aérea. E é por isso mesmo que foi concedida essa medalha. Muitos não gostaram, mas a verdade é que nós temos de trabalhar juntos: ANAC, Aeronáutica, INFRAERO.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Certo. Então, pelas suas palavras, Brigadeiro, seria por serviços ainda a serem prestados?

**O SR. JUNITI SAITO** - Pode ser.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ainda bem que o senhor esclareceu para a opinião pública que não foi por serviços prestados. Bom, Brigadeiro, gostaria de fazer uma última pergunta porque tenho de dividir meu tempo, agora, com o companheiro Ivan Valente. O senhor teve acesso ao material do acidente? O senhor ouviu as caixas?

**O SR. JUNITI SAITO** - Absolutamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Nada?

**O SR. JUNITI SAITO** - Nada, nada.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor não ouviu nada?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não ouvi nada.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Brigadeiro, o senhor falou no início aqui — aliás, o senhor pouco falou; o senhor falou e encerrou sua fala para deixar que o Relator fizesse as perguntas — que a Aeronáutica tem sido de uma presteza muito grande com relação a esta CPI. Com certeza! Mas há um último episódio, Brigadeiro, que foi justamente esse pedido que nós fizemos. Anteontem veio aqui o Coronel Camargo, e ele não falou para nós. Ele evocou aqui a... Ele trouxe um



acórdão do Supremo Tribunal Federal, o que eu, particularmente, como Parlamentar, achei um absurdo: ele trazer isso aqui como membro da Força Aérea. Ele poderia perfeitamente, na nossa Comissão, dizer que ele não podia falar, enfim, dizer que tinha procedimentos, mas não trazendo um acórdão do Sr. César Arrieta, que é um acórdão lá do Supremo Tribunal Federal. E ele não nos trouxe nenhum tipo de informação. As informações que vieram para cá vieram todas codificadas, vamos assim dizer. Nós não temos acesso a nada, não tivemos acesso a nada. Foi, parece que veio assim numa — desculpe-me o termo, com todo respeito que tenho por V.Exa.; e tenho mesmo — grande má vontade da Força Aérea em mandar essa documentação para cá. Porque, primeiro, não conseguimos abrir, não conseguimos pegar a voz no correio de voz, não tivemos acesso a todo o vôo e, sim, a apenas a uma parte do vôo. Enfim, gostaria que o senhor nos esclarecesse o porquê disso. Por que essa caixa-preta tão grande não se abre para uma CPI instalada no Congresso Nacional com tanta dificuldade?

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, inicialmente, quero esclarecer que o Coronel Fernando Camargo é o Presidente da Comissão. Ele, como Presidente da Comissão, não pode tirar conclusões levianas e apressadas. São 28 elementos que fazem parte dessa comissão. Então, os dados que eles têm, no momento, não permitem uma análise sobre o que é que aconteceu e como aconteceu. Inclusive, nós não temos degravador dessa parte de voz, por exemplo. Parece que a única companhia que tem é a TAM; e a outra seria lá nos Estados Unidos. Então...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A TAM tem, Comandante?

**O SR. JUNITI SAITO** - Parece-me que a TAM tem um degravador desses.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Já fica registrado aqui para Mesa que a TAM tem e que pode fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. pode apresentar um requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Vou apresentar um requerimento.

**O SR. JUNITI SAITO** - Se eu estiver enganado, me perdoe, mas me chegou essa informação. Então, ele, na verdade, ele não tem nada para acrescentar no momento porque...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Dois minutos, Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. JUNITI SAITO** - ...ele precisa da análise.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu estou inscrito e vou passar agora o tempo para o Deputado Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. está passando 2 minutos do tempo do Deputado Ivan Valente, que é o primeiro inscrito e que teria direito a 10 minutos. Então V.Exa., Deputado Ivan Valente, tem de 15h19 a 15h31, impreterível.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Brigadeiro Saito, eu queria começar colocando uma questão. Eu acho que os fatos de ontem mostram a relação da FAB com o Ministério Público, que é de tensionamento. E não é o primeiro. Não é o primeiro! Quer dizer, o senhor, inclusive, numa entrevista ao jornal *O Globo*, diz o seguinte: que sente que há interferência de órgão externos que atrapalham as atividades da Força e que, nas mãos de pessoas não qualificadas, isso (os documentos) pode se tornar perigoso. E aqui o senhor nos disse que existem informações não tratadas. Eu pediria que o senhor esclarecesse isso, porque senão a CPI também vai se sentir como se fosse uma interferência de órgãos externos. Eu queria que o senhor esclarecesse melhor isso.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, nós temos já CPI analisando isso, a Aeronáutica fazendo investigação; temos a Polícia Federal fazendo a investigação. E, além do mais, aqueles dados solicitados, eles poderiam muito bem obter num processo normal. Por que busca e apreensão numa organização militar? Inclusive, tem dados ali que não convém sejam do conhecimento público no momento. São dados que precisam ser tratados, analisados, para se ver... Pode ter alguma reclamação, alguma coisa que pode trazer conseqüências desagradáveis sem que antes sejam analisados. Mas, uma vez analisados e divulgados, serão tratados de acordo com o que rege o nosso sistema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas Brigadeiro...

**O SR. JUNITI SAITO** - Nós não temos, inclusive, nenhum problema com o Ministério Público, absolutamente. Eles exerceram o direito, conseguiram a liminar, e nós também exercemos o nosso direito e cassamos a liminar.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim. Mas veja, esse instrumento de busca e apreensão — o senhor está dizendo por que isso e tal. Esse é um instrumento da CPI, também. Isso foi dito aqui também em relação às caixas-pretas, que certamente haveria resistência da Aeronáutica em trazer, até por uma concepção.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não havia, Deputado. Não havia. Nós sempre atendemos a todos os pedidos que a CPI fez até agora, sempre.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É verdade, Comandante, que a Aeronáutica mandou as caixas- pretas. Mas é verdade também que o material que chegou aqui é um material extremamente precário. Transcrição em inglês das fitas etc. e mais todo um sistema de gráficos que, na nossa opinião modesta, não comporta interpretações. Veja: nós não pedimos ao Coronel Fernando Camargo, ontem, que ele fizesse a interpretação; nós apenas pedimos a ele que esclarecesse as funções do gráfico. Isso qualquer técnico poderia fazer. E já que ele estava aqui... Então eu sinto que há uma resistência da Aeronáutica nessa questão.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mais do que isso, eu queria fazer uma pergunta ao senhor, que é a seguinte. Eu estou aqui com um ofício de V.Exa. ao Ministério Público Federal, ao Sr. Antônio Fernando de Souza, com uma reclamação e abertura de processo contra o Procurador de Trabalho de São Paulo — isso aqui é de 25 de abril de 2007 —, em que o senhor reclama que a Aeronáutica estava fornecendo documentos à Procuradoria do Trabalho de São Paulo, Dr. Fábio Fernandes, mas que chegou a vocês um *e-mail*, que eu também tenho aqui em mãos, que o senhor diz que tem uma clara conotação de incitamento da categoria. Eu li o texto e não vi o incitamento; eu vi uma simpatia do Dr. Fábio pela situação dos controladores de voo. Eu participei, pessoalmente inclusive, de seminários em São Paulo, com especialistas em estresse do controle de tráfego aéreo, saúde pública etc., e não vi nada demais. Aqui o senhor pede... E ele está sendo processado, ele está com um processo do Ministério Público Federal.

A Aeronáutica não está cerceando um pouco a ação de outros órgãos? Por exemplo, o Ministério Público está em busca de uma resposta à cidadania também.



É uma área preocupada. A CPI foi aberta por causa disso também, as CPIs etc. O senhor não vê assim? Não há um certo autoritarismo da Aeronáutica nisso, não?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu não vejo dessa forma, Deputado. Nós temos o maior apreço pelos Procuradores, só que esse Procurador especificamente, ele tem incitado os controladores a se desmilitarizarem, entende, tornar o controle civil. Ele tem feito isso. Então, é por isso que nós estamos... Porque eu acho que o trabalho dele não pode ser esse tipo de trabalho, e é por isso que nós fizemos esse ofício ao Procurador Geral da República.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas é aí que entra a questão, Comandante. É exatamente isso. Então, eu vou me considerar um incitador da desmilitarização, porque eu sou a favor, entende, como Deputado.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, absolutamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Porque eu tenho o direito de ter uma opinião sobre a desmilitarização ou não do controle civil.

Até quero citar aqui ao senhor o seguinte: o Brigadeiro Bueno, em depoimento aqui na Câmara, em dezembro de 2006, perguntado sobre a desmilitarização, falou assim: mas nada impede que seja civil o controle do espaço aéreo da parte civil e a parte militar tem de ser controlada por militares. Muito bem. A partir daí, o Governo montou um grupo de trabalho interministerial durante a crise e dentre as sugestões que foram levadas ao Governo por esse grupo, está escrito aqui: a criação de um organismo civil com gestão própria, responsável pelo gerenciamento das operações aéreas no Brasil; reformulação das carreiras afetas ao sistema de proteção de vôo; revisão e formação de capacitação de profissionais ligados ao controle aéreo, e assim por diante.

Até porque o senhor sabe que nós temos 3 tipos de contratações, como o senhor mesmo declarou na CPI do Senado, quer dizer, pelo sistema DACTA, pela INFRAERO, que tem 490, e pelos sargentos militares. Eu estou aqui até com o seu depoimento feito à CPI do Senado, em que o senhor também critica os controladores, porque eles estariam aliciando — “aliciando”, o senhor usa esse termo lá, tá? — outros controladores mais jovens, gente que tem um ano meio de serviço, e o que eles querem é desmilitarizar.



Bem, eu não vejo nenhum problema nisso. Eu acho que é uma concepção. Até quero colocar ao senhor o seguinte: eu acho que o Brasil é um dos pouquíssimos países que mantêm o controle civil pela área militar, a aviação civil pela área militar, e eu acho que está na hora de mudar. Eu acho que o Governo tinha tomado essa decisão e recuou. O senhor foi daqueles que pressionaram para ficar na área militar?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Eu sou contra os militares fazerem esse tipo de reivindicação. Eu acho que tudo isso faz parte de uma... Nós obedecemos uma cadeia hierárquica, Deputado. Nós não podemos dar corda, digamos assim, dar guarda a elementos que querem tumultuar o nosso sistema militar, que não pode. Nós funcionamos nessa base, de acordo com a Constituição, a hierarquia e a disciplina. Não podemos furar esse tipo de...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas exatamente a contradição está aí, é o que eu quero colocar, Brigadeiro. Qual é a contradição? O senhor vem aqui na CPI, ou vai na CPI do Senado, o senhor tem uma concepção militar. E o senhor diz o seguinte: o soldado é um profissional da guerra.

**O SR. JUNITI SAITO** - É mesmo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E eu concordo com o senhor. Mas é exatamente por isso que não pode ser civil, porque o controle do tráfego aéreo civil exerce funções civis.

**O SR. JUNITI SAITO** - Mas se eles quiserem ser civis, eles podem ser civis, é só pedir baixa na Aeronáutica e vai prestar concurso...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, é o contrário, nós temos que criar uma carreira de Estado para o controle do tráfego aéreo; é muito mais fácil e desgasta muito menos a FAB, porque eu acho que a Força está sendo desgastada.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, se pudesse ter sido feito isso, já teria feito. É que o nosso sistema é integrado, Deputado. Separar essa parte integrada não é fácil, vai precisar muito dinheiro e muito tempo para isso. Só por isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria perguntar ao senhor, Brigadeiro, aí nós temos uma divergência e queria deixar claro: a Aeronáutica está seguindo os regulamentos que normatizam o serviço de tráfego aéreo brasileiro ou, quando levou os controladores militares e afastou 28 controladores civis com mais



de 20 anos de experiência, muitos deles, ela flexibilizou a utilização dessas normas. Eu queria entender se houve flexibilização das normas ou os regulamentos estão sendo seguidos.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, houve uma redução no treinamento para aqueles que tinham mais de 20 anos, 15, 20 anos no controle da operação militar. Isso aconteceu, reduzimos a carga horária de curso de 90 e poucas horas para 48 horas. Isso aconteceu. Mas isso não aconteceu com os controladores novatos não, é pessoal que já tinha 15 a 20 anos no controle do espaço aéreo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu entendo que essa flexibilização, Comandante, me parece que fere o regulamento, inclusive da ICAO. Essa discussão de redução do estágio prático, por exemplo, da Operação Radar, antes, era de 180 horas, agora, passou para 90 horas, é o ICA 100/18, parece-me que fere o Anexo I do ICAO. O senhor concorda com isso?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não concordo. Isso é uma coisa muito particular de cada país.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não segue uma normatização de preparo do Controle Aéreo Internacional?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, que eu conheça, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Queria agradecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Antes de passar ao próximo, queria fazer uma indagação ao Brigadeiro Saito, extremamente importante para essa CPI, tendo em vista que essa CPI não deliberou ainda acerca do tratamento das informações sigilosas recebidas, mesmo mantendo o *status* de sigiloso ou qualquer *status* que tenha sido atribuído por V.Exa. nos documentos enviados a essa Comissão, se V.Exa. autoriza, na manutenção do mesmo *status*, que cada Parlamentar que está tendo acesso, que possa copiar. O grande problema é que a dificuldade que tem de acesso é que fica concentrada em uma sala e tem alguma dificuldade. Então, a cópia, mesmo na manutenção de sigilo ou reserva, teria



que ter a concordância da autoridade que estabeleceu, segundo uma resolução da Câmara, que estabeleceu o *status*. Eu pergunto se V.Exa. concorda, que deixe que seja mantido o mesmo *status*, ou se V.Exa. deseja manter na situação que está.

**O SR. JUNITI SAITO** - Deputado, o que eu posso dizer é que nós temos um regulamento salvaguarda de assuntos sigilosos. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, mas não estamos pedindo para V.Exa. abrir mão do sigilo, eu...

**O SR. JUNITI SAITO** - Então, veja bem, o documento foi entregue a esta Comissão. V.Exa. pode fazer uso como quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, mas para eu poder entregar a cada Parlamentar uma cópia, eu necessito, até uma posterior deliberação da Comissão, de uma concordância da autoridade, não para quebrar o sigilo ou para quebrar o *status* que V.Exa. atribuiu, apenas uma questão de disposição de resolução da Câmara diz que a cópia, mesmo na manutenção do *status*, só pode ser feita com a concordância da autoridade que fez. Não é cópia para distribuir ou para quebrar o sigilo, é na manutenção de cada Parlamentar que tiver a sua cópia, na manutenção do mesmo *status* que está em poder da Presidência da Comissão. Eu não posso fornecer uma cópia, atender a Parlamentar, se V.Exa. não concordar. É por isso que eu estou fazendo essa pergunta, para que... é até uma forma de atender aos reclamos dos Parlamentares que pedem e que não tenho podido atender. Aí, é uma decisão que V.Exa... não quero constrangê-lo, eu quero apenas ver se V.Exa. concordar ou não. Se V.Exa. não quiser responder agora, não precisa responder agora. Apenas essa colocação precisa ser feita.

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu darei uma resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Pois não.

O próximo orador inscrito, o Deputado José Carlos Araújo, cedeu para o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas. (*Pausa.*) Não está no momento.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Luciana Genro, que dispõe de 10 minutos, iniciando às 15h33 até às 15h43.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Obrigada, Sr. Presidente. Saudações ao Brigadeiro, agradecendo sua presença. Eu tenho muitas perguntas



para fazer e não vou conseguir fazê-las todas, mas vou tentar ser sintética, até porque minha voz hoje não está colaborando muito.

O senhor disse que tem cumprido todas as regras, e as notícias que eu tenho são de que o senhor tem mudado as regras. É evidente que o senhor as cumpre, mas o senhor as muda de acordo com a conveniência do momento, e a sua conveniência no momento era transferir os controladores para a Defesa Aérea; então, o senhor reduziu as horas. A sua conveniência no momento era diminuir o número de aeronaves que cada controlador é obrigado a controlar, porque eles não estavam mais aceitando ir além do que diz a norma, que são 14, então o senhor expediu, ou mandou expedir, um boletim, um NOTAM, proibindo aeronaves de se comunicarem com os centros de controle de Brasília, Manaus e Curitiba se elas estão voando até 3 mil metros de altitude, algo que, segundo me informam, impede também o trabalho da Defesa Aérea, impede essas aeronaves de receber o serviço de informação de vôo e, dessa maneira, acaba expondo essas aeronaves a um perigo.

Veja bem, o que estou dizendo é que este NOTAM permite que aeronaves que estejam abaixo de 3 mil metros não tenham comunicação com as torres de Brasília, Manaus e Curitiba.

Então, essa era também uma conveniência, porque assim diminuiria o número de aeronaves que os controladores têm que observar e impossibilitaria ou evitaria medidas restritivas de controle de fluxo aéreo, que era um dos objetivos do senhor ao qualificar os controladores de sabotadores e de elementos; eu até pediria ao senhor para não usar essa palavra, porque elementos, pelo menos em linguagem civil, é usada para tratar... para bandidos, que estariam perturbando o bom andamento do serviço.

Só que eles estavam não fazendo reivindicações de classe, como o senhor colocou, mas estavam fazendo reivindicações de interesse público, porque estavam denunciando algo que, na visão deles, estaria ocorrendo, que são as deficiências do sistema, que comprometem o bom andamento do controle de tráfego aéreo, e por terem denunciado essas deficiências, que incluem também as suas condições de trabalho, porque além das horas de serviço que eles prestam, ele também fazem outras atividades atinentes aos militares que não são computadas nas suas horas de



serviço, eles então foram afastados, punidos, e as coisas continuaram com problemas, e não mais se pôde atribuir aos controladores o boicote ao controle de tráfego aéreo, porque os problemas continuaram, mesmo depois de essas transferências acontecerem, inclusive com essa pane de Manaus, que, para mim, não está bem explicada.

Além da modificação desse NOTAM, que permite que as aeronaves voem a menos de 3 mil metros sem controle, teria também uma nova ICA 100-18, que trata de licenças e certificados para o pessoal da ATC, onde se teriam modificado as tarefas dos controladores, a necessidade de eles cumprirem as horas de formação e também mudanças na configuração operacional, que tiraram dos supervisores a responsabilidade de estabelecerem regras de controle de fluxo de aeronaves, passando para o CGNA essa tarefa, que também foi uma medida que o senhor tomou, mudando as regras, de acordo com a conveniência, para que não houvessem medidas restritivas de tráfego aéreo, que estavam sendo promovidas pelos controladores, por entender que eles estavam controlando mais aeronaves do que deveriam e de que não havia condições de segurança nas condições em que as coisas estavam acontecendo.

Eu também queria perguntar ao senhor sobre a Portaria nº 1.141/GM5, que está no *site* da ANAC, que é de dezembro de 87, que diz, no seu art. 80:

*“Para a autorização de obstáculos em volta dos aeródromos, os serviços regionais” — ou seja, o Comando Aéreo Regional — deverão explicitar o prejuízo que, neste caso, será causada à navegação aérea e à operação do aeródromo.”*

Uma das realidades que nós vemos em Congonhas e também em outros aeroportos é a cidade engolindo o aeroporto. E esse é um dos problemas do Aeroporto de Congonhas.

Eu quero lhe perguntar se a Aeronáutica se omitiu desta tarefa de informar os prejuízos que estariam sendo causados, já que, inclusive, a própria portaria diz que a fiscalização quanto ao cumprimento da portaria é do Comando da Aeronáutica. E, mesmo assim, as cidades vêm engolindo os aeroportos.



Também queria lhe perguntar sobre esse documento que surgiu na CPI do Senado, o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle Aéreo, que traz várias das denúncias que os próprios controladores estavam fazendo, colocando que os órgãos, a ATS, estão se aproximando do limite da sua capacidade operacional em termos de equipamento pessoal; que embora não comprometa a segurança, a capacidade de controle do tráfego aéreo está aquém do desejado; diz que, mesmo com a implantação de diversos equipamentos de detecção e de telecomunicações nos últimos 6 anos, falta cobertura radar e de comunicação a baixa altura em áreas remotas e fronteiriças; não permite que seja realizada a identificação de alguns tráfegos que circulam na área do espaço aéreo de responsabilidade do DECEA, dificultando a vigilância, o controle e a circulação aérea, principalmente dos tráfegos considerados ilícitos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Dois minutos para terminar, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...e também o fato de que os monitores do Cindacta I foram trocados.

Além desses problemas relatados aqui neste documento, outra das reivindicações dos chamados maus elementos era justamente as deficiências dos monitores.

Então, aqui está um documento oficial da Aeronáutica que se coaduna com que diziam os controladores; os monitores foram trocados, de acordo com o que eles reivindicavam que era necessário, e mesmo assim eles foram punidos e transferidos, e mesmo assim o senhor insiste em dizer que eles eram lideranças negativas que estavam promovendo boicotes e sabotagens contra a Aeronáutica. Enquanto que, ao se organizarem nas suas associações e se manifestarem publicamente, eles são punidos, os oficiais da reserva, que se utilizam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Um minuto, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...dos clubes militares para fazerem manifestações claramente políticas, inclusive contra o Governo, do qual o senhor é um representante nas Forças Armadas, esses não recebem nenhum tipo de advertência, nenhum tipo de punição. Eles estão na reserva, mas estão sujeitos aos regulamentos da Aeronáutica. Quer dizer, eles podem se manifestar politicamente, e



os controladores, quando se manifestam em defesa do interesse público, demonstrando que os problemas do sistema estão afetando a segurança aérea, são punidos, transferidos e sujeitos a diversas medidas extremamente autoritárias, como essa que o senhor também tomou contra o Procurador Fábio Fernandes, ao representá-lo junto ao Ministério Público, por simplesmente ter convidado controladores a participarem de um seminário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Comandante, V.Exa. pode responder, apesar de mais a participação da Deputada, para que V.Exa. tenha condições de não ficar apenas com uma parte.

**O SR. JUNITI SAITO** - Gostaria de responder algumas coisas aqui. Deputada, a senhora mencionou aqui uma coisa que consta do PDECEA, que é um assunto reservado, porque detenção a baixa altura, nós não temos condições de efetuar detenção a baixa altura de todo o território nacional. Os nossos radares cobrem todo o território nacional acima do nível 300, isto é, 10 mil metros. Para quê? Para que, na nossa navegação... haja segurança na navegação aérea de aeronaves comerciais, que voam nessa faixa. Então, isso que está escrito aí é um assunto de defesa aérea. Portanto, uma matéria sigilosa. Nenhum país do mundo consegue manter detecção a baixa altura. E é por isso mesmo que nós temos aí aeronaves de alarme antecipado, com aquele radar, para detectar aeronaves a baixa altura.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Mas se assim, Comandante, foi necessário expedir uma NOTAN, se já não havia possibilidade de fazer essa vigilância a baixa altura?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada, por favor.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. A senhora perguntou sobre tráfego abaixo de 3 mil pés. Nos Estados Unidos, tráfego abaixo de 14 mil pés, que deve ser em torno de 4 mil e poucos metros, não tem controle. Não tem controle, porque compete ao piloto fazer a navegação. Chama-se tráfego visual. Com contato com solo, o piloto faz a sua navegação. Chama-se tráfego visual, porque o controle não tem ingerência. O CGNA... Eu tive o prazer de visitar, em Virgínia, nos Estados Unidos, o nosso CGNA de lá. Chama-se controle de fluxo de todo o tráfego dos Estados Unidos. E lá eles mandam, eles é que determinam o fluxo de tráfego aéreo para todos os centros, todos os controles. Não é o controlador, não; é o CGNA que faz o



controle de fluxo, porque ele tem a visibilidade de todo o fluxo, de toda a área dos Estados Unidos. Inclusive, tive oportunidade, curiosidade de perguntar: *“Escute, quantos vôos vocês estão controlando neste momento?”*. *“Seis mil, duzentos e oitenta e dois vôos”*. Eram os que estavam voando naquele momento. Então, é o CGNA deles, lá, que controlam. E aqui, nós vamos partir para isso. É o CGNA que vai dizer como é o controlador, o fluxo, 10 minutos de decolagem. Ele é que vai coordenar. Sobre os prédios: agora, nós temos 2 órgãos que trabalham nesse sentido: primeiro é o Serviço de Proteção ao Vôo, que é o nosso DECEA. Ele estipula o quê? Qual é a quota, qual é a altura do edifício que é permitido no entorno do aeroporto. E normalmente a Prefeitura é que manda esse documento para o DECEA, perguntando: *“Tem um pedido, um alvará de construção desse prédio? Atende às especificações do DECEA?”* *“Atende”*. Não atende? Então, não se autoriza, certo. No caso específico daquele prédio... Bom, além disso, hoje nós temos um tal de cone de ruído. Todo aeródromo tem um mapa chamado cone de ruído, em que, perto do aeroporto, em cima da pista é ruído nº 1; depois, afastado, nº 2; depois, nº 3. Esse controle quem fazia era o DECEA, mas hoje quem faz é a ANAC. O que significa isso? Que naquele cone de ruído... por exemplo no cone 3, que está afastado do aeroporto, não podem ser construídos hospitais, escolas. Então, a prefeitura, quando tiver um pedido de alvará, tem que consultar a ANAC. Naquele prédio específico de São Paulo, que está na mídia, aí, eles perguntaram se poderia ser construído um *flat*.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Qual é o prédio, Comandante, que eu não sei? Qual é o prédio que o senhor está se referindo?

**O SR. JUNITI SAITO** - Aquele da... o tal de Bahamas. Bahamas.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah!

**O SR. JUNITI SAITO** - E, acho, não sei se foi na nossa época, a ANAC disse: *“Não, flat não pode”*. *“Não, não, vai ser escritório”*. *“O.k., escritório pode.”*

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Mas é o comando ou não é que autoriza a construção dos prédios em volta do aeroporto. É a Aeronáutica. Pela portaria, é a Aeronáutica que autoriza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada, eu vou fazer o seguinte, vou passar para o... Comandante, é só por uma questão de respeito de



tempo, que já extrapolou bastante. Eu vou passar para o Deputado Vic Pires Franco para fazer a dele. E V.Exa., nas respostas dele, complementa o que faltar à Deputada Luciana.

**O SR. JUNITI SAITO** - Pois não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - E, se faltar, ao fim do depoimento, eu dou o tempo que V.Exa. necessitar.

Deputado Vic Pires, às 15h48.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, porque eu quero que o Deputado... em seguida, que o Deputado que está inscrito, o Deputado Gustavo Fruet, ainda dê tempo para ele.

Continuando com os *e-mails*, Brigadeiro, vamos agora para a pista e para o erro do piloto -- porque a maioria não aceita que tenha sido erro do piloto. Eu tenho aqui, Brigadeiro, comigo, alguns relatórios de perigo com relação à pista, lá, de Congonhas. Eu queria lhe perguntar primeiro, assim, basicamente, num pingue-pongue: o senhor acha que aquela pista é segura hoje ou o senhor acha que ela tem esse problema todo que a opinião pública acha que tem?

**O SR. JUNITI SAITO** - Bom, aquela pista tem, a principal, tem mil e trezentos... mil novecentos e poucos metros, dentro da altitude de São Paulo, e lá operam aeronaves dentro do envelope da pista e da aeronave. Então, porque, se não tivesse dentro do envelope, nenhuma aeronave podia operar, nenhum piloto se comprometia a operar numa pista que estivesse fora do envelope da aeronave. Então, está tudo dentro do envelope, porém eu considero aquela pista muito crítica. Por quê? Porque não tem área de escape, qualquer acidente depois da pista é em cima das casas, dos apartamentos, e é por isso mesmo que eu acredito que tem que ser limitado o peso e decolagem daquela pista. Mas as aeronaves que operam lá operam dentro da segurança.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Dentro do limite de segurança. Eu tenho aqui vários relatórios. Por exemplo, eu tenho aqui, coincidentemente, um relatório de um Airbus A320, que justamente foi o da tragédia. Na véspera, dia 16/07, houve um relatório de perigo, eu vou ler para o senhor, só para o senhor traduzir para mim, que tem algumas coisas que eu não entendo: após espera de 45 minutos no través de CPN...



**O SR. JUNITI SAITO** - Campinas. CPN? Campinas.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Campinas, ocasionado por pista impraticável, derrapada, fomos autorizados a prosseguir para pouso na pista 35-R. Procedimento H5.

**O SR. JUNITI SAITO** - Trinta e cinco da direita.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Após o toque, seguindo o procedimento de frenagem e com esforço, obtivemos pouso resultado devido ao baixo coeficiente de atrito da pista. Aqui fala Congonhas, viu, o senhor está falando...

**O SR. JUNITI SAITO** - Então, Congonhas tem 2 pistas, não é?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, porque o senhor falou Campinas.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, esse... sobre Campinas, deve ter feito uma comunicação.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah, sim, certo.

**O SR. JUNITI SAITO** - Quando a gente fala em 35 é no rumo 350 graus. Tem a esquerda, que é a pista principal, e tem a direita, que é a pista auxiliar. Então, quando fala em R, é da direita. Ele deve ter efetuado o pouso na pista da direita. Então, o que ele reclamou?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ele reclamou aqui que, devido ao baixo coeficiente de atrito da pista, seguindo procedimento de frenagem, com esforço, obtivemos um pouso com pouco resultado. E foi para o SIPAER isso aqui, e até hoje não tem nenhum tipo de procedimento feito, eu não sei qual é o prazo, posso até estar exagerando na... não tem nenhum tipo. Aqui tem os procedimentos: parecer do órgão solicitado, no caso o SIPAER, não tem nenhum tipo de parecer. Soluções ou ações corretivas para implementação, também não tem. Só tem realmente a reclamação, que foi na véspera do acidente, dia 16. E, depois, eu tenho várias aqui, várias outras aqui, depois eu posso passar para o senhor, são várias aqui de relatórios de perigo da TAM para o Aeroporto de Congonhas. Então, depois dessa sua informação aí, cada vez mais a gente fica preocupado com essa pista de Congonhas. Realmente, o senhor falou, é uma pista crítica, uma pista complicada.

**O SR. JUNITI SAITO** - É uma pista crítica.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Exatamente. E nesse dia... eu tenho conversado também durante todas essas 2 semanas, depois do acidente, com alguns comandantes da TAM, e da Gol também, e todos eles, comandante, me permita, todos eles, são unânimes, é uma unanimidade em dizer que a pista é um verdadeiro sabonete do jeito que está. Então, aí, eu lhe pergunto sobre os *groovings*: há essa necessidade tão premente, tão importante? O senhor, que tem essa experiência tão grande na Aeronáutica, como um grande Comandante, dos *groovings* nas pistas?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu acho que o *grooving* ajuda. Agora, no caso específico da pista, hoje, aquela pista não pode operar com pista molhada ou chuva, a pista principal.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois, então, mas ela estava molhada no dia do acidente. Por que não havia essa orientação por parte da própria Aeronáutica, por parte das autoridades?

**O SR. JUNITI SAITO** - Então, foi depois do acidente...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Que resolveram fazer essa restrição?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, foi feita uma recomendação, como precaução, para que não operasse com pista molhada. E a ANAC, então, expediu essa ordem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas o senhor acha, então, que antes do acidente essa pista não tinha nenhum tipo de problema para pousos e decolagens, lá, com pista molhada?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu não sei, Deputado, porque não acompanhei a liberação dessa pista.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu vou fazer o último questionamento aqui: o Presidente da ANAC esteve aqui, Comandante, no dia 24 de junho, desculpa, no dia 24 de maio, e eu fiz uma pergunta a ele sobre o pagamento, porque ele disse que no final do ano usou, autorizou ou determinou — não ficou muito claro — que fossem usadas as aeronaves da FAB para o transporte dos passageiros que estavam...

**O SR. JUNITI SAITO** - Retidos.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Exatamente.



E foram 6 aeronaves, se não me engano. Nesse dia 24 perguntei a ele muito claramente se já havia sido feito o pagamento dessas aeronaves — é claro, a TAM usou, teria que pagar. Ele me disse que sim, naquele dia 24. Procurei investigar e, na verdade, esse pagamento não foi feito. Até aquele dia 24, não havia sido feito. Recebi um DARF no valor de 1 milhão, 203 mil e 494 reais e 23 centavos, um DARF da Força Aérea em branco, e depois o pagamento feito, aqui, coincidentemente, depois dessa argüição, no dia 29 — logo, 3 dias depois, sendo que dentro de prazo do pagamento da TAM e dessa argüição ao Presidente da ANAC passou um final de semana. Ou seja, a TAM pagou logo após essa argüição aqui na... Um milhão, duzentos e noventa e quatro.

Eu lhe pergunto: o senhor tem conhecimento disso? Até porque tenho sua assinatura aqui. O senhor tem conhecimento? Como é que foi esse processo? A TAM foi cobrada de que forma? Ela questionou o valor?

**O SR. JUNITI SAITO** - Nós mandamos para o Ministério da Defesa; o Ministério da Defesa cobrou da TAM; e a TAM... Porque nós temos um órgão que faz esse transporte. Chama-se Comando Geral de Operações Aéreas. Então, eles é que fazem os cálculos, vêem o gasto de quanto foi, mandam para mim e eu mando para o Ministério da Defesa, que faz a cobrança junto à TAM.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E quando foi para o senhor, Comandante, isso aí? Porque achei muito estranho...

**O SR. JUNITI SAITO** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ...no dia em que perguntei... E foi, assim, casualmente. Eu perguntei porque ele mesmo citou que tinha determinado que essas aeronaves da FAB fizessem esse trabalho, e ele disse que já havia sido pago. Fui atrás e foi pago 4 dias depois.

Então, eu lhe pergunto...

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu não me lembro.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor não lembra disso.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não me lembro, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor poderia fazer esse levantamento e nos mandar, sem problema?

**O SR. JUNITI SAITO** - Posso. Posso fazer um levantamento.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Fazer um levantamento com calma. Isso não tem pressa nenhuma. Eu só gostaria de saber houve o processo? A companhia foi ouvida? Questionou o valor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Dois minutos, Deputado.

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, não. Absolutamente. Não houve questionamento. Acho que o que demorou foi o levantamento do custo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor disse que a companhia, quando pagou, aqui, ela já estava com esse DARF? Porque o DARF não tem nem vencimento.

**O SR. JUNITI SAITO** - Isso foi que dia? Dia 24 de julho que o senhor está falando?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não. Dia 24 de maio eu fiz aqui o questionamento. Ela pagou dia 29. O que estou lhe perguntando é que o DARF que veio para cá não tem vencimento. Parece que foi entregue assim: "*Olhe, vai lá e pague*". Porque não tem aqui o vencimento. Qualquer DARF tem. Posso passar para o senhor.

**O SR. JUNITI SAITO** - Vou mandar levantar e mandar para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Por favor.

Era isso. Fico satisfeito e vou passar o restante do meu tempo para o Deputado Gustavo Fruet, por favor, para que ele possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Não, seu tempo está encerrado. Começará a contar o do Deputado Gustavo Fruet.

V.Exa., Deputado Gustavo Fruet, dispõe de até 10 minutos, iniciando às 15h56min.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Boa tarde, Brigadeiro Saito.

Também nosso respeito a todos os profissionais envolvidos no resgate, mas o entendimento também que 2 acidentes trágicos em tão pouco tempo no País geram todo o tipo de reação, e aí uma expressão também de entendimento, até com relação à reação dos familiares das vítimas. Mas, de qualquer maneira, também nosso respeito à operação.



Com relação ao acidente aeronáutico — tomo o caminho —, nós queremos, de alguma maneira, acompanhar, mas ajudar a investigação, respeitando o CENIPA. Pelo menos é a posição do PSDB.

Mas, com relação à segurança e à gestão, quero me ater às questões mais imediatas, inclusive à questão do orçamento para o ano que vem.

Houve, ontem, uma reação muito forte com a atitude e ação do Ministério Público e da Polícia Federal, por ordem judicial. Alegou-se, inclusive, a possibilidade de risco à segurança nacional. E a primeira impressão é a de que todos os documentos estariam possíveis de serem apreendidos naquela operação. Consegui só há pouco o pedido da Advocacia-Geral da União de suspensão da medida liminar e a reprodução do despacho da juíza que determinou a busca nos seguintes documentos: registros de ocorrências da área do aeródromo do aeroporto de Guarulhos, que fica acautelado no próprio Aeroporto de Cumbica; registros de ocorrências da área intermediária de controle de tráfego, também chamada de área terminal, que fica acautelado no aeroporto de Congonhas, em São Paulo; registros de ocorrências do Centro de Controle da Área do CINDACTA I, que fica acautelado no próprio CINDACTA, em Brasília, Distrito Federal.

Pergunto: qual o perigo da divulgação dessas informações que estão contidas nos registros de ocorrências, e não em todo o material disponível e utilizado pela Força Aérea Brasileira? Elas contém informações referentes à defesa do espaço aéreo e a aeronaves militares?

**O SR. JUNITI SAITO** - Contêm.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E ela contém informações sobre aeronaves utilizadas por autoridades civis e militares?

**O SR. JUNITI SAITO** - Contém todas as informações. Todas. Todas.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Ou seja, contém sobre aeronaves utilizadas por civis e militares e contém informações referentes ao espaço aéreo.

**O SR. JUNITI SAITO** - Defesa aérea também.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E qual o perigo da divulgação dessas informações?



**O SR. JUNITI SAITO** - Eu acho que não seria conveniente o conhecimento, por causa desse sistema integrado que nós temos. Podemos selecionar só a circulação de aeronaves civis, mas isso leva tempo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - A decisão foi tomada no dia 27 e foi cumprida ontem. E a informação que foi divulgada é que o Ministro da Justiça comunicou ao Ministro da Defesa. O senhor foi comunicado dessa operação?

**O SR. JUNITI SAITO** - Nós soubemos... Foi na segunda, terça-feira de manhã.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Antes da execução. Mas o recurso só foi apresentado...

**O SR. JUNITI SAITO** - Terça-feira de manhã.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Diante dessa cautela apresentada, inclusive pela Advocacia-Geral da União, eu lhe pergunto, e com todo o respeito — receba isso com respeito à instituição e, particularmente, a V.Sa.: todos os documentos solicitados por esta CPI foram encaminhados, ou também contêm informações perigosas ou que atentem contra a defesa nacional e, portanto, não foram enviados?

**O SR. JUNITI SAITO** - Olha, a CPI pediu inclusive registros de ocorrências, que foram aproximadamente 50 mil cópias, que foram enviadas para cá. Todas.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Comandante, o Ministro da Defesa recebeu o Brigadeiro Kersul para tratar do acidente da TAM?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não sei. Creio que não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - O Ministro da Defesa teve conhecimento da degravação da caixa-preta?

**O SR. JUNITI SAITO** - Creio que não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - O Presidente da República teve informação a respeito da caixa-preta?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não acredito.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - O senhor tratou com o Presidente sobre o tema?

**O SR. JUNITI SAITO** - Absolutamente.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Há um conflito considerável, muito pesado, na investigação, em especial de aspecto econômico. Nós entendemos a preocupação da Aeronáutica, mas a pergunta é: no Brasil, antes de a CPI receber os dados da degravação, só a Aeronáutica detinha a guarda daqueles dados?

**O SR. JUNITI SAITO** - A Aeronáutica. Tinham também aquelas pessoas que participaram da degravação, lá nos Estados Unidos. Então, foi isso que aconteceu. Agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Complementando a pergunta do Deputado Gustavo Fruet: a TAM e a Airbus também têm todo o conteúdo que a Aeronáutica tem?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu acho que... A Airbus, principalmente, tem. A Airbus, o órgão de investigação da Europa também... Não participou... BEA, órgão de investigação da França. Outras pessoas. Agora, nós fomos os primeiros a pedir a confidencialidade.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Em razão do vazamento, e até (*ininteligível*) cuidado, porque a CPI tomou a cautela de manter lacrado.

**O SR. JUNITI SAITO** - Certo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - A Aeronáutica abriu algum inquérito para apurar e até para resguardar o papel do CENIPA na relação com os organismos internacionais?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Não foi aberto nenhum inquérito, mesmo porque outras informações também vazaram. Vazaram inclusive dados do gráfico. Quer dizer, são coisas que, lamentavelmente...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Brigadeiro, com relação ao Orçamento: discutiu-se a questão das taxas. Já foi objeto de discussão, inclusive perguntado pelo Relator. A pergunta é numa outra linha: nos últimos 4 anos, entre o que a Aeronáutica solicita na proposta pré-orçamentária e o que é acordado pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda, há um corte estimado superior a 550 milhões de reais. O Governo já está em fase de elaboração da proposta orçamentária a ser enviada ao Congresso para o ano de 2008. Pergunto ao senhor: todas as demandas do sistema de controle e proteção do espaço aéreo foram



acatadas, ou, novamente, houve corte por parte do órgão setorial de orçamento na fase de elaboração?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não houve nenhum corte. Todas as demandas foram atendidas.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Qual o valor para 2008, Brigadeiro?

**O SR. JUNITI SAITO** - Para 2008?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Isso.

**O SR. JUNITI SAITO** - Se eu não me engano, são 630 ou 40 milhões. E mais aqueles 350 milhões que eles vão dar em 3 parcelas. Este ano, 123 milhões; ano que vem mais 123; e depois mais 123.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E a Aeronáutica participa ou vai participar da execução desses recursos, ou esses recursos serão administrados integralmente pela INFRAERO, específicos para o sistema?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, esses recursos... Para a Aeronáutica. O DECEA é que executa isso aí.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Está bem.

Por fim, Brigadeiro — também aí, com todo o respeito —, houve a substituição do Ministro Waldir Pires, no Ministério da Defesa, e agora a substituição do Presidente da INFRAERO. E ele fez algumas críticas ao setor, à própria empresa, à INFRAERO, à dificuldade de mudar os diretores e algumas críticas em relação à ANAC. O senhor foi informado e concordou sobre a mudança na Direção da INFRAERO?

**O SR. JUNITI SAITO** - Fui.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Foi? O senhor concordou?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu não tenho que concordar. *(Risos.)* Eu não tenho que concordar; eu tenho que coordenar os trabalhos com a INFRAERO e com a ANAC.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Com relação às denúncias do Brigadeiro, inclusive com relação à ANAC, o senhor tomou conhecimento?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não. Não, eu ouvi pelo jornal, mas não...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Está bem. Então, são essas as informações. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Gustavo Fruet. O próximo orador inscrito seria o Deputado Pepe Vargas, que cedeu para o Deputado André Vargas.

V.Exa. dispõe de 10 minutos, começando às 16h4min.

Eu aproveito para dizer aos Srs. Parlamentares que todas as documentações enviadas pela Aeronáutica estão em poder desta CPI. No momento em que se iniciou a sessão, às 11h, foram colocadas no cofre e lá estão, lacradas. Ao término da oitava, estarão com a Secretaria, para que os Parlamentares possam consultar, quem quiser. Ao fim das consultas, no término do expediente, voltarão ao cofre, como têm permanecido todos os dias.

Esta Comissão tem buscado zelar pela manutenção do *status* que foi atribuído a cada documento.

Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Brigadeiro, Comandante da Aeronáutica, nossos respeitos não só ao trabalho que V.Exa. presta, mas ao trabalho que a Aeronáutica presta para o Brasil.

Nós não continuaremos a ser uma grande Nação se não tivermos uma lei que, democrática e permanentemente, esteja sendo discutida no fórum adequado, o Congresso Nacional, num ambiente democrático, onde todas as pessoas digam, mas que tenham também a sua institucionalidade. Não é ser conservador defender as instituições brasileiras, defender os mecanismos equilibrados na investigação de quaisquer eventuais delitos e, principalmente, acidentes aéreos.

Quero dizer que não sou especialista. Eu acho que nenhum de nós é especialista na área. Nós argüimos, questionamos. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, um instrumento democrático, no meu entendimento, às vezes inadequado — ou aparentemente inadequado — para investigar problemas de gestão. E aqui nós temos problemas de gestão, que são evidentes — é necessário um aprimoramento cada vez maior —, e 2 acidentes, dramáticos acidentes, que envolveram pessoas, famílias, a Nação brasileira.

É claro que, nesse âmbito todo, também circulam as questões da política, e, no meu entendimento, é lamentável. Quero, aqui, com respeito às posições de



outrem, dizer que é lamentável que nós politizemos acidentes aéreos, vidas que se perderam, problemas que podem, eventualmente, ter gerado.

Quer dizer, eu ouvi aqui a questão da pista. Eu acho que é importante sempre estar avaliando a questão da pista de Congonhas, todas as pistas no Brasil, mas não é possível mais ir e vir nessa questão da pista em relação ao acidente da TAM. Em relação a novos procedimentos, procedimentos que aumentem o nível de segurança de quaisquer pistas, é lógico, é nossa obrigação. Agora, debatermos, a partir dos acidentes aéreos, a questão do tráfego aéreo é, no meu entendimento, um erro desta CPI. É um erro. Mas é minha opinião.

Eu acho que o CENIPA faz um bom trabalho. Eu acho que a investigação tem que ter critérios; tem que cotejar informações. Um acidente aéreo não pode ser debatido num botequim apenas e, de lá, trazermos um enfoque qualquer. Pode ser debatido, e é democrático, mas o Parlamento não pode repercutir isso, em respeito, inclusive, às vítimas. Inclusive às vítimas! A ponderação, a moderação, não fazem mal nenhum.

Eu queria elogiar a Aeronáutica nesse sentido; dizer do respeito que tenho pelo trabalho que faz; dizer que, nesta CPI, ainda permanece o debate se o controle do tráfego aéreo do Brasil deve ser civil ou militar. E é muito importante que nós façamos esse debate.

Ao final, gostaria que V.Exa. — aqui sempre tem o debate se é “V.Exa.” ou “V.Sa.”, mas eu prefiro exagerar, porque eu acho que está correto; cada vez que eu falo, falam que é “Excelência”, ninguém fala que é o contrário —, mas dizer do respeito, de qualquer forma, independente da tratativa.

Veja: quais seriam os empreendimentos e eventualmente qual seria o tempo, na hipótese de o Brasil optar pelo controle de tráfego civil, e quais seriam os impedimentos de que isso ocorresse na velocidade que alguns querem?

Não defendo isso. Eu defendo sempre moderação, cuidado. Nós já estamos migrando de um sistema militar para um sistema civil: DAC para ANAC; os Ministérios para o Ministério da Defesa, e o Comando da Aeronáutica e das demais Forças. Já é complexa essa migração; já não é simples. Não é algo que se faz... A INFRAERO, historicamente, foi comandada por brigadeiros, inclusive recentemente. Civis, no Governo anterior e neste Governo, tinham uma relação ainda mais próxima



— é fundamental que tenha essa relação sempre próxima, a bem dos brasileiros. Então, já há um processo de migração.

Nesse bojo, gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. sobre quais seriam os cuidados que deveríamos ter com essa migração.

E também gostaria de ouvir de V.Exa. — porque eu me nego a tratar do acidente; acho que não é o nosso foco. Sinceramente, continuo achando, em respeito à legislação, aos métodos, que talvez não tenhamos toda a técnica para tanto — a opinião sobre essa conexão. Qual seria o modelo ideal dessa conexão entre INFRAERO, ANAC, Aeronáutica e todos os outros organismos que interagem, desde o DECEA e tal? Qual seria o papel efetivo de comandante desse processo? É o Ministério da Defesa mesmo? É a ANAC mesmo? Porque veja, a ANAC trabalha muito relacionada com o mercado, com as companhias aéreas, com a regulação, com o interesse também do consumidor, é claro. Então, qual seria o organograma ideal para esse procedimento na área do tráfego aéreo?

Era isso. São 2 questões para V.Exa.

**O SR. JUNITI SAITO** - Bom, da questão da desmilitarização nós já falamos aqui. É um sistema integrado, complexo. Não é fácil separar um sistema integrado.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Perdão, Brigadeiro, mas nós fomos lá e vimos que são operações totalmente separadas.

**O SR. JUNITI SAITO** - Onde?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Lá, no CINDACTA. Nós visitamos, nós vimos a parte do controle civil e a parte da defesa aérea, totalmente separadas. Os radares são os mesmos, mas a estrutura é toda separada. Não dá para compartilhar radar, sendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputada Luciana, nós estamos no tempo do Deputado André Vargas.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...o tráfego civil feito por civis?

**O SR. JUNITI SAITO** - Eu estou achando que é só os controladores que querem ser civis. É isso? Só os controladores querem ser civis?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Só os controladores?

**O SR. JUNITI SAITO** - O sistema tem 13 mil homens e mulheres.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu sei! Eu acho que o sistema de controle de tráfego aéreo civil deveria ser civil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria que fosse respeitado o tempo que atribuí à resposta, porque não é possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado André Vargas, vou descontar essa interferência.

V.Exa. pode continuar, Brigadeiro.

**O SR. JUNITI SAITO** - Bom, respondendo ao nosso nobre Deputado, nós já falamos sobre isso. Eu acho que o advento do CNS/ATM está sendo um bom momento para se pensar em civilizar esse sistema e em ficarem os radares e o sistema de defesa aérea com a Força Aérea. Quanto a gerenciamento desses 3 órgãos, também já comentei sobre isso. Parece-me que há uma intenção do Ministério da Defesa de criar uma Secretaria Executiva do CONAC, que vai coordenar esses 3 órgãos. Mas isso depende ainda de uma criação dessa Secretaria. De maneira que, Deputado, na verdade, há que ter uma coordenação, sim, mas isso pode ser feito pelo Ministério da Defesa ou através do CONAC, do Conselho da Aviação Civil. Essa é a minha opinião.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Esse modelo do CONAC o senhor acha adequado, esse que está sendo calcado agora por iniciativa do Presidente Lula?

**O SR. JUNITI SAITO** - Certamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O.k. Obrigado pelo término no seu tempo, Deputado André Vargas.

O próximo orador inscrito é o Deputado Rocha Loures.

V.Exa. dispõe de 10 minutos, ou até 10 minutos, na medida em que eu interrompa pela Ordem do Dia. Iniciando-se às 16h14.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Comandante Saito, agradecer a sua presença e declarar que esta nossa CPI não apenas acontece nesta sala ou nas salas nas quais nos reunimos, mas acontece, talvez até em intensidade maior, fora daqui, fora desta sala, onde nós temos as nossas conversas, os nossos diálogos, as informações e pesquisas. Inclusive entre nós mesmos, Parlamentares membros



desta Comissão. E, pelo menos naquilo que me diz respeito, eu sempre tive, por parte... principalmente até fora daqui: às vezes a gente encontra o Brigadeiro Átila ali fora, faz uma pergunta, questiona, procura ver se tem alguma outra informação que, por qualquer razão, não foi oportunizada para a Comissão.

E, de maneira geral, eu tenho percebido na Força Aérea a colaboração para com esta Comissão. Quero fazer isso de público e deixar clara essa minha posição. Acho que a colaboração da Força Aérea tem sido maior do que a eventual proteção que ela faz das informações que detém, até por obrigação legal.

Brigadeiro, nós temos um novo Ministro da Defesa: o nosso Ministro Nelson Jobim. Eu sei que o senhor já esteve com ele. E eu gostaria de saber se nós podemos esperar novidades. Existe alguma novidade que o senhor possa antecipar para esta CPI, por conta das reuniões que V.Exa. tem mantido com o novo Ministro da Defesa brasileiro?

**O SR. JUNITI SAITO** - A novidade que eu posso dizer é que ele está determinado a resolver toda essa crise. E ele terá o apoio de todos nós. Eu acho que isso é importante.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Essa é a novidade, Brigadeiro?  
(Pausa.)

Com relação, Comandante, à questão orçamentária, sobre o orçamento sob o seu comando, o senhor poderia fazer um juízo neste momento? Eu sei que o senhor é um militar, e o senhor é disciplinado, e o senhor conquistou a sua posição por honrar a instituição acima de tudo. Mas o senhor poderia ou gostaria de fazer um comentário sobre a questão orçamentária?

**O SR. JUNITI SAITO** - O orçamento para nós é igual ao orçamento doméstico: sempre falta; sempre a gente quer mais. Mas nós temos conversado bastante com o Ministro da Defesa, com a área de Planejamento, Fazenda, e estamos buscando aqueles recursos ainda para este ano. Quem sabe os Srs. Parlamentares também pudessem ajudar? Nós estamos pedindo uma suplementação para suprimento de aviação, porque o avião não se move só com combustível; ele se move muito mais com suprimento e manutenção. E estamos pedindo a suplementação. Deve chegar aqui, nesta Casa. Espero que tenhamos boa acolhida.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - O senhor disse ao Tribunal de Contas que está tudo bem; que a INFRAERO não deve nada ao Comando. Quer dizer que não está faltando dinheiro, então?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, o Tribunal...

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Comandante, amanhã nós vamos receber, como depoente, o Sr. Yannick Malinge, que é Vice-Presidente de Segurança de Vôo da Airbus. O senhor conhece o Sr. Yannick Malinge?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Eu, pesquisando também com relação à aeronave e seguindo uma das linhas da investigação, respeitando naturalmente a autoridade do CENIPA para fazer isso, mas promovendo, com a curiosidade que me é pertinente... A EADS é a empresa que controla a Airbus. A Força Aérea Brasileira tem contratos com a EADS?

**O SR. JUNITI SAITO** - Temos, temos contratos. A EADS também controla a CASA, a fábrica de aviões. Nós compramos, recentemente, 12 aviões CASA 295. Já recebemos 7, que estão operando lá na Amazônia, em substituição aos nossos Buffalos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Um minuto, Deputado Rocha Loures.

**O SR. JUNITI SAITO** - Estamos também modernizando O nosso P3, de patrulha, lá na Espanha, que a EADS também tem participação.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - De alguma maneira, o senhor, direta ou indiretamente, de uma maneira clara ou velada, o senhor foi contactado ou alguém tentou, de alguma maneira, ligado a este consórcio ou a esta empresa, tentar de alguma forma influenciar ou de alguma forma atrair simpatia para a Airbus, ou algo relativo ao acidente; ou ainda, como a Boeing também, no caso do avião da Gol. Eu sei que, pela sua posição, pela sua liderança, pela sua reputação,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - ...mas eu faço questão de perguntar, Comandante, se houve, de qualquer forma, algum tipo de sinal, gesto, aproximação com V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Última pergunta, Deputado.

**O SR. JUNITI SAITO** - Em nenhum momento fui contactado com a Boeing ou com a EADS. Talvez eles saibam... eles sabem que eu não tenho nada a ver com isso; que o que a comissão escrever nós vamos avaliar. E é por isso mesmo que o CENIPA é respeitado no mundo inteiro.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Muito obrigado, Brigadeiro, e parabéns pelas suas palavras. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu estou partindo para a conclusão, visto que está sendo iniciada a Ordem do Dia. Eu vou ceder ao Relator 1 minuto, para uma comunicação...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Poderia ser só 1 minuto, Sr. Presidente? É só uma demanda que eu creio que o Ministro... que o Comandante poderia pensar até... porque é fácil de resolver e está causando tantos transtornos, Sr. Comandante. É que o nível está limitado em não ter serviço de informação e alerta do controle de voo até 95. Isso está gerando uma série de problemas. Seria possível, ao invés de ser 95, pedir ao Brigadeiro Ramon que fosse até o 125? Porque já atenderia a uma grande demanda de aeronaves. Por exemplo: tem aeronave que não consegue chegar ao Rio de Janeiro no nível 95 porque não consegue passar as montanhas no plano visual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Deputado...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Então, é uma demanda que estou pedindo a V.Exa. para encaminhar isso daí. Em vez de 95, passar para 125.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu vou dar um tempo ao Brigadeiro; ele vai responder.

Deputada Luciana Genro, rapidamente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu não me sinto respondida e ainda teria outras perguntas a fazer. Gostaria de pedir a V.Exa. que deixasse em aberto o depoimento do Brigadeiro, para que nós pudéssemos trazê-lo de volta numa outra oportunidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Nós havíamos falado no início que não continuaríamos depois, mas se não há oposição do Plenário, ele poderá... isso será decidido *a posteriori*; só não haveria necessidade de nova convocação. Então, seria manutenção do *status*, como tem sido feito com aqueles que são interrompidos.

Se não há oposição do Plenário...

Então, está de acordo.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Há concordância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Relator, 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu só quero informar aqui — até para os Deputados não serem pegos de surpresa daqui a um pouco — que a Polícia Legislativa da Casa — está agora no *site* da Câmara — apreendeu ontem, naquela reunião secreta que nós realizamos, 4 gravadores ligados dentro da sala, do ambiente da reunião secreta que nós realizamos ontem, pela parte da manhã. Os gravadores, os equipamentos que estavam ligados... mas o próprio Diretor do Departamento de Polícia Legislativa informou que não se pode dizer que houve tentativa de gravação clandestina.

Portanto, a pedido do Presidente, Marcelo Castro, foram entregues esses gravadores de volta aos seus devidos proprietários.

Só quero informá-los que aconteceu isso na sessão...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Quem eram os proprietários?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Aqui não diz...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, mas interessa saber quem são os proprietários.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Faça um requerimento, que vai ser informado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu vou fazer um requerimento, é lógico. Se não vão ficar achando o quê?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E eu queria só dizer que nós vamos encaminhar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O importante é dizer que nós trabalhamos e mantivemos o critério de sessão reservada, a qual foi proposta,



por atuação da Polícia Legislativa, que fez a vistoria em todo o ambiente da reunião e evitou qualquer gravação de forma não autorizada.

Antes de passar a palavra...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E nós vamos encaminhar também, Presidente, se me permite, um pedido de que em todas as reuniões, agora, da CPI, que forem realizadas de forma secreta e reservada, seja feita, anteriormente, essa varredura e tal, para saber se não existem outros equipamentos que estão sendo utilizados para a gravação das informações que são tratadas nas sessões reservadas da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Esse registro é muito importante para mostrar o quanto esta Comissão tratou o assunto com a sua devida cautela... que o assunto requeria.

Eu vou passar ao Brigadeiro, para as suas considerações finais ou responder a alguma coisa que ele entenda que não foi respondido, deixando uma pergunta para o Brigadeiro, como última pergunta: o avião do Presidente da República, que é um Airbus dessa mesma categoria, 319, tem sua manutenção feita pela Aeronáutica. Segundo a gente leu nos jornais, tem como recomendação que o avião não voe com o reverso travado, pinado, com o reverso não funcionando. Eu queria aproveitar que V.Exa terminasse com alguma coisa e respondesse isso: o senhor acha, então, que a TAM não deveria ter adotado ou não deveria adotar esse mesmo procedimento, ou mesmo a Airbus, esse mesmo procedimento adotado pela Aeronáutica na manutenção do avião do Presidente da República?

**O SR. JUNITI SAITO** - Esse avião Airbus do Presidente tem a manutenção mais pesada feita na TAM, lá em São Carlos. E, por norma de segurança, por transportar o mais alto mandatário, o grupo de transporte especial não permite o vôo sem reverso, isto é, com o reservo pinado. Não permite. Mas isto é norma de segurança porque transporta o Presidente da República. Quanto à operação de outros *Airbus*, eu acho que o fabricante, melhor que ninguém, sabe exatamente quais são as limitações que isso pode causar. Eu acredito que no final desse relatório podem surgir importantes recomendações. Eu gostaria de agradecer a acolhida que eu tive aqui e colocar novamente a Aeronáutica à disposição para qualquer chamamento desta Comissão. Gostaria de fazer a entrega ao nosso



Presidente das imagens do resgate daquele avião da Gol, que pela imagem a gente vê praticamente tudo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - É de caráter liberado? Qual o caráter dessa entrega, para saber se eu posso distribuir cópias?

**O SR. JUNITI SAITO** - Livre.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Livre. Então, a cópia será disponibilizada a todos

Rapidamente, Deputado André Vargas.

**O SR. JUNITI SAITO** - Ao Deputado Marco Maia e a todos os nossos Deputados.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Brigadeiro, Sr. Presidente, eu acho que de fato a língua portuguesa oferece várias alternativas para se referir à mesma questão. Eu tenho certeza de que, lógico, quando se refere à questão da segurança do Airbus, esse é o procedimento da Aeronáutica, a TAM tem outro procedimento e a Airbus tem outro procedimento. É claro que não se trata apenas de uma preocupação que a Aeronáutica tem em relação à segurança do Presidente da República. De repente, V.Exa. coloca dessa forma, fica parecendo que a preocupação é só com a segurança do Presidente. O procedimento em relação ao Airbus da TAM tem de ser adotado em relação à TAM.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - O intuito da minha pergunta não foi dizer que havia privilégio, foi dizer que, se existe esse procedimento no Airbus, por que a TAM não o teria adotado?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É a TAM, portanto, que não adota esse procedimento.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Isso já está claramente colocado.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Ninguém é mais importante; ninguém é menos importante.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Só trinta segundos.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Todos são importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Estou no excesso da ilegalidade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Trinta segundos, só, não vou fazer pergunta, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Se for questão ordem, sim.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não, só trinta segundos. É para complementar, porque minha fala foi interrompida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Mas aí já estou na ilegalidade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu não vou fazer pergunta. Comandante, aquele NOTAM que limita a 95 pode dar margem até a uma ação judicial. Ele é aceito temporariamente. O que nós queremos pedir é que ele seja revogado tão logo seja possível. Se não houver a alternativa de ser revogado, que é a alternativa para o nível 125. É isso que eu queria pedir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Brigadeiro, V.Exa. tem mais alguma coisa a dizer?

**O SR. JUNITI SAITO** - Não, obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Cunha) - Eu agradeço a presença do Brigadeiro Juniti Saito.

Está encerrada a reunião. Retornaremos amanhã às 9h com as oitivas já divulgadas. Muito obrigado.